**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA
AMBIENTAL**

TÁRSIO MAGALHÃES TOGNON VIEIRA DE SOUZA

**CARTOGRAFIA E APRENDIZAGEM SOCIAL:
A EXPERIÊNCIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS RIBEIRÃO
GRANDE E TERRA SECA, BARRA DO TURVO/SP.**

SÃO PAULO

2016

TÁRSIO MAGALHÃES TOGNON VIEIRA DE SOUZA

CARTOGRAFIA E APRENDIZAGEM SOCIAL:
A EXPERIÊNCIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS RIBEIRÃO GRANDE E
TERRA SECA, BARRA DO TURVO/SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente
da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Ambiental.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Sueli Angelo Furlan

Versão corrigida
(Versão original disponível na Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente
e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP)

SÃO PAULO

2016

Nome: Souza, Társio Magalhães Tognon Vieira de

Título: Cartografia e Aprendizagem Social: a experiência de mapeamento participativo das Comunidades Quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, Barra do Turvo/SP.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da
Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre
em Ciência Ambiental.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às comunidades quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca, que tanto me ensinaram e por quem desejo a conquista de seus direitos territoriais.

Agradecimentos

A conclusão de um trabalho, qualquer que seja ele, nos faz recordar cada momento vivido ao longo de sua elaboração. Alegrias e angústias se misturam em meio a desafios, descobertas, aprendizados, amizades e laços que se fortalecem, fracassos e frustrações que marcam a caminhada. Sou imensamente grato por tudo! Em cada um desses momentos estive acompanhado por pessoas mais que especiais que me apoiaram e incentivaram. Entre as muitas e tantas, algumas merecem especial atenção, seja pela convivência diária, seja pelo diálogo e pelas intensas trocas durante os trabalhos de campo, sínteses e contribuições na elaboração de textos e dos mapas apresentados. A todas elas manifesto minha imensa gratidão.

Primeiramente, minha gratidão e amor à Beatriz Padiá que saberá a que se deve esta merecida menção. Caio A. Fontana, Anna Diegues e Antonio Cordeiro, amigos parceiros de tantas e muitas conversas e inestimáveis contribuições na elaboração dos mapas finais que apresento nesta dissertação. A estes gratidão sem tamanha e desejo de retribuir cada momento compartilhado de silêncio e de ação. Gratidão igualmente à Gabriela R. Arakaki, Raul Torres e todas as pessoas do Coletivo Rodas de Leitura, à Armando Manoel e todos o Coletivo I3 - Imagem Identidade e Imaginário. Estas pessoas, fora do contexto das obrigações acadêmicas manifestaram a seu modo a mais desinteressada e generosa contribuição. Aprendi muito com todos. Obrigado! A minha amada irmã Luciana Magalhães, sempre interessada no andamento dos trabalhos e que me ajudou a editar um lindo vídeo sobre a comunidade. Ao Alex Soria e ao Carlos Benini pela companhia em alguns trabalhos de campo, aos vários colegas do Procam com que pude discutir tantos dos muitos temas estudados nestes anos de pesquisa e ao Rogério do Laboratório de Biogeografia e Climatologia que tantas vezes me aturou e auxiliou.

Já no plano da pesquisa, outros nomes povoam minha mente com boas lembranças e a mesma gratidão. Neste caso, começo pela minha querida professora e orientadora, a Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan que aliviou minhas angústias com orientação teórica e metodológica, generosidade e muitos estímulos. Gratidão às Prof^{as}. Dr^{as}. Fernanda P. Fonseca e Sonia Araújo do Departamento de Geografia desta Universidade, aos Prof^{os} Dr^{es}. Luiz Carlos Beduschi Filho e Pedro Jacob pelas suas participações nos dois Comitês de Orientações. À toda a equipe do Serviço de Pós-Graduação e de Biblioteca do IEE. Agradecimento à Fundação Florestal, nas pessoas do Ocimar B Bim e do Wagner Portilho, gestores da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, por garantir alojamento nas atividades de campo realizadas em Barra do Turvo. À Emplasa por ceder as ortofotos do Projeto Mapeia-SP utilizadas nas atividades de mapeamento, bem como à Fundação Florestal e Incra que cederam os *shapefiles* com os limites do território

das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca.

Finalmente, mas não menos importante, pelo contrário, registro minha imensa e eterna gratidão aos moradores das comunidades, em especial à Nilce e Oscar, à Claresdina, e Valdomiro, Juvenal e Genir, Pedro Penincha, Joaquim, João, Nardo, Maria, Osminda, Dolória, Jane, Vanilda, Camilo, Abrão, e tantos outros que não haveria como citá-los sem me alongar demasiado mas que participaram das oficinas com assiduidade e genuíno interesse e comprometimento. Sem eles, este trabalho não teria sido realizado.

“Quando conhecemos algo *diretamente*, desaparece essa sensação de separação. ‘Há uma fusão de sujeito e objeto, uma mútua absorção, um esquecimento de tudo o mais; há muitas vezes um gozo, uma exaltação, um entusiasmo, um arrebatamento, uma alegria profunda e inabalável... Não é conhecer de fora; é um conhecer de dentro. Não é saber a respeito; é um saber unificador. O conhecimento unificador é muito mais completo e profundo do que saber a respeito de’ [...]”.

Richard Gregg, *Self Transcendence*, Victor Gollancz, 1956. *In* Walker, Kenneth
Os ensinamentos de Gurdjieff. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1988.

Resumo

SOUZA, Társio Magalhães T. V. de CARTOGRAFIA E APRENDIZAGEM SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS RIBEIRÃO GRANDE E TERRA SECA, BARRA DO TURVO-SP. 2016, 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Nas últimas cinco décadas as abordagens participativas ganharam espaço nas ações governamentais, de organizações supranacionais e da sociedade civil junto às comunidades tradicionais ou tribais, como estratégias para conciliar desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. Agrupadas sob diversos rótulos, as práticas de mapeamentos participativos exigem uma criteriosa reflexão acerca de seus potenciais, implicações éticas e problemáticas relacionadas ao crescente uso dos mapas e das tecnologias de informação espacial em comunidades caracterizadas por vulnerabilidades socioeconômicas e frequentemente envolvidas em conflitos territoriais e ambientais com diferentes sujeitos sociais. Alinhada a esta preocupação, o presente trabalho apresenta os resultados dos mapeamentos realizados nas comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, no município de Barra do Turvo, estado de São Paulo, Brasil, entre os anos de 2012 e 2015. A pesquisa inclui, além dos mapeamentos realizados, a reflexão teórica empreendida como também considerações sobre os desdobramentos dos mapeamentos realizados nas referidas comunidades. Para isso, articulamos os pressupostos teóricos da pesquisa-ação com a discussão conceitual em torno do conceito de território e de identidade, abordando também algumas das questões que emergem do contexto local, de forma a confirmar a hipótese de que o mapa e os mapeamentos participativos constituem uma potente estratégia para a compreensão da realidade e dos desafios locais, seja por parte do pesquisador, seja por parte dos moradores que participaram do processo.

Palavras-chaves: Cartografia Social, Mapeamentos Participativos, Aprendizagem Social, Aprendizagem colaborativa, Pesquisa-Ação, Território, Territorialidade, Comunidades Remanescentes de Quilombo

Abstract

SOUZA, Társio Magalhães T. V. de **Social cartography and social Learning: an experience of participatory mapping in the quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, Barra do Turvo-SP.** 176 f. Dissertation (Master's degree in Environmental Science) Program of Post-Graduate in Environmental Science / Institute of Energy and Environment / University of São Paulo, São Paulo, 2016.

In the last five decades, participatory approaches have gained importance in public policy, actions of supranational organizations and non-governmental organizations that work with traditional and tribal communities as strategies to conciliate social development and environmental conservation. Grouped by the label of social cartography, participatory mapping practices require careful reflection about their potential, ethical implications and issues related to the increasing use of maps and spatial information technologies in communities characterized by socioeconomics vulnerabilities and often involved in territorial and environmental conflicts with different social actors. In line with this concern, this paper presents the results of the mapping conducted in the quilombo communities Ribeirao Grande and Terra Seca, in the municipality of Barra do Turvo, São Paulo, Brazil, between 2012 and 2015. The research includes both the mappings conducted and a theoretical reflection undertaken during the research. Therefore, we articulated the theoretical assumptions of action research with the conceptual discussion around the notions of territory and identity. Also, we discuss some of the issues emerging from the local context to confirm the hypothesis that maps and participatory mappings are powerful strategies for understanding the reality and local challenges, either by the researcher or by residents who participated on the process.

Keywords: Participatory mapping, Social Learning, Collaborative Learning, Action Research, Territory, Territoriality, Afro Descendant or Quilombo Communities.

Sumário

I - Introdução e panorama da pesquisa	13
II - Intencionalidades da pesquisa	17
III - Suportes teóricos e metodológicos: cartografia social, aprendizagem colaborativa e pesquisa-ação	18
IV - Enunciado da pesquisa	23
 Parte I	
1. Mapeamentos participativos	25
1.1 Do conceito de espaço ao território	26
1.2 O conceito de território e os mapeamentos participativos	31
1.3 Cartografias sociais – algumas experiências	52
 2. Pesquisa-ação, aprendizagem e cartografia social	57
2.1 Pesquisa-ação ou participante	61
 3. Contexto sociogeográfico das comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca	65
3.1 As comunidades negras e as dinâmicas econômicas do Vale do Ribeira	66
3.2 Política fundiária	73
3.3 Condições de vida em Barra do Turvo e nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca	76
3.4 As políticas ambientais do estado de São Paulo no Vale do Ribeira	77
3.5 Do PEJ ao MOJAC – desafios socioambientais e fundiários	82
 4. O Quilombo – das definições acadêmicas ao auto-reconhecimento	87
4.1 A origem e o auto-reconhecimento	88
4.2 Transformações da base econômica das comunidades	90
4.3 Territorialidade quilombola: identidade e organização sociopolítica	93
4.4 As definições de quilombo	94

4.5 O conceito de quilombo nas comunidades Ribeirão

Grande e Terra Seca	105
----------------------------------	------------

Parte II

1. Com licença para trabalhar	107
--	------------

1.1 Mapeamentos Participativos nas Comunidades Quilombolas

de Ribeirão Grande e Terra Seca	108
--	------------

1.2 O 1º. Mapeamento Participativo das Comunidades Quilombolas

de Ribeirão Grande e Terra Seca – 2012	109
---	------------

1.3 Mapeamento como processo	110
---	------------

2. O 2º Mapeamento Participativo das Comunidades Quilombolas

de Ribeirão Grande e Terra Seca – 2013-2015	115
--	------------

2.1 As oficinas do 2º. mapeamento	118
--	------------

3. Análise dos resultados	124
--	------------

3.1 A representação e o representado no 1º. mapeamento	124
---	------------

3.2 A representação e o representado no 2º. mapeamento	130
---	------------

3.3 Considerações finais	133
---------------------------------------	------------

Bibliografia	145
---------------------------	------------

Anexos	153
---------------------	------------

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Souza, Tárzio Magalhães Tognon Vieira de.

Cartografia e aprendizagem social: a experiência de mapeamento participativo das Comunidades Quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, Barra do turvo/SP./ Tárzio Magalhães Tognon Vieira de Souza; orientadora: Sueli Angelo Furtan. --São Paulo, 2016.

176 f.: il; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Meio Ambiente - Universidade de São Paulo

1. Aprendizagem social. 2. Territorialidade. I. Título.

Elaborado por Maria Penha da Silva Oliveira CRB-8/6961

I. Introdução e panorama da pesquisa

O trabalho que ora apresentamos refere-se à experiência de pesquisa no campo da cartografia social junto às comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, localizadas na cidade de Barra do Turvo, estado de São Paulo, na região conhecida por Vale do Ribeira, conforme mapa apresentado na página 13. Conforme direito reconhecido pela Constituição Federal de 1988, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 68, seu território já reconhecido encontra-se em processo de identificação e delimitação para fins de titulação. Como outras comunidades indígenas e tradicionais, ao seu território se sobrepõe a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, uma Unidade de Conservação de uso sustentável e que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, conta com um conselho deliberativo compostos por membros da comunidade e representantes de diferentes esferas de governo.

As atividades de pesquisa que deram origem a este trabalho se iniciaram em 2012, a partir de um primeiro mapeamento que, à época, serviu como projeto piloto e que propiciou importantes reflexões teóricas que apresentamos na 2ª. parte deste trabalho. Naquele ano iniciamos a revisão bibliográfica e a elaboração do projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, do Instituto de Energia e Ambiente desta Universidade de São Paulo. Já nos anos de 2013 a 2015, aprofundamos a revisão bibliográfica orientada pelas reflexões acerca do primeiro mapeamento, bem como pelas questões que o segundo mapeamento, realizado já no contexto do vínculo acadêmico, propiciou.

Por meio dos inúmeros trabalhos de campo realizados, pudemos acompanhar as comunidades e suas lideranças em diferentes atividades e momentos, dentro e fora de seu território e, além de realizar as oficinas de mapeamento - tema central deste trabalho - pudemos conhecer aspectos da realidade local que conduziram nossas reflexões por variados aspectos da sua realidade geográfica, social, econômica, ambiental e cultural. Considerando este cenário, apresentamos o panorama teórico e metodológico da pesquisa e uma breve reflexão inicial.

A apresentação do trabalho é feita em duas partes. A Parte I abarca toda a discussão teórica pautada pela revisão bibliográfica realizada sobre os temas que as atividades de pesquisa em campo nos sugeriam. Esta primeira parte se divide em quatro sessões principais. A primeira reflete sobre os conceitos própria da geografia. Território e territorialidade os conceitos centrais sobre os quais se fundamentam as demais reflexões. Ainda nesta sessão inicial apresentamos os aspectos essenciais acerca da cartografia social e seus fundamentos. A segunda sessão se conecta com primeira ao relacionar a cartografia social aos fundamentos e práticas da pesquisa-

ação. Nesta sessão buscamos fundamentar as escolhas metodológicas e apresentar uma visão unificada entre as abordagens participativas e a pesquisa-ação a partir dos processos de mapeamentos participativos.

Comunidades Remanescentes de Quilombos Ribeirão Grande e Terra Seca

Figura 01 - Mapa elaborado pelo autor e Caio A. Fontana por meio do ArcGis.

Já na terceira sessão, apresentamos o contexto geográfico, econômico e ambiental no qual se situam as comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, e finalmente, na quarta sessão, exploramos o conceito de quilombo, buscando conceituá-lo a partir de algumas discussões no âmbito da antropologia, sobretudo, revendo sua definição e afirmando-a com base em seu caráter político-organizativo e emancipatório que acreditamos ser coerente com as bases teóricas e com o posicionamento político assumido por este trabalho.

Já na Parte II descrevemos as atividades de campo e discutimos o resultado dos dois mapeamentos realizados. A apresentação dos resultados explora as limitações e os potenciais identificados na processos de mapeamentos participativos realizados, ao articular as experiências vividas com as reflexões teóricas desenvolvidas durante a revisão bibliográfica. Assim feita esta apresentação introdutória, apresentamos um breve panorama teórico sob o qual a pesquisa se desenvolveu.

A realidade vivida por qualquer grupo humano, sua organização social, espacial e

sua economia, bem como os inúmeros fatores que intervêm em suas condições de vida podem ser conhecidos por meio de informações especializadas, produzidas e organizadas por seus moradores através de processos participativos. O produto desses processos pode ou não ser o mapa, e o mapa pode ou não assumir a formalidade técnicas daqueles elaborados de forma convencional.

Os processos participativos em cartografia querem aproximar a base técnica de uma cartografia convencional com os conhecimentos e linguagens próprias da realidade sociocultural das comunidades onde tal conhecimento é produzido, validado e difundido por meio da oralidade¹. A produção e organização de informações espaciais nas abordagens participativas tem feito do mapa - produto consagrado na cultura ocidental - um recurso privilegiado na sistematização e comunicação de conhecimentos espaciais em variados contextos culturais. Esta constatação nos obriga a perguntar se as experiências de mapeamentos participativos são comprometidas com os objetivos e interesses locais dos grupos sociais onde são desenvolvidos (SANTOS, 2011). Por outro lado, este questionamento nos obriga a refletir sobre o posicionamento ontológico e epistemológico adotado pela geografia e, mais especificamente pela cartografia, nos estudos interdisciplinares na interface com a antropologia e iniciativas de fortalecimento comunitário.

A geografia, conforme Milton Santos (2002) define nas primeiras páginas de *A Natureza do Espaço*, tem como pressuposto primeiro “*constituir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações entre si e das obras resultantes, o que inclui toda a ação humana sobre o planeta*” (p. 18). Embora ela assuma um lugar privilegiado na elaboração dos conhecimentos espaciais na tradição científica ocidental, suas categorias e conceitos foram empregados por outras áreas do conhecimento científico e, uma vez popularizados, foram apropriados por movimentos sociais e ativistas de diferentes áreas. Este é o caso particular do mapa, linguagem frequente em diferentes áreas do conhecimento na forma, por exemplo, dos atlas de anatomia e outros.

A geografia e suas múltiplas abordagens, para início de nossa exposição, constituiu-se como uma ciência dedicada ao estudo das relações espaciais estabelecidas pelas ações humanas sobre o *espaço geográfico*². Deste ponto de vista teórico, o *espaço geográfico* é

¹ O conhecimento local ou tradicional, como prefere Manuela Carneiro da Cunha (1994), é produzido por meio da experiência sensorial e se difere do conhecimento científico que tem por base os conceitos. A oralidade é outro traço distintivo deste conhecimento local, e por isso o mapa é para as comunidades tradicionais ou indígenas uma linguagem “exótica”, não alinhada com as formas que assume o pensamento local.

² Se escolhermos utilizar conjuntamente, conceitos como espaço (especialmente a concepção de espaço subjacente ao mapa) e território, como categoria que melhor apresenta a forma pelas quais as relações espaciais das comunidades com que trabalhamos se expressa é porque Milton Santos o apresenta como uma síntese, sempre

compreendido como a base material de uma rede de significados que se constitui como resultado e pelo acúmulo da ação humana no decorrer do tempo, ou seja, pela cristalização no espaço das formas produzidas historicamente pelas sociedades. O espaço geográfico é, portanto, espaço produzido, projetado, vivido que a ação humana cria e recria. Assim emerge o conceito de território, central neste trabalho, e que resumidamente, definimos como o *espaço* disputado, apropriado e significado por meio das ações, estratégias, valores e representações, expressão das muitas territorialidades que cada grupo desenvolve (HAESBAERT, 2011; SACK, 1986; SANTOS, 2002). A partir desta construção teórica a Geografia pode contribuir significativamente para pensar e repensar as temáticas socioambientais, as questões territoriais e a participação dos diferentes sujeitos (ou atores) nas relações sócio-espaciais que definem nosso sistema econômico e as diferentes territorialidades.

A cartografia dita social ou participativa, como preferimos, é um campo de conhecimento que extrapola o campo teórico e técnico consagrado pela ciência geográfica. Extrapolar não significa ruptura ou negação do valor que o conhecimento cartográfico já produzido comporta. A diferença que nos interessa enfatizar reside em optar por métodos de pesquisa e trabalho que assumem a intervenção na realidade social como objetivo, que reconhece e busca apreender as territorialidades expressas pela forma como os grupos humanos produzem o espaço e dão significado às relações espaciais que criam em seu dia-a-dia.

No entanto, não é sempre que os objetivos que justificam os mapeamentos participativos estão comprometidos com os valores, princípios e com as demandas sociopolíticas dos grupos cujo territórios são representados. Neste e noutros casos, é fundamental a reflexão contínua sobre a produção e uso dos mapas ao longo da história, sobre os impactos desta prática sobre os diferentes contextos sócio-espaciais³ nos quais os mapas foram introduzidos. A partir dos trabalhos que se reúnem sob esta designação, a cartografia social tem construído um conjunto de procedimentos que buscam refletir e representar o *espaço*,

provisória dos conteúdos sociais e das formas espaciais. Este autor defende ainda que “*A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdos. Da mesma forma e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo o debate de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas* (SANTOS, 2002, p. 22)”

³ Adotamos a grafia com hífen, posicionando-se pela compreensão de que o radical *sócio* somado à espacial, destaca a relevância do fator espacial entre as determinações que definem as relações sociais. Sobre esta discussão ver CATALÃO, I. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. Revista Formação Online, no. 18, volume 2, p. 39-62, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/597/1226> Acessado em 12 de março de 2016.

os *territórios* e as *territorialidades* de diversos segmentos da sociedade de forma crítica, conforme discutem os artigos organizados por Henri Acselrad (2004), por Biörn Sletto (2009), Emerson Renato dos Santos (2011) e outros citados neste trabalho.

Assim, a Cartografia Social, como temática estruturante desta pesquisa, é compreendida a partir do propósito de estimular o protagonismo dos atores locais a partir da elaboração coletiva de mapas que permitam a estes articular seus saberes em favor de interesses comunitários e agir sobre seu território e intervir nas transformações a que está sujeito (CUBIDES, 2009). Nesta linha de raciocínio, a elaboração de mapas em processos participativos mobiliza processos de aprendizagem compartilhados e orientados social e politicamente. Como na educação ambiental, o envolvimento ativo dos sujeitos sociais na reflexão e busca de solução para as suas problemáticas socioambientais é fundamental. É na sociedade que residem os valores que a estruturam, valores capazes de se renovarem e renová-la sob uma perspectiva democrática e ambientalmente justa (SORRENTINO, 2005). Nesse sentido, a participação dos sujeitos na solução de seus problemas socioambientais é fundamental e propicia base sólida para a crítica e a renovação dos valores que orientam as relações sócio-espaciais e ambientais.

Por esta perspectiva, acreditamos que as abordagens participativas empregadas no âmbito da cartografia social se aproximam teórica e metodologicamente da pesquisa-ação ou pesquisa participativa. Esta perspectiva teórica, que buscaremos elucidar neste trabalho, defende basicamente a eliminação da distinção entre objeto e sujeito da pesquisa mobilizando os recursos e potência organizativa contida nas comunidades (DEMO, 1982). Em outras palavras, a aproximação teórica e metodológica entre os mapeamentos participativos e a pesquisa-ação pretende enfatizar a importância da ação e da reflexão que a elaboração de mapeamentos participativos e a pesquisa-ação requerem.

II. Intencionalidades da pesquisa

Dentre os objetivos deste trabalho destaca-se o de explorar os potenciais da cartografia social como instrumento de fortalecimento comunitário.

A partir deste objetivo central, e de acordo com a escolha metodológica, os demais objetivos e caminhos percorridos foram definidos juntamente com os moradores das comunidades quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca, participantes das oficinas de mapeamentos realizados.

Acreditamos que a realização de um mapeamento participativo implica a necessária consideração das relações intersubjetivas que permeiam as práticas participativas, pois nestas se articulam sujeitos com diferentes pontos de vista, níveis de compreensão e intenções que vão caracterizar a forma como cada um se apropria das intenções que sustentam o processo. Foi em meio a esta trama de intersubjetividades que os objetivos foram definidos.

Na percepção do pesquisador, a pesquisa se desenrolou em torno de um desafio comum que exige dele e dos moradores participantes a necessidade de construir e fortalecer posicionamentos comprometidos com os interesses comuns às comunidades e capazes de expressá-los diante de sujeitos externos como agências e órgãos governamentais ou agentes privados.

Por estes motivos, definiu-se como objetivos específicos:

- Realizar um mapeamento participativo das comunidades, estimulando e garantindo seu protagonismo e fomentando a participação de seus moradores nos assuntos de seu interesse;
- Discutir como a combinação teórica e metodológica da cartografia social, da pesquisa-ação e da aprendizagem colaborativa pode ser efetivada em projetos protagonizados por comunidades em situação de vulnerabilidade e incerteza sobre cenários políticos e territoriais.

III. Suportes teóricos e metodológicos: cartografia social, aprendizagem colaborativa e pesquisa-ação

A emergência, no século XX, de uma sociedade de risco, complexa e repleta de incertezas, independente das dicotomias herdadas do século XVIII e XIX, implica para toda a ciência mover-se em meio a dados e fatos que não podem ser tratados como externalidades. Tal contexto coloca em evidência a relação sujeito/objeto na produção do conhecimento, na medida que diluiu as fronteiras entre pesquisador e pesquisado, podendo ambos coincidirem. Desta forma, em vez de afastar aquilo que não pode ser explicado ou controlado por meio dos recursos lógicos e racionais como queria a ciência do século XVIII, o desafio para ciência do século XXI e para a racionalidade do pensamento cartesiano⁴ é justamente lidar com a subjetividade, com

⁴ Quanto ao pensamento cartesiano simplificado e transformado em um rótulo no presente, vale resgatar a compreensão de Douglas Santos (2002). Para este autor, desde Copérnico, Galileu, até Descartes, Newton e finalmente Kant, há um movimento de compreensão de mundo que evolui em resposta às transformações do sistema econômico que organiza a sociedade. Em diálogo com a discussão ontológica que permeia as transformações do pensamento científico no séc. XX e XXI, vale distinguir o que pensou Descartes e Kant quanto à postura do pesquisador. Para o primeiro, o mundo físico se manifesta como realidade a partir de uma linguagem matemática (geometria e álgebra) e o sujeito só apreende o que os objetos permitem conhecer a partir da lógica

a imprevisibilidade das consequências das ações humanas sobre os sistemas naturais e mesmo sociais, bem como compreender os sentimentos que se agitam nas sociedades em resposta ao risco e à incerteza que caracterizam a atualidade. Riscos e incertezas que a ciência normal foi capaz de explicar, mas não de resolver (FUNTOWITZ et RAVETZ, 1997; MORIN, 2003; SANTOS, 1995). Há ainda a necessidade de conciliar os inúmeros projetos de vida que cada sociedade ou grupo - dentro de uma sociedade - concebe para si e para seu território.

Este é o contexto da ciência pós-normal que, no entender de Silvio Funtowitz e Jerome Ravetz (1997), contempla novas formas de pensar, fazer ciência e produzir conhecimento. Para estes autores, a ciência pós-normal se desenvolve a partir do conhecimento interdisciplinar, que envolva novos pares na busca por encontrar explicações e soluções para desafios do presente. O pesquisador é sujeito e objeto do conhecimento, independente do papel que desempenha; a sociedade e seus membros também assumem o papel de produtores de conhecimento e a academia, os técnicos (da ciência aplicada) reconhecem na sociedade contribuições para a efetivação de seus objetivos; reduz-se a fronteira entre o conhecimento científico e os conhecimentos locais⁵ porque se reconhece outras epistemologias possíveis fora da racionalidade da ciência normal que Thomas Kuhn (2011) magistralmente definiu.

A dinâmica das relações sociais, fortemente influenciadas pelo econômico e pelo político, apresenta maior complexidade à medida surgem os *novos movimentos sociais* e novas formas de fazer política que exigem do Estado uma atuação não apenas reativa, mas proativa e rápida (SORRENTINO, 2005) porque a rede dos lugares se amplia por meio das conexões que os sujeitos sociais criam e recriam continuamente. É um contexto onde os novos movimentos reivindicam espaços para o exercício da cidadania contrapondo-se aos espaços da globalização onde imperam as verticalidades⁶ de Milton Santos (2002).

Ao mesmo tempo, o desejo de cidadania agita-se nas “entranhas” do lugar⁷ e do

matemática que anima o mundo. O conhecimento surge do objeto e o sujeito “existe” quando é capaz de pensar o mundo físico a partir de sua linguagem matemática. Para Kant, o sujeito sente o mundo e há um conhecimento *a priori* baseado nos sentidos que informa a intuição de uma ordem no mundo físico. Esta compreensão se estabelece na medida em que o sujeito é portador de uma sensibilidade com a qual ele percebe o espaço e o tempo e daí intui suas grandezas. Esta é a base segunda a qual, o espaço não é mero receptáculo (algo externo ao sujeito, juntamente com os objetos do mundo físico e seus fenômenos), mas a base pela qual, mediante uma representação sensorial do mesmo, pode-se compreender as relações entre os fenômenos externos.

⁵ Usamos conhecimento local em substituição a conhecimentos tradicionais, conforme Cunha (2009).

⁶ A noção de verticalidade, no pensamento de Milton Santos, permite compreender um tipo específico de relação entre sujeitos marcadas por assimetrias de poder e pela imposição de interesses e projetos de uso externos ao lugar. O conceito de Lugar remete à escala espacial da vida cotidiana de um sujeito ou comunidade, ao qual se impõe interesses e forças cujas ações são muito mais amplas. A verticalidade, assim, nos remete à relação global-local, que na globalização tem colocado em questão os interesses locais em favor dos globais.

⁷ Lugar, para Milton Santos, contempla ao mesmo tempo a dimensão das representações simbólicas e as função do espaço constituídas na escala de vida, de “*um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e*

território e, ao invés de sucumbir, reafirma-se a partir de novas identidades (ALMEIDA, 2002), de uma nova ética que, segundo Morin (2003), é a consciência planetária e para Gattari (2005) uma ecosofia. Como explica Guatari e Rolnik⁸ (*apud* HAESBAERT, 2011), tais movimentos têm o desejo como motivação; seus princípios organizativos não correspondem apenas a recortes raciais ou de classes, mas adquirem coesão por partilharem ideais e visões de mundo que apontam para a horizontalidade das relações.

A ação destes sujeitos, por meio de novos movimentos sociais, surge a partir do lugar e do território como aproximações, rupturas, tensões e conflitos, sempre influenciados por interesses diversos, frequentemente, de abrangência pontual e restrita, mas que repercutem globalmente em grupos que compartilham das mesmas convicções.

É assim que emergiram em todo o mundo, desde a década de 1970 sobretudo, experiências de cartografias contra-hegemônicas em que movimentos sociais e artistas contestadores descobriram, paralelamente aos estudos sobre a história da cartografia, o poder do mapa e passaram a apropriar-se dele e de sua linguagem para questionar as visões de mundo imperantes e as formas convencionais de cartografar e explicar a realidade ou o mundo (HARLEY, 2002; PICKLES, 2004).

Passa-se a propor rupturas na normalidade do pensamento, nos usos e nas finalidades potenciais dos mapas (NOVEMBER et. al., 2014; SANTOS, 2011). E se as conquistas da democracia foram e são ainda limitadas, dominadas pelo consumismo típico das sociedades industriais, os mapeamentos participativos poderiam reunir um conjunto de práticas potencialmente emancipadoras.

Infelizmente, verificamos pelas experiências relatadas mais adiante que seus resultados podem ser limitados, se não negativos, sobretudo porque a apropriação e controle das tecnologias de informações espaciais (TIEs) pelas comunidades ou grupos sociais minoritários e vulneráveis não se realizam de forma intensa como esperado (FOX et. al., 2008). Dificuldade estruturais e de formação básica dificultam e limitam o das TIEs pelos sujeitos que se pretende beneficiar. Existe uma ampla cadeia produtiva associada às novas tecnologias de

instituições...” (Santos, 2002, p. 321). É por meio de conflitos e cooperação que diferentes sujeitos se afirmam, por meio de suas representações e intenções. Santos afirma que: “*Através desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação*” (Santos, 2002, p. 320).

⁸ Haesbaert, em seu livro *O mito da desterritorialização*, comenta como o pensamento de Deleuze e Guatari compreende o conceito de território. A referência indireta é da obra F. Guatari e S. Rolnik, *Micropolítica: cartografias do desejo* (Petrópolis, Ed. Vozes, 1986), que expressa a mesma compreensão que, embora instigante, não incluímos em nossa revisão bibliográfica.

mapeamento frequentemente empregadas nas experiências relatadas, nas quais os envolvidos, as comunidades, as ONGs, as agências financiadoras, os governos e os detentores/desenvolvedores de tecnologia participam de forma bastante desequilibrada (NOVEMBER et. al., 2014).

Por razões que exploraremos adiante, a cartografia aplicada às comunidades tradicionais ou tribais, como todo conhecimento produzido pelo homem, é limitada. Desejamos compreender tais limites a partir da reflexão na ação, e quiçá, oferecer uma contribuição para seu uso e aplicação, especialmente na perspectiva interdisciplinar. Ou, como explica Wood (1993) uma perspectiva crítica não seria suficiente para representar uma mudança de paradigma no impulso de mapear. É necessário compreender os mapas e seu uso não apenas como emissão e recepção de uma mensagem, mas como um meio de provocar mudança na forma como uma pessoa ou um grupo de pessoas veem o mundo.

As transformações oriundas das dinâmicas sociais - aumento da complexidade social, continua transformações das dinâmicas espaciais⁹ em suas dimensões políticas, econômicas e culturais - impelem o desenvolvimento teórico e metodológico para além do campo científico. A consolidação da democracia e do estado de direito no Brasil configura uma nova perspectiva ética para a compreensão da sociedade no início da formação das sociedades industriais e atualmente. Ampliam-se os espaços de participação social, indiretamente pelo voto nas democracias representativas, e diretamente onde se concebe a participação social (democracia participativa). Reconhece-se novos sujeitos de direitos quando se atribui às futuras gerações o direito, por exemplo, ao usufruto de bens comuns, como recursos naturais e serviços ecossistêmicos essenciais como produção de água, regulação climática, polinização e outros¹⁰. Movimentos sociais e organizações não governamentais ganham destaque e protagonismo e passam a figurar como novos atores sociais, com ações pontuais e limitadas (salvo exceções) a pequenas escalas do mundo globalizado (LAFER, 1988; SANTOS, 1995).

A ampliação das garantias democráticas do século XX permite maior liberdade de manifestação, de contestação e reivindicação em todas as esferas da vida pública. Neste contexto, o uso da cartografia por comunidades e grupos subalternos corresponde à apropriação de um saber espacial - e de suas ferramentas - imprescindíveis para as sociedades

⁹ Estas dinâmicas se apresentam cada vez mais articuladas e organizadas em sistemas de ação e objetos (SANTOS, 2002). Para Milton Santos, é a partir de sistemas de ação complementares que se define o *espaço geográfico* como *meio técnico científico informacional*. Neste meio estão as paisagens, a configuração territorial do trabalho e as rugosidades, todas marcadas por relações de transitoriedade, continuidade e por verticalidades.

¹⁰ Conceituamos estes serviços como ecossistêmicos de acordo com a definição da Millenium Ecosystem Assessment (2003), disponível em <http://www.millenniumassessment.org/en/index.html> (acessado em 09/02/2016)

contemporâneas. É bom destacar que, mesmo sendo concedidas como instrumento de controle espacial, as tecnologias de informação espacial (TIE's) têm sido demandadas pelos movimentos sociais à medida que compreendem sua íntima relação com o exercício do poder e do controle espacial (LACOSTE, 2005). Há neste processo um trânsito, uma troca mutuamente transformadora entre o saber local, seus interesses e o saber científico que também se transforma nesta relação em que novas questões são formuladas e respondidas. Necessidades e direitos básicos são reconhecidos, conquistados e estendidos, ainda que apenas formalmente, a toda a humanidade.

Em um contexto mais amplo, o movimento descrito acima se combina com padrões de transformações econômicas, ambientais e comportamentais em meio às quais ocorrem processos de homogeneização de gostos e interesses, muitos dos quais partilhados contraditoriamente por diferentes grupos, independentemente de recortes de classe. As oportunidades de ascensão financeira, de formação profissional e cultural, embora as desigualdades entre ricos e pobres se mantenham, estão mais acessíveis aos diferentes grupos sociais, graças à revolução da comunicação e da informática no final do século XX. As novas condições nas quais a sociedade se reproduz levam, com no exemplo brasileiro, ao amadurecimento da democracia e têm permitido a ampliação da participação social em alguns campos da gestão pública que, apesar das fraquezas de nosso sistema político e administrativo, está garantida na Constituição Federal de 1988.

A garantia deste direito compreende processos organizativos que demandam a articulação de conhecimento e habilidades específicas da prática política das comunidades junto ao Estado e ONGs. A exigência por novos conhecimentos e reflexão contínua faz da organização sociopolítica um processo cognitivo de produção e troca de conhecimento e, além disso, de exercício de cidadania e fortalecimento comunitário. A isso, chamamos aprendizagem colaborativa. Adotamos essa conceituação, seguindo a ideia desenvolvida por Torres e Irala (2015), segundo o qual o aprendizado é favorecido pela interação com pares, nesse caso, com os membros da comunidade envolvidos nos processos de mapeamento propostos¹¹. Desta forma, o emprego da cartografia no contexto sociopolítico de comunidades culturalmente diferenciadas e socioeconomicamente vulneráveis desde final da década de 1970, permite visualizar este potencial e estimular a reflexão teórica.

¹¹ Por orientação da banca, adotamos o termo aprendizagem colaborativa no lugar de aprendizagem social, mesmo que haja uso deste termo na literatura sobre abordagens participativas. Segundo a reflexão proposta, todo aprendizado é necessariamente social e o que desejamos enfatizar é sua produção em contextos de troca entre pares, quando a mobilização comunitária no enfrentamento de questões que afetem um determinado grupo de pessoas agrega conhecimentos diversos para o conjunto de pessoas envolvidas.

As experiências desenvolvidas desde então, produziram conhecimentos que permitiram e ainda permitem potencializar os processos de desenvolvimento socialmente comprometidos com os sujeitos tradicionalmente subordinados às dinâmicas espaciais (econômicas) globalizadas e globalizantes, favorecendo sua participação nos processos decisórios de seu interesse quando existem, ou demandando sua criação, quando ausentes.

A fundamentação metodológica da pesquisa-ação nesse contexto parece ser adequada a tal objetivo, permitindo aproximar pesquisador e pesquisado e torná-los coautores do mapeamento, favorecendo a aprendizagem na ação que os processos de mapeamento desencadeiam. O pesquisador, por sua vez, deve comprometer-se com as problemáticas, interesses e peculiaridades locais.

O contexto social, político e territorial descrito acima corresponde ao cenário no qual este trabalho se desenvolveu. Por isso, desde o início, os mapeamentos participativos desenvolvidos nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, no município de Barra do Turvo/SP, tiveram como perspectiva teórica e metodológica a pesquisa-ação e as abordagens participativas como estratégias cognitivas para produzir, sistematizar e refletir sobre os conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais e efetivá-los como fortalecimento comunitário e, academicamente, ampliar a aplicabilidade dos métodos empregados e aperfeiçoar os pressupostos e conceitos dos campos de saber aqui mobilizados.

IV. Enunciado da pesquisa

A cartografia social e os mapeamentos participativos, articulados à pesquisa ação, apresentaram um *corpo* teórico e metodológico capaz de promover e desencadear a aprendizagem colaborativa em uma comunidade e, assim, mobilizar saberes e práticas locais a partir da linguagem cartográfica. Este enunciado sugere que os passos essenciais deste processo contemplem o *reconhecimento*, pelo conjunto dos sujeitos envolvidos, de seu território, dos conflitos internos e externos, bem como de suas limitações e potencialidades. Em seu conjunto, as ações propostas neste processo trariam como resultado, a melhora qualitativa da participação comunitária na gestão do território e gestão de UCs.

Sobre esta afirmação incidem as reflexões teóricas e fatos dos quais tomamos conhecimento ao longo da vivência em campo. Entre estes fatos destaca-se a prioridade da titulação da terra em face de outras demandas como, por exemplo, as relacionadas ao Plano de Manejo da Unidade de Conservação não realizado até a finalização desta pesquisa.

Do enunciado chegamos à premissa segundo a qual o emprego dos procedimentos específicos, definidos a partir do escopo conceitual e metodológico das pesquisa-ação e dos mapeamentos participativos, seriam validados por sua capacidade de contribuir para o fortalecimento comunitário, independente do objetivo imediato que mobilize os esforços da comunidade¹².

A confirmação desta premissa não é simples. Primeiramente, porque é necessário isolar os eventuais resultados do processo de mapeamento na organização política das comunidades de outros fatores externos que intervêm na realidade local. Isto implica identificar se tais resultados seriam decorrentes da melhor compreensão do território promovida pelo mapeamento ou de pressões externas que estimularam reflexões convergentes, favorecendo o interesse e o envolvimento comunitário no processo de mapeamento realizado. De toda a forma, fica a dúvida quanto às condições para se avaliar a pertinência das afirmações que aventamos ou dos procedimentos que mobilizamos durante o processo como estratégia de compreensão e intervenção na realidade local pelos próprios moradores.

A compatibilização de interesses em situações de conflitos socioambientais e fundiários foi o foco inicial dos estudos realizados a partir dos dois mapeamentos realizados entre 2012 e 2015. A mudança para os objetivos apresentados anteriormente deve-se à dimensão que certos temas ganharam durante o mapeamento. No caso das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca e outras inseridas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, a sobreposição entre o território quilombola e a área de sob proteção ambiental pela RDS é um dos aspectos relacionados ao conflito fundiário que afeta as comunidades e que envolve a disputa pelo domínio da terra entre o Estado, terceiros e os ocupantes tradicionais da região - as comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca e outras.

¹² Por isso, buscamos organizar as atividades de mapeamento a partir de procedimentos próprios das abordagens participativas que pudessem, a um só tempo, contribuir para o fortalecimento comunitário e para o alcance dos objetivos manifestados pelas comunidades. Um cuidado especial, referente à inegável interferência nos assuntos internos da comunidade decorrente da pesquisa-ação foi ressaltar os diferentes os objetivos e responsabilidades da comunidade e do pesquisador quanto a temas urgentes que seriam levantados a partir dos procedimentos mobilizados no mapeamento participativo.

Parte I

1. Os mapeamentos participativos

A produção cartográfica, desde o início desta pesquisa, foi o foco das diversas atividades de campo e das leituras realizadas. No entanto, como discutiremos mais adiante, o processo de mapeamento nos obrigou a refletir sobre temas como identidade, políticas ambientais e acesso à terra. Estes temas são, isoladamente, amplos o suficiente para gerar não apenas uma pesquisa acadêmica, mas muitas. Por isso, abordamos cada um destes temas sem a pretensão de esgotá-los, mas para compor, a partir de considerações e dados específicos, um conjunto de conhecimentos e constatações que nos permita operar os conceitos fundantes do presente estudo.

Estes conceitos não são, como veremos, exclusivos da geografia e graças a isso há hoje um fecundo diálogo entre diferentes campos do saber que melhoram as condições de interpretação e intervenção social por parte de pesquisadores engajados com as causas sociais que desafiam a capacidade política e econômica da nossa sociedade em superá-los.

Território e territorialidade são os conceitos estruturantes das interpretações realizadas e o emprego dos métodos de pesquisa elegidos nas atividades de mapeamento. Com eles iniciamos a Parte I deste trabalho organizando e apresentando ao leitor os fundamentos que sustentam o uso destes conceitos.

O território está intimamente relacionado às práticas cartográficas. É assim com as técnicas convencionais que se desenvolveram a partir do século XV e sobretudo nos séculos XVIII, XIX e XX, e também para autores empenhados na reflexão crítica sobre a história da cartografia convencional. Autores como Harley, Wood, Cosgrove e outros apresentam novos pressupostos para pensar a produção, uso e disseminação do mapa e dos mapeamentos na sociedade contemporânea. Os novos usos e possibilidades de emprego do mapa, por consequência, nos impõem a necessidade de uma revisão conceitual de suas bases metodológicas. Atendendo esta necessidade discutimos a seguir a concepção de território a partir da qual desenvolvemos experiências de mapeamento que apresentamos neste trabalho.

1.1 Do conceito de espaço ao território

Na base de toda cartografia subjaz uma concepção de natureza, de meio e de valores que orientam a apropriação humana dos ambientes naturais e seus recursos. Não é objetivo deste trabalho elucidar os recortes ontológicos e epistemológicos que explicam tais relações, apenas compreender a especificidade do objeto sobre qual a cartografia se debruça, o espaço e as categorias que, numa perspectiva estruturalista, derivam deste conceito geográfico central.

Milton Santos explica que

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdos. Da mesma forma e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo o debate de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas [...] (SANTOS, 2002, p. 22).

Território seria, nessa concepção, uma categoria analítica que nos permite compreender as bases da relação homem-meio e, como ensina Raffestin (1993), superar a dicotomia que este binômio representa. Para este autor, o território é o campo operatório constituído e disputado por múltiplos atores em relações marcadas por simetrias e dissimetrias de poder. As configurações territoriais podem, assim, ser compreendidas como o resultado de um campo de força, onde se cristaliza o resultado da somatória de projetos que cada ator concebe para um determinado espaço apropriado, para cada território. Explicar as particularidades e a diferenciação espacial requer a compreensão da forma como ocorre a apropriação real e simbólica de um espaço por um grupo e como seus sujeitos o concebem e agem sobre ele.

A apropriação real e simbólica está relacionada à organização social das sociedades que a realiza em cada caso. Para Milton Santos, a constituição do território se realiza por meio de normas definidas no plano da divisão do trabalho entre lugares e espaços nacionais. Raffestin (1993), por sua vez, relaciona a constituição do território aos sistemas sêmicos que tornam funcionais e legíveis os recortes espaciais definidos pelas relações de poder entre atores. Os sistemas sêmicos definem diferentes dimensões do poder, aquele com “p” maiúsculo, institucionalizado do aparelho do Estado, que reivindica para si a definição e a aplicação das normas que regulam os interesses e as ações dos demais atores que agem no território e aquele com “p” minúsculo, característico da relação entre os demais atores sociais. Eminentemente políticas, as relações de poder entre diferentes atores e também os aparelhos do Estado se

orientam por meio do sistema sêmico que confere racionalidade ao sistema de produção na qual se baseia nossa sociedade. Por isso mesmo, “[...] o próprio sistema sêmico é marcado por toda uma infraestrutura, pelas forças de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelos métodos de produção [...]” (Idem, p. 144) que interessam aos atores, mas que são legitimados normativamente pelo Poder do Estado. Assim, temos que os territórios surgem por meio de apropriação fundada em relações de poder e sobre o qual incidem normas.

Partido do conceito genérico de *espaço* para chegar ao *território*, encontramos em Santos uma característica fundamental para compreensão da totalidade que, para este autor é sempre transitória, embora alguns de seus elementos possam ser estáveis. Na compreensão de Santos, a transitoriedade deriva de visão hegeliana de que “o espírito torna-se objeto, pois o espírito é o movimento de tornar-se outra coisa para si mesmo, isto é, um objeto para si mesmo e, depois, sublimar esse estranhamento” (SANTOS, 2002, p. 122) *Tornar-se outra coisa para si* remete à ideia de totalidade em movimento com potencial para diferenciar os lugares segundo intencionalidades específicas. Santos encontra estas intencionalidades nos sistemas de ações e de objetos com o qual define a categoria espaço.

Santos explica que

[...] As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e as infraestruturas. É esse o princípio da diferenciação entre os lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular [...] (ibidem, p. 125).

Cada espaço produzido é, para este autor, composto de formas-conteúdos que expressam as condições de sua existência particular, obedecem e impõem ações que participam de sua constituição e explicam sua posição na hierarquia do *todo* de que faz parte. A ideia de hierarquia presente na reação do *particular* com o *todo* é expressa por relações verticais na qual interesses globais se impõem aos locais se impondo às particularidades dos territórios. As dissimetrias de forças explicam, por sua vez, os diferentes arranjos espaciais, as rugosidades, as permanências e o constante movimento do *todo* e de suas partes, movimento este capaz de redefinir constantemente as características de cada configuração geográfica.

O movimento do *espírito* de tornar-se *objeto*, que Santos (op. cit.) atribui à Hegel, explica as propriedades básicas do *espaço* como conceito central da geografia, mas como dito, não o resume. A extensão, atributo cartesiano do espaço, é uma propriedade relativa à materialidade do espaço e a condição para sua historicidade, assim como o são as possibilidades de ser quantificado e qualificado. Embora, Santos não resuma o espaço a estas características, elas são fundamentais na conceituação deste e de outros conceitos. Historicamente, foi sobre

estas bases que se desenvolveu a história recente da cartografia.

Em função das relações de poder e as intencionalidades que qualificam um dado âmbito espacial como território, percebe-se que não estamos tratando de um espaço absoluto marcado pelo binômio conteúdo/continente, mas sim de um espaço relativo/relacional onde os atributos geométricos como forma, localização e quaisquer quantificações assumem uma dimensão política e simbólica dada pelos sujeitos que exploram o território, que o pensam e o representam de acordo com sua visão de mundo.

Para Santos (op. cit.), a concepção de território como norma deriva de três ordens de ação mediante as quais se dá o cotidiano; a ordem da forma técnica, a da forma jurídica e da forma simbólica. A forma técnica corresponde às ações que colocam os objetos naturais e produzidos, bem como os atributos naturais de cada território, em função das intencionalidades do sistema. O espaço como forma técnica é constituído por malhas, redes e conexões entre as localizações. É o aspecto mais propriamente geográfico e econômico da sociedade, ainda que dependa, como veremos a seguir, de uma ordem ou dimensão política e jurídica.

Para Santos, as ações ou os meios de ação, não são sempre geográficos, mas assumem formas geográficas. “A lei, o costume, a família acabam conduzindo ou se relacionando a um tipo de organização geográfica. A propriedade da terra é um bom exemplo porque é, ao mesmo tempo, uma forma jurídica e uma forma espacial [...]” (ibidem, p. 75). O aspecto normativo do território é constituído e torna-se perceptível por meio das leis que orientam a constituição das feições territoriais. As leis influenciam a forma de apropriação do território pelos diferentes membros de uma sociedade, como a propriedade privada da terra exemplifica. A imperiosa necessidade de mapear delimitar, demarcar, cadastrar os incontáveis parcelamentos da superfície terrestre é um instrumento para comunicar ou impor um determinado poder de um grupo sobre outro, exemplificando o conceito de territorialidade como “a powerful geographic strategy to control people and things by controlling area [...]”¹³, como defendido por Sack (1986, p. 5).

A terceira ordem de ações pela qual o território se constitui pelo cotidiano refere-se à apropriação simbólica. A dimensão simbólica é produto e produtora de sistemas de ações. Mediante valores e significados previamente estabelecidos, a apropriação simbólica é contextualizada e se cristaliza no espaço por meio de objetos intencionalmente construídos e ressignificados segundo as variadas e, frequentemente conflitantes, finalidades humanas. Aqui,

¹³ “uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas por meio do controle de área” (Tradução livre).

novamente, temos relações de poder que se valem de atributos espaciais, sejam naturais ou culturalmente produzidos, para alcançarem objetivos de poder e controle.

A partir das ideias de Giddens e Weber, Santos explica que a ação humana atribui funcionalidade e sentido aos objetos e áreas que manipula. Para ele, há uma articulação consecutiva de atos dotados de propósito racional e de objetivos imediatos (do cotidiano) ou projetados, sobre os quais pesam condicionamentos dados pelos instrumentos, valores, tradições e afetos que uma sociedade ou grupo partilha ou impõe sobre outros. Logo, estas ações e os objetos que manipula são portadores de significados sociais ou culturais que podem explicar suas origens e finalidades dentro de um sistema de ação. Da mesma forma, uma determinada ação e os objetos que cria ou sobre os quais age, podem afetar a ação de outros grupos sobre um território, qualificando assim, as relações de poder sobre as quais Raffestin e Sack fundamentam suas compreensões do conceito de território e territorialidade, respectivamente.

Para Raffestin (1993), as assimetrias de poder são inerentes à prática política por meio da qual os atores relacionam-se entre si para manter ou alterar as partes de uma estrutura ou sistema que lhes interessam e que disputam. A produção do território e de seu respectivo sistema sêmico dentro do modo de produção característico de nossa sociedade sempre exigiu o controle de parcelas do espaço. Assim, a produção de uma “[...] representação é estabelecida em função de objetivos intencionais, porque o espaço é um campo de possibilidades ao qual o ator pode construir vários tipos de tessituras e articular todos os pontos ou só alguns, em rede [...]” (op. cit. p. 146) e correspondem ao duplo processo de controle material, político e cognitivo do espaço tornado território.

Sack (1986) apresenta uma compreensão semelhante. Para este autor, todas as dimensões aqui abordadas, a técnica, a normativa e a simbólica podem ser articuladas em tendências que fragmentam e modelam o território de forma dinâmica. Este processo acontece por meio do “esvaziamento” do território de conteúdos indesejados, inclusive sociais e isso acontece quando uma área é apresentada sem os conteúdos simbólicos prévios que poderiam existir. Ocorre também pela difusão de uma visão em que, por exemplo, uma área é declarada livre para novos usos ou pelo reforço simbólico que estimulam determinados projetos de uso em lugar de outros. Estas são estratégias que impõem uma territorialidade dominante e, revelam a dinâmica que anima o contínuo processo de constituição e afirmação de novas territorialidades. Assim, além das estratégias já citadas, há ainda o *displacement* que desaloja, remove, desenraiza, desterritorializa e que é completado por meio de mecanismos de controle de acesso ao território e seus recursos. Tais tendências se tornam evidentes quando expressas

na forma de classificações e zoneamentos que orientam e determinam usos específicos para um território. Por meio das normas, das classificações e dos zoneamentos muitos conflitos territoriais podem ser ocultados. Como vimos com Santos e Raffestin, fica evidente a dimensão jurídica e normativa que age na constituição dos territórios.

Sack, entretanto, explicita outra dimensão do território, a comunicacional. Para este autor, todas as estratégias apresentadas acima necessitam ser comunicadas. As fronteiras reais e representadas nos mapas por linhas imaginárias cumprem este papel articulando a intencionalidade das ações que atuam no território com as normas que orientam tais ações e as legitimam. As quadrículas que deram ao espaço geográfico sua dimensão cartesiana, ou o *grid* dos sistemas de informações geográficas (SIGs), representam a racionalidade que embasa o controle espacial que a territorialidade hegemônica do sistema capitalista estabeleceu (HARLEY, 2009; PICKLES, 1994; RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986).

Todas as colocações acima têm em comum a concepção de espaço relativo ou relacional em contraposição à noção de um espaço absoluto. A concepção de espaço relativo/relacional permite dar ao território múltiplos significados, em função da forma como ocorre sua apropriação. É nesse sentido que fronteiras, regiões, cidades, bairros e espaço vivido, habitado ganham tornam-se fatos geográficos que, embora dinâmicos, podem ser mais ou menos estáveis. Ainda nesta linha de reflexão, as relações entre os sujeitos¹⁴ têm o espaço como base para suas necessidades e os elementos constituintes das relações sociais se conectam com a dimensão espacial de múltiplas formas, seja por meio da mera localização, seja pelas estratégias mobilizadas em função de finalidades, seja simbolicamente, quando a ação que se projeta sobre o território é apenas afetiva ou cognitiva.

Mesmo diante de rupturas e transformações as territorialidades locais se mantêm assumindo novos elementos. Território e lugar se entrelaçam e se redefinem mutuamente. O conteúdo relacional do espaço é constituído pelos sujeitos, seus interesses e valores, pelos códigos, mediações e estratégias mobilizadas na dinâmica social e pelos componentes espaciais e temporais de seu contexto geográfico (SANTOS, 2002). A noção de lugar, como categoria que abrigam os interesses contrários às tendências exógenas, nos ajudará a compreender de que forma a territorialidade das comunidades quilombolas que apresentamos é a base de sua identidade e de que forma essa identidade reforça sua territorialidade.

¹⁴ Consideramos necessário esclarecer o emprego da expressão sujeito em lugar de ator, como utilizado por Raffestin. Para nós, o termo sujeito se adequa melhor ao objetivo deste trabalho de ressaltar a ação de todo e qualquer indivíduo ou grupo que, individual ou coletivamente, pode alterar uma determinada realidade social. Como visto, o termo ator será empregado sempre que nos referirmos às obras e ao pensamento de Claude Raffestin.

1.2 O conceito de território e os mapeamentos participativos

No âmbito da economia e da ciência política, o conceito de território teve seus significados alargados e flexibilizados pelo seu emprego em formulações que buscaram tanto compreender como intervir na realidade. Nesse sentido, desde o século XIV, as primeiras organizações políticas das quais evoluíram os Estados Modernos, logo tomaram para si a exclusividade de delimitar e controlar sua porção da superfície terrestre. O aperfeiçoamento dos conhecimentos cartográficos impulsionado pelas transformações decorrentes da crise feudal, do surgimento de relações mercantis e dos Estados-Nação e do absolutismo que levará à constituição de um sistema capitalista de produção (HARLEY, 2009; MORAES, 2000) consiste na elaboração de um sistema sêmico (RAFFESTIN, 1993) ou um sistema de ações (SANTOS, 2002) que permitirá aos Estados e investidores privados, realizarem seus projetos territoriais e comerciais em âmbito global. Zonas de fronteiras ganham contornos precisos e passam a ser comunicadas por meio de linhas, a precisão das medidas e a acurácia dos limites territoriais aumentam com o surgimento da geometria analítica e da álgebra estimuladas pelas necessidades atreladas à expansão comercial e territorial europeia. Os Estados, agentes privilegiados das intervenções humanas nos territórios, se valem dos mapas para narrar e naturalizar sua história, legitimar suas posturas no âmbito das relações geopolíticas nas quais o controle e o domínio do território é fator estratégico. A racionalidade e a evolução dos conflitos territoriais durante o imperialismo dos séculos XIX e XX, por sua vez, impuseram ao Estado a necessidade de defesa, organização de seu território e de ação articulada em escala global. Em grande medida, a Geografia Política, segundo Raffestin, sendo uma geografia de Estado, colocou os interesses deste ator em seu centro e permitiu a elaboração de todo um conhecimento e uma prática voltada para o controle, ordenamento e desenvolvimento territorial (RAFFESTIN, 1993; LACOSTE, 2005).

Além deste contexto histórico, há aquelas das pressões democráticas que apontam para outras organizações políticas que, dentro e para além do Estado, postulam acesso e controle sob porções do território nacional, sejam eles organizações econômicas nacionais ou multinacionais, organizações não governamentais, movimentos sociais mobilizados por questões econômicas ou étnicas que atuam em âmbito nacional ou transnacional, bem como organismos supranacionais. Estes são sujeitos organizados e mobilizados pelos mais variados programas e participam, cada um à sua maneira, das relações de força que fazem do território e das estratégias de controle territorial um fundamento dos Estados e das práticas políticas, econômicas e culturais que a atualidade nos apresenta.

Estas transformações impulsionaram a geografia e a cartografia a uma renovação ontológica e epistemológica não limitada aos tradicionais temas econômicos e políticos, mas necessariamente relacionada às questões sociais e ambientais com complexas implicações éticas.

A renovação da cartografia ou o surgimento de “novas” cartografias tem início no final do século XIX. Para os diferentes campos da geografia humana interessava, por exemplo, cartografar fenômenos sociais, como migrações da força de trabalho e aspectos como a relação entre a localização de insumos e os custos de produção, transportes associados ao consumo. Já para a cartografia inserida no aparelho do Estado, os usos militares determinaram significativos avanços quanto à precisão, acurácia e linguagem (CRAMPTON e KRYGIER, 2008): uma cartografia que revela o poder de intervenção do Estado.

Em seus desdobramentos ao longo do século XX a geografia humana não absorveu harmoniosamente estas transformações, ainda que muitos de seus subcampos de conhecimento tenham se consolidado em estreito vínculo com a Cartografia. Ainda assim, Fonseca (2007) sugere tanto uma rejeição inconsciente da cartografia na geografia humana, como a invalidação de certos trabalhos pela ausência de um tratamento cartográfico. A rejeição aos mapas se deveria à inadequação das bases teóricas e das técnicas para a representação de fenômenos sociais segundo os novos postulados que a geografia desenvolveu (op. cit., p. 85-110) e a crítica a esta rejeição se baseia na crença de que a cartografia e os mapas constituem uma linguagem essencialmente geográfica.

Considerando ou não a tese da inadequação entre seus campos ontológicos e epistemológicos, tanto geógrafos como cartógrafos de outras formações, acompanharam as radicais transformações sociais, políticas e tecnológicas que se processam sobretudo a partir da segunda metade do século XX. O desenvolvimento científico no campo da computação, das tecnologias aeroespaciais forneceu uma nova base técnica para o desenvolvimento cartográfico que se verificou a partir, sobretudo, dos anos 1990. Isso abriu a possibilidade para constatar a capacidade humana de alterar as paisagens, os ecossistemas, as dinâmicas naturais e os organismos no presente e, contraditoriamente, a despeito da crença ainda muito vigente no potencial “ilimitado” da tecnologia, muitos autores reconhecem os limites da ciência diante das consequências das ações antrópicas (muitas vezes imprevisíveis e irreversíveis).

O desenvolvimento técnico, teórico e metodológico sugerindo uma insuficiência do paradigma da cientificidade que dominou o desenvolvimento da própria geografia e de outras ciências humanas e permitiu o surgimento de novas leituras dos processos sociais e contribuíram para a demarcação de novas abordagens para os tradicionais temas do

conhecimento que avançaram em meio às “disputas” ontológicas e epistemológicas. O surgimento de uma geografia crítica pode ser compreendido como parte deste movimento (FONSECA, 2007).

Assim, por exemplo, para contornar e estimar os efeitos das mudanças antrópicas na vegetação, emprega-se os mesmos meios técnicos desenvolvidos para a guerra - sensoriamento remoto. Para inscrever na história e nos mapas aqueles sujeitos subalternos, invisíveis à cartografia dos impérios coloniais, verifica-se uma apropriação, uma resignificação e uma redefinição das técnicas e do impulso de cartografar.

Tudo isso ainda parece paradoxal, pois é urgente reduzir a discrepante distância que separa os extremos da cadeia produtiva que conecta os usuários das tecnologias disponíveis e os controladores e desenvolvedores (NOVEMBER et al, 2014). Retomando a dimensão relacional dos sistemas sêmicos mobilizados pelos sujeitos hegemônicos, somos forçados a reconhecer a intencionalidade da assimetria que esta cadeia produtiva evidencia. O acesso assimétrico ao conhecimento e tecnologias por indivíduos ou grupos sociais desfavorecidos pode ser visto como estratégia dos sujeitos hegemônicos para manter seu poder/Poder e o controle do território. É justamente por isso que movimentos sociais e outros ousam e se esforçam por subverter os usos das tecnologias de informação espacial em busca de ferramentas cujo acesso é restrito e caro e pô-las a serviço de interesses contra-hegemônicos (SANTOS, 2011).

Desta forma, a questão essencial para o desenvolvimento epistêmico da geografia e da cartografia não é apenas solucionar a inadequação entre as necessidades de um conhecimento e suas formas de representação, mas rever também as formas e os meios como se produz as representações do espaço na cartografia bem como o acesso aos meios técnicos, a legitimação das novas linguagens que emergem nesse processo em curso. Algumas constatações podem ser feitas sobre isso serão explanadas a seguir.

Assim, tanto a geografia como a cartografia foram e ainda são excessivamente dependentes do mapa base topográfico. Suas representações estiveram sempre articuladas ao conceito de território, sobretudo com as interpretações do território como unidade política no Estado nacional ou como “detentor” de recursos exploráveis por uma economia nacional (HAESBAERT, 2011) ou na concepção assentada na tríade população, território e autoridade (RAFFESTIN, 1993, p. 23). Assim, os temas da geografia humana ainda são representados,

salvo no caso das anamorfoses, sobre o fundo de mapa territorial¹⁵, sendo este um dos elementos de acurácia advindo da cartografia convencional (FONSECA, 2007).

A projeção do território nas representações cartográficas como *fundo de mapa* e métrica predominante nos mapas base e nos mapas temáticos decorre de sua concretude como fato político e de seu desenvolvimento teórico em diferentes campos do saber, especialmente em ciência política, sociologia e economia (idem). Mas como ficam as teorizações da geografia e de outras ciências humanas elaboradas a partir do conceito de território?

No âmbito da geografia, Ratzel, por exemplo, defende que a ciência política não pode prescindir do território. Para ele, “Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado” (RATZEL, 1990, p. 74). Na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio e pelo “[...] controle político de um âmbito espacial [...]” (MORAES, 2000, p. 19). Para Ratzel, no entanto, o território não é um espaço relacional, ou seja, não é um campo de forças em permanente disputa para territorializar-se, ele apenas se configura a partir do domínio de um grupo sobre uma porção do espaço (Idem).

Na perspectiva relacional que se consolida a partir da segunda metade do século XX, o território está “inserido dentro de relações sociais-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder” (HAESBAERT, 2011, p.80). Isto explicaria a voracidade com que os impérios coloniais europeus buscaram mapear seus domínios e valer-se dos mapas como instrumentos de poder e legitimação do controle político sobre os espaços. Este uso dos mapas foi bastante discutido por Jean Brian Harley em seus artigos clássicos de 1988 e 1989, respectivamente, *Maps, knowledge, and power* e *Deconstructing the map* (HARLEY, 2002).

Raffestin compreende a política como o centro das dinâmicas sociais. A política, assim, pode explicar a relação (de poder) entre os atores, suas intencionalidades e as resistências. Para este autor, não há externalidades entre os múltiplos atores. De indivíduos a organizações, Raffestin afirma que o Estado é o mais poderoso entre todos, mas isso não o coloca em situação confortável em relação a sua própria dinâmica interna ou a outros Estados. Sua existência se dá espacial e temporalmente, importando-lhe a extensão de seu poder no espaço (dimensão territorial) e no tempo (sua duração). Assim, seja para os impérios coloniais

¹⁵ O fundo territorial corresponde à utilização da área e da forma do território, matematicamente calculada e projetada no mapa-base, como referência para outros mapeamentos. Recentemente, em lugar do fundo territorial como métrica para a leitura dos mapas e conseqüentemente de uma dada realidade geográfica, tem-se utilizado a métrica populacional que altera a forma dos territórios a partir de um dado populacional ou outro. Por isso, tais propostas têm sido chamadas de anamorfoses. Elas têm aberto novas possibilidades de correlação entre fenômenos a partir da leitura dos mapas.

ou para o Estado contemporâneo seu Poder “se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” (RAFFESTIN, 1993, P. 52).

A concepção de território com base no controle político é necessariamente jurídica e, portanto, se expressa em um “emaranhado de relações simbólicas em que o próprio território passa a ‘trabalhar’ mais pelas imagens que produzimos dele do que pela realidade material-concreta, que nele construímos” (HAESBAERT, op. cit, p. 85). A cartografia, portanto, seja em sua versão mimética ou performativa¹⁶, assume este papel e intervêm na produção do espaço a partir das territorialidades representadas por meio de mapas (HARLEY, 1988; PICKLES, 2004, COSGROVE, 2006).

A natureza mimética ou performativa das representações espaciais implica o reconhecimento do que Raffestin apresenta como as duas faces do espaço:

“[...] uma é o plano da expressão, constituída por superfícies, distâncias e propriedades, e a outra é o plano do conteúdo pelas superfícies, distâncias e propriedades reorganizadas, que tem seus significados dados pelos atores sociais. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um ‘espaço abstrato’ simbólico, ligado à ação das organizações [...]” (op. cit, p. 48).

Na concepção de Sack territorialidade é “[...] the attempt by an individual or group to affect, influence or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area [...]”¹⁷ (SACK, 1986, p. 19). As estratégias que ativam a territorialidade consistem na classificação por área e na comunicação desta. (p. 21). Ou seja, estabelecer uma classificação, uma fronteira serve para expressar e comunicar uma territorialidade e seria, portanto, uma estratégia para atingir, influenciar ou controlar recursos de uma área. Por isso, a territorialidade comunica as finalidades e projetos de um grupo sobre seu território, estando “[...] intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar [...]” (HAESBAERT, 2011, p. 90).

¹⁶ Por versão mimética entendemos, segundo November *et. al.* (2014) a pretensão da cartografia de alcançar objetividade e acurácia por meio da representação fiel das características morfológicas do relevo, das formas e extensão das áreas representadas. Esta característica chega a um ponto de desenvolvimento muito grande com o advento das imagens de satélite e de seu tratamento por meio das tecnologias de informação espacial no final do século XX. Já a versão performativa corresponde aos discursos políticos e às narrativas históricas que, impulsionadas pela expansão territorial europeia, fez dos mapas um instrumento de naturalização de uma organização territorial e política produzida por força dos impérios coloniais. Corresponde ainda à usos administrativos e no planejamento que colocam os mapas como indutores de feições espaciais e da mercantilização da terra (HARLEY, 2002; PICKLES, 2004)

¹⁷ Tradução livre (nossa): “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”

Esta é a compreensão que nos permite falar neste trabalho de sobreposição de territorialidades. Trata-se, por exemplo, da interceptação e contraposição de diferentes projetos de uso (ACSELRAD, 2004) de um território em disputa simbólica porque os sujeitos desta relação recusam argumentos econômicos *stricto sensu* – o das comunidades quilombolas e o dado pelas políticas de conservação ambiental na forma jurídica das Unidades de Conservação que territorializam a presença do aparato estatal no território tradicionalmente ocupado pelas comunidades.

Robert Sack (1986) destaca também o papel das relações de convivência e da economia local na organização da experiência espacial dos indivíduos e dos grupos. A cultura seria, então, mais um elemento de expressão da espacialidade. Para ele,

“Territoriality, as a component of power, is not only a means of creating and maintaining order, but is a device to create and maintain much of the geographic context through which we experience the world and give it meaning [...]”¹⁸ (op. cit. p.219).

Por meio desta afirmação podemos compreender a territorialidade como aspecto fundante da identidade territorial de um grupo. Raffestin não se afasta da concepção exposta acima, pois a prática política dos atores visa sempre manter tudo aquilo que atende a seus interesses e projetos. A territorialidade, portanto, não se desenvolveu sob a concepção de espaço absoluto; ela contempla, necessariamente, a noção de alteridade, segundo o qual diferentes grupos buscam o domínio sobre uma área com o emprego de mediadores ou instrumentos. Seriam os mapas um destes mediadores e instrumentos?

Há um componente geométrico nos procedimentos que definem os territórios e a escala segundo a qual os sujeitos sociais pensam e agem sobre seu território. Estes procedimentos referem-se às técnicas de mapeamento consolidados pela tradição cartográfica. Trata-se da projeção de quadrículas como recurso de representação que representam soluções técnicas necessárias à atividade comercial, à conquista e controle de novos territórios, bem como ao parcelamento do espaço e controle da propriedade da terra por meio de mapeamentos cadastrais (SACK, 1986; PICKLES, 2004).

Raffestin (1993) explica que “Os atores sociais intervêm no espaço por meio das representações (mapas, croquis, esquemas) concebidas segundo uma escala determinada [...]” (p. 48). Se, como defendem Pickles (op. cit.) e Cosgrove (2006), os mapas produzem a realidade

¹⁸ Tradução livre: *territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e o dotamos de significados*” (Sack 1986, p.219).

geográfica, podemos compreender pela afirmação de Raffestin, que a escala, como conceito estruturante da cartografia nos informa as finalidades, os recortes e as omissões de quem, através dos mapas, analisa e intervém no espaço. Pois cada ação e cada análise ocorrem e dependem de uma escala específica.

O diálogo teórico entre o conceito de território e as relações de poder entre grupos e atores sociais que exploramos neste trabalho se apoia em Acselrad (2004, p. 13-35) que trata das disputas por territórios, recursos e projetos de uso para os mesmos. Este dado exige que o conceito de território tradicional e o papel potencial da cartografia para grupos não hegemônicos seja discutido atentamente. Retomamos, assim, o objetivo desta pesquisa de discutir as formas e possibilidades de elaboração de representações cartográficas por parte dos sujeitos que na ordem social vigente sofrem com as formas de dominação e exploração econômica e territorial a que estão subordinados. Sobre isso, é importante afirmar que, a elaboração de representações espaciais é tão universal e pode ser observada inclusive no comportamento das abelhas. O que queremos destacar é a possibilidade de elaboração de conhecimentos e representações espaciais fora dos parâmetros ocidentais consagrados pelo corpo conceitual da cartografia (WOOD, 1993).

Os sistemas de significados que constituem as territorialidades estão carregados de intencionalidades. Em resumo, há nessa constatação referências aos sistemas de ação de Milton Santos, aos projetos dos atores sintagmáticos de Raffestin e às estratégias de controle de pessoas, coisas e fenômenos por meio do controle de área de Sack. Todas estas formulações partem da intencionalidade com que se estabelecem relações dissimétricas de poder, por meio da criação ou manutenção de determinados contextos geográficos a partir do qual se vivencia e se codifica o mundo (SACK, 1986).

Os sistemas de significados regulam as relações em diferentes escalas, do global ao local. A dimensão local nos remete à categoria lugar, onde se dá a experiência vivida e a formação da identidade e, portanto, se articula contraditoriamente com as tramas e as redes que conectam os territórios; o lugar é onde se realiza a territorialidade das comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, é onde encontramos motivações de ordens e origens diversas capazes ou não de mobilizar o componente político-organizacional que sustentam suas identidades e suas reivindicações territoriais e de cunho econômico.

No Brasil, desde a ascensão dos governos democráticos a partir do final da década de 1980, em especial em função da Constituição Federal de 1988, emergem inúmeras reivindicações territoriais cujo fundo identitário é territorial (ACSELRAD, 2004; ALMEIDA, 2002; CUNHA, 2009). Este fato demonstra como um dispositivo normativo produz territórios,

induz processos de territorialização e desencadeia processos de reconhecimento identitário que têm o território como base.

Tais vínculos identitários se revelam como territorialidades específicas, cujas intencionalidades podem ou não divergir dos modelos impostos pela modernidade que caracteriza as sociedades urbanas e industriais, tanto no contexto brasileiro como mundial. As reivindicações por acesso à terra, por trabalho, renda e serviços essenciais podem ser associadas aos projetos concebidos pelos sujeitos exógenos e tais projetos podem conter contradições que frustrem seus próprios objetivos. As possibilidades de tais projetos convergirem ou não existem e estão postas no plano das relações entre Estado, organizações não governamentais (ONGs), agentes do mercado e comunidades tradicionais em contextos marcados por grandes dissimetrias. As problemáticas que tais projetos envolvem não se restringem apenas ao contexto dos sujeitos diretamente envolvidos, mas, devido à complexidade e ao emaranhamento das questões sociais e ambientais locais e globais, torna-se necessário reduzir tais dissimetrias, ampliar e consolidar a capacidade de participação social dos segmentos sociais não-hegemônicos. Faz-se necessário, então, verificar se os mapeamentos participativos podem contribuir para atenuar e combater as assimetrias de poder e expressar as diferentes territorialidades e de produzir uma realidade geográfica e socioambiental mais justa e em consonância com os anseios das comunidades tradicionais.

Relativizada a importância do fundo territorial, ampliados os significados de território sua representação passa a refletir os fatores que sustentam a territorialidade dos povos e dos grupos sociais. As narrativas identitárias, o princípio da auto-identificação, a garantia dos direitos territoriais, a participação e a autonomia na gestão do território e seus recursos passam a integrar componentes políticos organizativos que definem a territorialidade (Almeida, 2002) e as representações do espaço, sejam nos mapas ou as representações mentais.

Delineados esses novos nexos entre o conceito de território e as representações do espaço, avançamos rumo ao propósito mobilizador dos mapeamentos participativos. Para isso exploramos as origens do uso da cartografia, seus fundamentos, aplicações e as razões para sua “renovação” no contexto contemporâneo. Depois disso, talvez possamos refletir sobre a coerência possível entre a imagem território e a territorialidade e tenhamos condições de enfrentar as causas da dissimetria das relações que tanto produzem o espaço, suas representações e como se refletem nelas. Precisaremos contar com referências ontológicas e epistemológicas adequadas ao constante movimento do real e suas exigências, se isso de alguma forma é possível.

Sabemos que os produtos cartográficos representam visões de mundo e são invariavelmente produtos e resultados bem específicos de uma cultura, de seus valores e dos interesses políticos que marcam os diferentes momentos históricos de uma sociedade. A partir das visões de mundo que as sociedades europeias fazem emergir ao final da Idade Média, podemos reconstituir parte importante da história da geografia e do modo geral como os conhecimentos espaciais sobre o mundo eram produzidos e difundidos. Mapas, pinturas, panoramas e outras formas de representação espacial tornam-se importantes documentos de legitimação dos territórios recém-conquistados pelos Estados-Nação que se constituem a partir deste período.

A questão central é que a geografia esteve entre as ciências mais importantes para os propósitos políticos que animavam mercadores, banqueiros, príncipes e reis nos séculos XVI em diante. Ela contribuiu para que fosse possível a expansão das fronteiras comerciais e políticas e bem como para a “domesticação” de um mundo incógnito, cada vez mais enquadrado no sistema de significados da época e integrado aos projetos políticos e econômicos hegemônicos dos Estados europeus. A geografia produziu e difundiu, por meio da linguagem cartográfica, uma imagem do planeta e um discurso de legitimação de uma concepção de mundo e de ciência muito específica e autoritária.

Para Jean-Marc Besse¹⁹, o atlas - arranjo intencionalmente organizado de um conjunto de mapas – foi capaz de atender aos interesses específicos e apresentar uma imagem inteligível do mundo, apta a ser apreendida nos círculos das realezas europeias e pelo conjunto da ciência que se desenvolvia. O autor explica: “a ordem dos mapas no atlas desenvolve por assim dizer, um sistema de leitura e interpretação do espaço mundial”. Circulando primeiro nas cortes e entre famílias influentes no comércio e na política e, depois, tendo se popularizado nas escolas, o atlas ajudou a engendrar o mundo como o conhecemos hoje e a naturalizar relações de poder, notadamente, espaciais (HARLEY, 2002).

O reconhecimento das relações entre *mapas, saber e poder* a partir Harley, mas também de Wood (1992), Cosgrove (2012) e Pickles (2004) entre outros, sugere que conceitos geográficos foram forjados a partir da visão de mundo dominante a partir da modernidade que se modelava nas cortes e nos círculos mercantis da Europa a partir do século XVI. Não à toa, como discutido anteriormente, os mapas consolidaram uma determinada forma de

¹⁹ . Jean-Marc Besse, professor convidado pela Cátedra Jaime Cortesão, da Universidade de São Paulo, no ano de 2013, ministrou três aulas de pós-graduação em curso intitulado.... A 3ª. dela teve a “*Totalidade e Dispersão. O atlas geográfico e as figuras da racionalidade*” como tema. O texto de todas as aulas foram entregues aos inscritos.

representação cartográfica fortemente atrelada ao território e comprometida com um conjunto de saberes técnicos que reservou seu uso e produção às esferas de controle político e econômico.

A despeito deste caráter utilitário dos mapas para as finalidades do Estado, o uso dos mapas e suas múltiplas aplicações suscitaram um interessante debate e nos ajuda a compreender as contradições que carrega e o fascínio que exerce. Afinal, o que os mapas de fato representam? Seriam eles uma forma de representação mais objetiva que a própria realidade? Seriam capazes de mostrar elementos, aspectos ou fenômenos que não vemos no espaço real? A discussão sobre este tema é ampla e abrange obras inteiras e o resultado de longas e cuidadosas pesquisas. Na seleção e no recorte que julgamos adequado ao contexto desta pesquisa, nos parece interessante pontuar alguns aspectos sobre as perguntas acima.

Retomando a noção de representação mimética já mencionada acima, temos a ideia do mapa como espelho do mundo. Wood explica tal crença nos seguintes termos: “The rule of a map is to present a factual statement about geographic reality ... the map should offer a transparent window on the world [...]”²⁰ (1992, p. 18). A ideia de que os mapas oferecem parâmetros para compreender a realidade geográfica, a partir de uma visão mais objetiva da realidade geográfica, pode ser explicada pela correlação entre o conhecimento representado no mapa (knowledge of the map) e o conhecimento do mundo a partir do qual o mapa emerge (knowledge of the world from which it emerges). Indo além, “[...] the maps does not represent the terrain as such. Instead, all maps represent a particular image of the world that reveals the agency of the map makers, usually reflecting the interested selectivity of the State [...]”²¹ (WOOD²² apud PICKLES, 2004, 62). Há, neste caso, uma estreita relação entre a intencionalidade que orienta a produção de uma determinada representação do mundo e o mundo tal como o percebemos com e sem a mediação dos mapas. Talvez resida nas finalidades a diferença essencial que transforma uma *representação* em *visão de mundo*, intencionalmente orientada como discurso, como texto. Esta ideia também foi discutida por Harley (2002) a propósito da suposta neutralidade e objetividade pretendida pelos mapas e que retomaremos adiante.

A insistência da cartografia em sua capacidade de representar o mundo com

²⁰ “A regra dos mapas é apresentar uma afirmação factual a respeito da realidade geográfica [...] o mapa poderia oferecer uma janela transparente sobre o mundo” Tradução literal nossa.

²¹ “[...] os mapas não representam o terreno como tal. Em vez disso, todos os mapas representam uma determinada imagem do mundo que revela a intenção de seus criadores, geralmente refletindo a seletividade interessada do Estado [...]” Tradução nossa.

²² A citação refere-se à obra de Denis Wood, *The Power of maps*, publicada em 1993, incluída em nossa revisão bibliográfica e citada em nossa bibliografia.

fidelidade exige alto nível de abstração. O sistema sêmico que organiza a ordem política global e o sistema produtivo contribui para o desenvolvimento do mapa e, ao mesmo tempo, se desenvolve a partir dele. É o que podemos notar pela evolução da noção de fronteira que Raffestin (1993) discute, diferenciando-a em zona de fronteira (de limite impreciso) e a fronteira como limite preciso do âmbito espacial da soberania e do exercício de um poder político por um Estado. Da mesma forma que as fronteiras estabelecem os limites de um território, surge dentro do Estado moderno e do sistema capitalista a noção de propriedade da terra, que por meio do parcelamento do solo estabelece limites “territoriais” e relações de poder baseadas na apropriação de porções do território nacional por diferentes segmentos da sociedade. Este parcelamento do território nacional em propriedades tem sido sistematicamente mapeado em mapas cadastrais e este processo, segundo explica Santos (2002) corresponde à territorialização da norma jurídica e, inversamente, corresponde à abstração jurídica que legitima a apropriação e domínio de uma porção da superfície por um indivíduo ou organização.

Pickles (2004) analisa, a exemplo disto, o papel dos mapeamentos cadastrais sobre formas de uso e acesso à terra, particularmente a partir dos resultados do planejamento e da racionalização do uso do espaço. Para ele, a comoditização da terra, ou seja, sua progressiva conversão em mercadoria é resultado direto da relação entre o mapa e a norma. O mapa como, instrumento objetivo para a tradução espacial das normas e limites, das delimitações e demarcações espaciais, consolida a noção de propriedade privada. O mapa, nesta perspectiva, esteve intimamente ligada aos objetivos comerciais do colonialismo ao imperialismo dos séculos XVI a XX e do mercantilismo ao capitalismo. Este autor explica, recorrendo ao pensamento de Henri Lefebvre, que “The ‘degradation of space’ and the progressive commodification of everyday life is achieved, in part, by representations of space such as maps, architectural plans, and others techniques of spatial rationalization [...]”²³ (PICKLES, 2004, 127).

Os usos da cartografia como controle e mercantilização do espaço não é novidade no século XX, contudo, neste século, o advento da informática e suas aplicações como os sistemas de informações geográficas e a popularização das bases digitais veio desempenhar um papel altamente impactante para as sociedades humanas e para a história do Planeta.

O sensoriamento remoto e as tecnologias de tratamento digital das bases espaciais

²³ “A ‘degradação do espaço’ e a mercantilização progressiva da vida cotidiana é alcançado, em parte, pelas representações do espaço, tais como mapas, projetos arquitetônicos, e outras técnicas de racionalização espacial” Tradução nossa.

trouxeram impactos importantíssimos para este processo de racionalização e controle espacial, fazendo-o mais global e perverso. A acurácia e a objetividade dos mapas assumem a forma de uma ideologia pretensamente neutra. É a partir das possibilidades que a cartografia desenvolve em sua história que, desde o século XVI, os mapas assumem um papel de *espelhos do mundo*. A representação mimética, ainda que fundamentalmente territorial, difunde-se gradualmente, e pelo poder da imagem sobre a percepção e pensamento humano, transformam-se em um forte fetiche. É por isso que as imagens aéreas ou de satélite exercem tanto fascínio sobre quem as observa.

A acurácia e a objetividade dos mapas e das técnicas consagradas se tornaram inquestionáveis. Reside nestes dois pontos o estatuto de objetividade dos mapas, que Harley resume à retórica. Em *Text and contexts in the interpretation of Early Maps*, escrito originalmente em 1990, ele escreve: “[...] maps are also inherently rhetorical images (...). Cartographers also concede that they employ rhetorical devices in the form of embellishment or ornament, but they maintain that beneath cosmetic skin is always the bedrock of truthful Science”²⁴. (HARLEY, 2001, p. 37) A tal retórica está associada à ideia do mapa como texto ou imagem gráfica, produzido mediante o emprego e aplicação de códigos linguísticos formais de comunicação, regras e procedimentos cujos parâmetros de objetividade provêm das ciências exatas. Não obstante, Harley defende que os mapas, ainda assim, nunca serão neutros ou completamente científicos.

Nesta linha de raciocínio, Wood defende que os mapas fazem mais do que nos apresentar uma visão do mundo. Segundo ele, “Maps do not only describe our world, it endows it as a reality that we have to accept [...]”²⁵. Os mapas também nos fascinam, pois “[...] essentially is what maps give us, reality, reality that exceeds our vision, our reach, the span of our days, a reality we achieve no other way [...]” (WOOD, 1992). Alcançar pelo mapa a visão daquilo que não vemos é certamente um feito que fascina. Talvez por isso, tenham os mapas se popularizado tanto e sido empregados nos mais diferentes campos do conhecimento e da arte.

Dadas as condições para o encantamento com esta linguagem, os mapas se tornaram muito populares, mas nem por isso sua complexidade se reduz, a não ser pelo domínio das técnicas, ferramentas e das possibilidades de uso que representa. Fora do universo de sua

²⁴ “Mapas são também inerentemente imagens retóricas (...). Cartógrafos também admitem que eles empregam artifícios retóricos, sob a forma de embelezamento ou ornamento, mas eles afirmam que sob a pele estética há sempre o alicerce de uma ciência verdadeira” Tradução nossa.

²⁵ “Mapas não apenas descrevem nosso mundo, ele o concebe como uma realidade que temos de aceitar” e “essencialmente, é o que mapas nos oferecem, a realidade, a realidade que ultrapassa a nossa visão, nosso alcance, a extensão de nossos dias, uma realidade que não alcançamos de nenhuma outra maneira”. Tradução nossa.

produção, compreender as intenções e propósitos de quem o produz ou condiciona a produção de mapas pode ser muito interessante. Para Wood, os mapas realizam aquilo que Raffestin define como sistema sêmico que sustenta a organização política dos Estados.

É neste sentido que vemos o uso dos mapas nas abordagens participativas como um campo em desenvolvimento voltado para novas formas de mapeamentos e uso dos mapas. Como afirma Harley (2002), os mapas apresentam consequências sociais muito significativas para que fique restrito ao universo técnico da cartografia institucional. Todavia, as “novas” práticas de mapeamento que muitos agrupam sob a denominação de cartografia social, devem considerar a existência de uma ampla cadeia produtiva que domina a produção cartográfica. Somente compreendendo as múltiplas instâncias de que é composta e os interesses de cada sujeito que participa desta cadeia é que será possível avaliar a distância que separa o usuário final do mapa daqueles que controlam a tecnologia de produção e elaboração de mapas assim como as técnicas de mapeamento.

Esta cadeia produtiva se inscreve no sistema sêmico pelo qual se manifesta e organiza os interesses e as ações dos sujeitos no sistema político e produtivo vigente. A partir desta compreensão podemos reinterpretar o impulso de mapear que os caracteriza. É de November *et al* (2013) a fonte da relação que aqui estabelecemos. Para estes autores, há seis etapas essenciais da produção de mapas nos dias atuais, a saber:

- Aquisição de dados espaciais e estatísticos: etapa de levantamento inicial no terreno navegando através dele (atividade heroica no começo, hoje facilitada pelas tecnologias de sensoriamento remoto);
- Manejo dos dados: organização, armazenamento, hospedagem, conservação e padronização das massas de dados adquiridos;
- Recálculo dos dados: refere-se aos efeitos cumulativos e às possibilidades de superposição e cruzamento de referências de muitos tipos de informações heterogêneas mediante normas e procedimentos matemáticos informatizados de manejo de dados;
- Impressão: refere-se às saídas provisionais de uma plataforma na forma em que são produzidas por diferentes tipos de clientes e usos;
- Sinais [*singposts*]: envolve os muitos artefatos que estão alinhados de maneira a fazer utilizável a impressão e a estabelecer alguma *correspondência* (mais sobre isto a seguir) entre dois fragmentos sucessivos de informação;
- Uso navegacional: as variadas formas em que a plataforma é colocada em uso por muitos tipos diferentes de usuários finais.

Em cada uma destas etapas participam diferentes sujeitos e entre eles desenvolvem-se relações assimétricas que definem e condicionam a posição de cada um no complexo sistema de produção de dados espaciais. Se no passado, o mapeamento e a coleta de dados demográficos, por exemplo, envolviam sucessivos e desafiadores trabalhos de campo, hoje dispomos de tecnologias de sensoriamento remoto e organizações especializadas na produção

de dados sociais, econômicos e outros. O sensoriamento remoto é apenas uma das inúmeras tecnologias de informação espacial (TIEs) que aparecem nas etapas seguintes desta cadeia produtiva. O alcance, a precisão e as múltiplas aplicações destes dados é surpreendente e preocupante. Seu desenvolvimento é comandado por organizações e atende a interesses políticos, econômicos e militares muito específicos. Pensar que foram desenvolvidos para o progresso da ciência seria ingenuidade.

A segunda etapa, manejo de dados, apresenta hoje inúmeros mediações tecnológicas condicionadas, como na etapa anterior, ao acesso às TIEs. As TIEs envolvem desde os sensores acoplados a aeronaves e satélites artificiais, quanto softwares de processamentos de imagens digitais e fabulosos bancos de dados. Associada às possibilidades atuais fornecidas pela internet, o uso de tais tecnologias depende de processadores cada vez mais poderosos cujo acesso e manejo está longe de ser acessível a quem queira utilizá-los e depende da articulação de múltiplas habilidades em planejamento, pesquisa, programação e manejo de dados e metadados em bancos de dados especializados.

O recálculo de dados é etapa conectada à anterior, mas, supõe também, a existência de organizações especializadas e que respondem pela disponibilização dos dados em plataformas específicas às quais os usuários, também especialistas, recorrem para alcançar seus objetivos. Nesta etapa é mais fácil visualizar a demanda dos sujeitos que não participam da elaboração dos dados, mas que deles necessitam para o desempenho de suas atividades econômicas. É por isso que se pode falar hoje em geomarketing.

Para atender as diferentes demandas de informações espaciais, existe uma variada gama de saídas para tais informações, ou seja, os diferentes formatos em que estes dados são disponibilizados e toda a infraestrutura que garante sua disponibilidade.

É importante considerar que o número de sujeitos em cada uma destas etapas aumenta consideravelmente, de modo que na sexta etapa, os usuários finais podem ser tão variados quantos forem os indivíduos com acesso ao *Google Maps*, por exemplo, ou para aqueles que um serviço de agrimensura seja necessário. Em outro exemplo, um usuário de SIG de uma universidade pode mapear diversos elementos de uma área de estudo, pode até questionar a qualidade do sensor de um satélite que fornece um determinado tipo de imagem que utiliza na detecção de determinada característica de um ambiente. No entanto, seu poder em alterar tal sensor é limitado ao lugar que ocupa na cadeia produtiva. A imagem a que teve acesso, provavelmente, foi desenvolvida para finalidades diferentes daquela para a qual a empregou. Outro exemplo é a simbologia disponível dos softwares de geoprocessamento que revelam os múltiplos usos a que se destinam. Para se adequar a simbologia em trabalhos com

SIG participativo é comum se recorrer a outros programas de tratamento de imagens, pois os softwares convencionais não foram concebidos para tais usos. Por fim, os custos de acesso a tais tecnologias são altíssimos, o que inviabiliza as iniciativas locais de aquisição de tais recursos sem um apoio financeiro externo, parcerias com instituições ou financiamentos específicos. O uso das TIE's em comunidades e os problemas de acesso e apropriação dessas tecnologias será discutido a seguir.

A partir desta reflexão, podemos percorrer algumas experiências que marcam a produção de mapeamentos participativos nas últimas quatro décadas e problematizar algumas das experiências agrupadas sob o rótulo de cartografia social.

Cartografia social tem servido como designação de um conjunto de procedimentos cartográficos cujos objetivos sugerem propósitos de transformação social, garantia de direitos e fortalecimento de comunidades subalternas no sistema político e econômico hegemônico. Independente das muitas denominações, o que chamaremos de cartografia social se estabelece como um corpo de conhecimento atrelado à produção e emprego do mapa e da linguagem cartográfica fortemente influenciado pelo pensamento científico ocidental. Este é um aspecto que tem recebido críticas de muitos autores. No entanto, é necessário reconhecer e buscar formas alternativas de conceber e empregar o mapa enquanto representação de diferentes territorialidades e realidades sociais. É nesse sentido que buscamos, a seguir, refletir sobre os usos convencionais dos mapas, apontar suas limitações e entrever novas possibilidades de emprego da cartografia.

A cartografia social surge como alternativa teórica e metodológica frente ao emprego convencional dos mapas na sociedade ocidental. Acselrad (2008) destaca quatro aspectos aos quais se opõe a cartografia baseada em abordagens participativas. O primeiro refere-se à contribuição da cartografia na conquista e exploração de novas terras e na interiorização dos domínios coloniais; o segundo aspecto concerne ao uso dos mapas na formalização jurídica de territórios e propriedades e seus efeitos nas relações sócio-espaciais entre diferentes sujeitos sociais. O terceiro aspecto destaca o emprego dos mapas na definição de recortes administrativos para gestão e planejamento territorial e o quarto, por fim, refere-se à definição de zoneamentos – recurso técnico que enfatiza a centralidade do conhecimento espacial para a normatização dos usos previstos e para um território. (LYNCH *apud*²⁶ ACSELRAD, 2008).

²⁶ LYNCH, Barbara Deutsch. Marking Territory and Mapping Development. 6th Annual Conference of the International Association for the Study of Common Property. Berkeley, CA. June 5-8, 1996.

Baseados nesta afirmação, podemos verificar como os mapas têm servido às relações verticais e dissimétricas no planejamento e execução de megaprojetos de mineração, geração de energia, de infraestrutura e de conservação ambiental. Há sempre a participação de um sujeito externo, que dispõe e controla uma variedade de informações espaciais e que se articula com esferas administrativas e políticas hierarquicamente superiores às populações diretamente afetadas por tais projetos. Trata-se de agentes públicos, diferentes esferas de governos e interesses privados que elaboram projetos que visam planos de desenvolvimento regional ou preservação ambiental (GRAIN, 2014). Nestes contextos, é frequente que os mapas nos quais se baseiam as decisões políticas indiquem vazios humanos em áreas tradicionalmente habitadas por populações culturalmente diferenciadas (ALMEIDA, 2002). Nos planos de desenvolvimento, frequentemente impostos por organismos estatais ou privados, tais populações seriam removidas ou integradas a contragosto à dinâmica que a implementação destes projetos inaugura. Durante muitos anos, e ainda hoje, é comum a ausência de espaço para consulta e participação das populações afetadas por grandes empreendimentos, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

No sentido contrário a tais usos da cartografia, surgem experiências de cartografias participativas ou ainda contra-mapeamentos. Os fundamentos das abordagens participativas a partir da produção e organização de informações espaciais junto às comunidades podem apresentar concepções teóricas e objetivos políticos semelhantes, mas se desenvolver por meio de procedimentos e técnicas com implicações diversas como sugerem significativos estudos críticos.

Chapin *et al* (2005), Acsehrad e Jolly (2008) indicam que as experiências pioneiras em mapeamentos participativos tiveram início no Canadá, na década de 1970, quando disputas territoriais opunham empresas mineradoras e povos indígenas. Destas experiências, exemplificando uma mudança de perspectiva na relação entre aquele Estado e os povos tribais de seu território, surge o *Inuit Land Use and Occupancy Project* (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós), que deu origem a outros trabalhos de mapeamentos participativos que se multiplicaram e se difundiram mundialmente. Na mesma década outras experiências foram desenvolvidas em diferentes países e contextos geográficos. No Brasil, por exemplo, o contra-mapeamento desenvolvido por ocasião das discussões sobre o Projeto Grande Carajás, ficou conhecido como a *Guerra dos Mapas*²⁷. Este projeto denuncia a invisibilidade das

²⁷ Livro que descreve a experiência de contra-mapeamento realizado pelas comunidades indígenas e ribeirinhas afetadas pelo já citado Projeto Grande Carajás (ALMEIDA, 1994).

populações indígenas ou tribais nos projetos de desenvolvimento econômico baseado na exploração intensiva de recursos minerais.

É neste contexto que surgem metodologias participativas opostas às abordagens adotadas por organismos supranacionais, como o Banco Mundial, e órgãos de cooperação internacional em projetos de desenvolvimento e modernização da economia e das sociedades latino-americanas, por exemplo. Inspiradas nas propostas de educação popular de Paulo Freire, por exemplo, surgem metodologias como o Diagnóstico Rápido Rural (DRR), ou Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com ampla difusão sobretudo na América Latina.

Enquanto os objetivos da cartografia social, a grosso modo, visavam garantir a posse da terra, a gestão de recursos naturais, o DRP visava a aprendizagem colaborativa e o fortalecimento político-organizativo das comunidades a partir da reflexão sobre aspectos diversos de sua realidade. Pode-se afirmar que, em certa medida, tais objetivos se inter cruzam, diferenciando-se, contudo, pela ênfase maior ou menor nos aspectos estritamente espaciais e nas finalidades que justificam os projetos desenvolvidos (CHAPIN et al, 2005). Estas experiências se proliferaram mundialmente, variando suas terminologias, seus objetivos centrais, seus procedimentos e tecnologias empregados e por fim seus financiadores e parceiros.

A instituição de princípios jurídicos que garantem direitos culturais, políticos e territoriais às comunidades tribais, tradicionais ou rurais levou ao desenvolvimento de técnicas e procedimentos cujas bases eram o lugar, a territorialidade, o território e que desejavam, por meio das abordagens participativas, promover uma melhor compreensão da realidade local e/ou garantir que os próprios moradores se organizassem e se apropriassem de informações específicas sobre sua realidade social e seu território. Os temas de interesse mais frequentes eram o zoneamento do território, o mapeamento de recursos naturais, a identificação de conflitos fundiários, o diagnóstico de problemas, riscos e potenciais, entre outros.

No Brasil, destaca-se, por exemplo, o Diagnóstico Rural Participativo, organizado em cartilhas que orientam o trabalho de agentes públicos em suas ações de assessoria às comunidades rurais. Em outros países, propostas semelhantes podem ser encontradas. É o caso do manual elaborado na Colômbia pela *Asociación de Proyectos Comunitarios* que não utiliza os SIG e nem sequer o mundialmente disseminado PGIS (*Participatory Geographic Information System*).

Constatando a força argumentativa dos mapas enquanto documentos que fundamentam decisões políticas, muitas comunidades locais e organizações não-governamentais e instituições de pesquisa protagonizaram e desencadearam processos de mapeamento baseados em abordagens participativas. O objetivo destes processos era confrontar

dados e evidenciar a presença humana tradicional nos territórios em disputa e desmascarar o que seria uma estratégia comum aos grandes empreendimentos. Os contra-mapeamentos são adotados como estratégia para reunir informações que os mapas oficiais pudessem ignorar (ALMEIDA, 1994).

Entretanto, frequentemente as iniciativas de cartografia participativa esbarram em questões éticas e metodológicas como o controle e o acesso às informações espaciais produzidas no âmbito de tais experiências. Procura-se, por um lado, produzir informações espaciais a partir da participação comunitária, mas se esbarra na dificuldade de garantir o acesso e o controle das tecnologias e das informações espaciais produzidas. Isso implica uma série de desafios e responsabilidades específicos aos sujeitos envolvidos, ou seja, as comunidades e seus membros e os sujeitos externos com quem se relacionam.

De um lado temos os sujeitos sociais que encabeçam a cadeia produtiva dos mapas e de outros estão inúmeras comunidades rurais, tradicionais, tribais e mesmo urbanas que permanecem sem acesso à informação espacial. Na maioria das vezes, mantém-se a concepção de mapa como produtos técnicos e pela complexidade das tecnologias e conhecimentos empregados ele permanece estranho a grande parte dos segmentos populacionais menos favorecidos. As condições para a participação comunitária e para a representação política dessas comunidades nas esferas de decisão das comunidades tradicionais, quando existem, não são adequadas, como recomenda a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Por isso, tais comunidades permanecem duplamente afastadas dos meios de representação e de decisão que poderiam dispor - não conhecem os mapas utilizados no planejamento espacial que frequentemente os afeta diretamente, e não encontram espaço para a participação política mesmo quando os espaços e as decisões lhes dizem respeito.

Considerando as contradições que permeiam as inúmeras experiências já realizadas, ACSELRAD (2008) apresenta uma definição possível para mapeamentos participativos.

[...] Para Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa [...] (*op. cit.* p. 15).

Desta forma, os mapeamentos passaram a ser reivindicados pelas comunidades como estratégias de contraposição aos mapas oficiais. E, além de atender a demandas internas, os contra-mapeamentos passam a abordar novos temas, uma vez que a concepção dos projetos é incorporada pelas lideranças locais.

Apesar deste ganho, os dilemas éticos e metodológicos persistem. O envolvimento de sujeitos diversos - “agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras” (ACSELRAD, 2008, p. 14) - tanto na propositura como em sua execução e financiamento, configura relações dissimétricas. Cada sujeito em questão mobiliza interesses e discursos distintos.

Do ponto de vista metodológico, Santos (2011) explica que os mapeamentos seguem, na maioria das vezes, modelos pré-definidos nos quais as concepções espaciais locais devem se enquadrar em um modelo de representação espacial ocidental. Na mesma linha de raciocínio, Wood (1994) explica que a produção de conhecimento espacial é comum a toda a humanidade, e ainda que envolva procedimentos como localização, dimensionamento, exploração e apropriação funcional e simbólica além de controle, a expressão destes conhecimentos em papel, tal qual um mapa estrito senso, é culturalmente um procedimento desenvolvidos por poucos povos e historicamente determinado. Assim, o mapa seria uma expressão peculiar pela qual determinadas culturas em função de circunstâncias específicas expressam seu conhecimento espacial. Segundo a leitura de Pickles sobre a obra de Denis Wood “[...] map-making was *not* a universal expression of individual existence (like something we might call mapping), but an unusual function of specifiable social circumstances arising only within certain social structures [...]”²⁸ (*apud* PICKLES, 2004; 65).

Seguindo parâmetros externos, os mapas convencionais não contemplariam as formas de produção e expressão de saberes locais e bem como as concepções de mundo locais.

O uso de SIG, bastante difundido nas abordagens participativas, representa bem esta contradição. A constatação feita por Fox, Surianata *et al.* (2008), aponta limites e implicações do uso de SIG nas experiências de cartografia social junto às comunidades tribais e tradicionais nos países ilhéus da Oceania. Para estes autores parte do problema reside nas condições para uma comunidade se apropriar das tecnologias de mapeamento digital e de controlar os usos dos produtos cartográficos elaborados sem o auxílio de sujeitos externos, sejam governamentais ou ONGs e suas agências de financiamento.

Tais dificuldades surgem porque frequentemente se impõe às comunidades uma linguagem e um pacote tecnológico distante da realidade local. Tanto a linguagem computacional como o mapa exemplificam esta afirmação.

²⁸ “[...] cartografia não era uma expressão universal de existência individual (como algo que poderíamos chamar de mapeamento), mas uma função incomum de circunstâncias sociais específicas que se manifestam apenas dentro de certas estruturas sociais [...]” Tradução nossa.

Santos (2011), refere-se também aos interesses que sustentam muitas das propostas e projetos de mapeamento, escamoteando o desejo de conhecer e se apropriar mercadologicamente de conhecimentos locais sobre recursos naturais diversos. Retomando a reflexão sobre a cadeia produtiva que envolve a produção dos mapas (November et. al., 2014) podemos questionar quem determinaria as possibilidades finais de qualquer representação cartográfica. Na perspectiva dos mapeamentos contra-hegemônicos, não seria contraditório que sujeitos subordinados a tais condições técnicas, impostas pelos agentes que controlam as tecnologias de informação espacial (TIEs), se submeterem ao crivo da legitimidade e validade de seus mapas por uma visão estritamente técnica?

A partir desta reflexão, podemos afirmar que, frequentemente, muitos mapeamentos deslegitimam os saberes e valores locais porque negligenciam a necessidade de garantir às comunidades tradicionais e tribais a expressão das próprias concepções e valores culturais (SANTOS, 2011).

As implicações técnicas e éticas do emprego das TIEs nos mapeamentos participativos em tese, estariam baseadas em valores democráticos. Pesquisadores e ativistas reconhecem que “O mapeamento participativo com base nas comunidades é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais [...]” (Fox *et al.*, 2008 p. 72). Segundo estes autores, justifica-se o uso das TIEs pois elas “[...] habilitam as comunidades a fazer mapas de suas terras e do uso dos recursos, assim como para afirmar a legitimidade de seus direitos tradicionais sobre os recursos apropriando-se das técnicas e modos de representação do Estado [...]” (*ibidem*). Em outras palavras, os SIGs confeririam aos mapeamentos participativos uma credibilidade maior tanto aos mapas assim elaborados como aos direitos territoriais demandados pelas comunidades.

Fatores culturais e educacionais, contudo, pesam sobre esta possibilidade. Fox *et al* (*op. cit.*) afirmam que o emprego das TIEs parte de uma abordagem quantitativa e atêm-se ao espaço geométrico por meio do mapa-base, privilegiando as localizações, as extensões e os padrões de uso do solo em detrimento dos conteúdos sociais dos territórios tradicionais.

Não podemos negar que tais informações - localizações, as extensões e os padrões de uso do solo - ajudam a compreender as territorialidades dos grupos em questão, mas tais representações só ganham sentido social e político se submetidos e validados pelas comunidades que os produzem e não apenas pelos critérios técnicos impostos pelos agentes externos que participam de tais mapeamentos.

Outra crítica que envolve o emprego de SIGs refere-se aos limites técnicos de seu emprego em comunidades rurais, tradicionais ou tribais. Para Dunn *et al.*²⁹ (1997, p. 4 *apud* CHAPIN *et al.*, 2005) muitos adeptos das abordagens participativas avaliam melhor seu emprego em contextos urbanos devido à complexidade tecnológica que requer domínio da informática, de outros idiomas, além do acesso a computadores com capacidade para processamento de imagens e a softwares específicos. Fox *et al.* (2008) compartilham esta crítica. Estes autores apontam que, geralmente ao fim dos projetos, pouco conhecimento se acrescentou às comunidades, além do que, os produtos gerados nestas bases digitais geralmente não ficam sob controle das comunidades.

Fica uma pergunta que não pretendemos responder neste trabalho, mas que muito nos inquietou. Em que medida o mapa seria a expressão mais adequada do pensamento e do conhecimento espacial de uma comunidade tradicional ou tribal? Santos (2011) sugere que o uso excessivo de informação espacial e o emprego de uma representação não convencional limitam o tempo para que as comunidades se apropriem desta linguagem corrente do planejamento público e de difusão de informações convencional na sociedade envolvente.

As problemáticas preliminares que deveriam ser consideradas em todas as experiências de mapeamentos participativos concernem ao papel que cada sujeito desempenha na produção dos meios técnicos para a produção e representação de um conhecimento espacial, bem como aos usos que se pretende fazer delas. Segundo Acsehrad (2008) e Chapin *et al.* (2005), é importante considerar as geoestratégias de mapeamento empregadas. Fomentar a participação comunitária na definição de zoneamentos, planos de uso e gestão de recursos e resolução de conflitos são finalidades louváveis, mas deve-se levar em conta a relação entre os múltiplos sujeitos e os interesses em questão. Como Chapin alerta, muitas vezes as reuniões de trabalho, por meio das quais se realizam as iniciativas, são agitadas por representantes de ONGs, pesquisadores ou agentes públicos, e tornam-se apenas espaços de legitimação de decisões tomadas anterior e verticalmente.

Apesar das considerações acima, consideramos a cartografia social uma possibilidade de avanço no diálogo intercultural, o que justifica nossa pretensão de desencadear através dela processos de aprendizagem colaborativa; algo complexo e desafiador que requer o aprendizado do mapa pelo próprio mapa.

²⁹ DUNN C., Atkins P.J., Townsend J.G. GIS for development: a contradiction in terms? *Area* 29:151–59, 1997.

1.3 Cartografias sociais - Algumas experiências

As preocupações sobre as implicações éticas e metodológicas que brevemente comentamos acima são frutos do amadurecimento das práticas em cartografia social a partir das inúmeras experiências já desenvolvidas por pesquisadores em diferentes contextos geográficos. Assim, como parte desta breve revisão conceitual, apresentaremos algumas iniciativas desenvolvidas no Brasil e no mundo.

O Projeto Novas Cartografias Sociais da Amazônia (PNCSA), desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, tem desenvolvido inúmeros projetos desde sua criação formal na década de 2000. No entanto, seus trabalhos se iniciaram com o mapeamento social no contexto do Projeto Grande Carajás, entre 1991 e 1993, já comentado anteriormente. Coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, outros projetos foram desenvolvidos, reconhecendo o poder afirmativo dos mapas sobre as identidades locais a partir dos elementos da territorialidade que ele permite expressar. Outro projeto que resultou em livro foi o mapeamento social na área dos babaçuais, concluído em 2005. Todavia, compondo uma série com mais de 70 fascículos, o PNCSA se estende para outras áreas além da Amazônia, mapeando inúmeras comunidades tradicionais do Brasil (ALMEIDA, 2008; ACSELRAD e COLI, 2008).

Mais recentemente, o projeto se estendeu a comunidades indígenas, ribeirinhos, homossexuais, comunidades afro-religiosas, catadores de materiais recicláveis, pessoas com deficiências e feirantes, incluindo assim, populações rurais e urbanas. O alcance destas ações logo ganhou projeção nacional, chegando à região sul, com as comunidades faxinalenses do Paraná e comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paulista. São comunidades caracterizadas por fragilidades legais, não possuem títulos de propriedade da terra e a pequena presença do Estado dificulta o reconhecimento e a garantia de direitos básicos. Estas comunidades frequentemente ocupam territórios sobre os quais há intensa pressão externa, seja por madeireiros, invasores de terra e grileiros, projetos de mineração e de infraestrutura além do Estado, através da implantação de unidades de conservação.

Diante desta gama de contextos, a proposta do PNCSA, promove o auto-mapeamento visando um maior conhecimento do processo de ocupação do território pelas comunidades locais e outros sujeitos e como instrumento para o fortalecimento de seus movimentos sociais. Conforme informativo do próprio PNCSA,

[...] Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas. Estas

territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. A força deste processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social. É nesse sentido que o PNCSA busca materializar a manifestação da auto-cartografia dos povos e comunidades nos fascículos que publica, que não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas [...] ³⁰ (PNCSA, 2014).

A metodologia adotada nos mapeamentos é acionada quando um movimento social procura o PNCSA. O processo inclui uma oficina com os agentes sociais locais e os pesquisadores membros do Projeto. São ensinadas técnicas de GPS e de mapeamento e, nas conversas com os agentes, são coletados depoimentos sobre a história social e problemas da comunidade. Os depoimentos e os croquis produzidos pelos agentes reúnem informações da região e os elementos mais significativos da territorialidade local. O processo é conduzido posteriormente pelos próprios moradores que registram, por meio de GPS (*Global Positioning System*), os pontos significativos do território para, posteriormente, compor a base cartográfica. As ilustrações produzidas nos croquis são convertidas em ícones para as legendas dos mapas, constituindo uma simbologia diferenciada e pertinente à realidade local.

Outra experiência importante de fortalecimento das comunidades locais foi desenvolvida pela ONG Instituto Socioambiental nos anos 2000. Seu foco foram as comunidades quilombolas do Médio Ribeira, nas cidades de Eldorado e Iporanga no estado de São Paulo. Denominado *Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*, este processo contou com oficinas de mapeamento utilizando imagens aéreas, elaboração de croquis de uso do solo, atividades de verificações em campo com uso de GPS. As informações mapeadas, após tratamento no laboratório de geoprocessamento desta ONG, foram submetidas à comunidade para validação. Além do mapeamento dos principais aspectos da organização espacial e produtiva das comunidades, o trabalho enfatizou a identificação de ações prioritárias para melhorar as condições de vida e trabalho das comunidades.

Mais recentemente, em iniciativa binacional envolvendo o governo brasileiro e colombiano, foi realizada a *Cartografia dos sítios sagrados do Noroeste Amazônico*, articulando o Instituto de Proteção do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) e a *Dirección de Património del Ministerio de Cultura* do Estado colombiano. O objetivo do projeto é

³⁰ Do Site do projeto <http://novacartografiasocial.com/apresentacao/> (acessado em 29 de agosto de 2015).

proteger e salvaguardar os conhecimentos tradicionais associados à natureza e ao manejo do território. O projeto tem como justificativa central a

[...] estreita interrelação entre as constelações, os ecossistemas, as espécies de plantas, peixes, pássaros e demais seres vivos e as atividades cotidianas e rituais que os seres humanos realizam para manejar o ambiente em que vivem, colaborando para manter seu equilíbrio [...] (ISA, 2014, p. 9).

Este projeto é o que melhor expressa as limitações do mapa para a expressão de outras concepções espaciais, e por isso, vamos explorar um pouco os dados teóricos e empíricos que o projeto soube compreender.

Pela opção metodológica centrada no mapa, o projeto assume a limitação da linguagem cartográfica em abarcar toda a complexidade do pensamento indígena pois a “[...] cartografia e a escritura como maneiras unidimensionais de expressão são limitadas comparadas com as linguagens multidimensionais do pensamento indígena [...]” (*ibidem*, p. 10). Reconhecem, portanto, os limites éticos do uso de mapas junto aos povos e comunidades culturalmente diferenciados.

Sobre o entendimento indígena acerca do território e da relação entre homem e natureza, fica explícito que o território é fonte de recursos, mas, não obstante, possui um “[...] alto valor cultural e espiritual e as paisagens constituem elementos centrais de seus complexos sistemas cosmológicos [...]” (*ibidem*, p. 20), comportam elementos da paisagem considerados

[...] reservatórios de energia vital responsáveis pelo equilíbrio dos ecossistemas e pela vida de humanos e não-humanos. Oriundos dos tempos da origem do mundo, estes locais constituem as moradas de diversos espíritos guardiões (ou donos) das florestas, dos rios, dos animais e dos alimentos cultivados. Por isso exigem hoje uma atenção e um cuidado especial por parte dos pajés, curadores e mesmo das pessoas comuns, já que são fontes de poderes essenciais para a manutenção da vida [...] (*ibidem*, p. 20).

Esta cosmovisão sistêmica e socioecológica constitui a base dos conhecimentos e práticas de manejo de recursos tradicionais e uma ética de relação com as paisagens e seres que a povoam. Os espaços culturais que englobam os sítios sagrados - cachoeiras, serras - locais por onde passaram os seres criadores e ancestrais, demiurgos e heróis míticos, hoje habitados são por seres e espíritos guardiões da floresta. Tais lugares aparecem em inúmeras narrativas de origem e expressam “A relação entre cultura, espiritualidade e território [...]” (p. 21) que através de uma “[...] sociabilidade em rede ... conecta todos estes povos num grande sistema social aberto e multiétnico. É nas paisagens que estão inscritas as suas histórias e os princípios que orientam a vida social, cerimonial e as práticas de manejo do território” (*idem*). Os sítios

sagrados formam “[...] uma rede de energia vital que conecta o passado e o presente, e que é responsável pelo equilíbrio e perpetuação da vida [...]” (*Ibidem*, p. 21).

Ainda dentro do contexto dos movimentos indígenas, é importante mencionar os trabalhos realizados na perspectiva da gestão ambiental em Terras Indígenas (TI), seja por ONGs ou por entidades governamentais. Segundo Bavaresco (2009), em 2006, um seminário na cidade de Rio Branco reuniu inúmeras destas organizações. Sobre as diferentes metodologias e o caráter participativo destas iniciativas, a autora afirma que

As metodologias e experiências apresentadas diferenciaram-se em muitos aspectos; desde a possibilidade de utilização (ou não) de bases georreferenciadas, aos objetivos dos mapeamentos (político, planejamento, pedagógico). Porém, uma característica mostrou-se comum em todas as experiências expostas: a participação ativa das comunidades na impressão dos conhecimentos indígenas nos produtos dos mapeamentos [...]. BAVARESCO, 2009, p. 29.

Os mapas produzidos nas inúmeras experiências, das quais vale destacar as da Comissão Pró-Índio do Acre e as da *Amazon Conservation Team* (ACT Brasil), têm servido como um importante instrumento de fortalecimento das associações indígenas. Para esta última entidade o mapa cultural é considerado

[...] um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos. O mapeamento cultural pode adquirir uma série de formas, mas os aspectos que o definem são bem claros: é necessário que seja feito pela própria comunidade, combinado com regras cartográficas, para que o resultado final tenha precisão e ordenamento... O mapa não deve configurar um objetivo por si só, mas sim um instrumento dentro de um trabalho de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais [...] (ACT, 2008, p. 5).

Nesta perspectiva o mapa tem sido capaz de aproximar o conjunto das técnicas de sistematização de informações espaciais consagrado e difundido pelas sociedades ocidentais do pensamento e da cosmologia próprias dos povos indígenas e tradicionais. O empenho com que tal diálogo tem acontecido pode ser exemplificado pelo rigor com o qual os agentes Agroflorestais Indígenas no Acre, em trabalho descrito por Gavazzi (2012), representam os elementos da paisagem e o inventário das atividades extrativistas e agrícolas. Isso não surpreende, pois segundo Schmidt (2001) a partir de etnomapeamentos, os indígenas Kaiabi do Xingu foram capazes de expressar a rica taxonomia local para os diferentes ecossistemas com os quais interagem, notando e enfatizando nuances despercebidas por botânicos e outros pesquisadores do cerrado.

Vale destacar também a liberdade interpretativa destes povos ao adornar seus mapas com variados padrões gráficos e representações pictóricas que extrapolam o mundo das percepções concretas.

Ainda no Brasil, como apontado anteriormente, vale destacar o uso da metodologia DRP (Diagnóstico Rural Participativo) utilizado e difundido entre agentes públicos em ações de assistência e extensão rural. Esta abordagem substituiu o modelo dominante até a década de 1970, quando os programas de desenvolvimento voltados para as comunidades rurais não previam o protagonismo das comunidades e sequer estimulava seu envolvimento na busca de soluções para seus problemas. Adotando o

[...] objetivo de impulsar el auto-análisis y la auto-determinación de grupos comunitarios, el propósito del DRP es la obtención directa de información primaria o de "campo" en la comunidad. Ésta se consigue a través de grupos representativos de sus miembros, hasta llegar a un autodiagnóstico acerca del estado de sus recursos naturales, su situación económica y social y otros aspectos importantes para la comunidad [...] (VERDEJO, 2003)

Os objetivos desta metodologia, que nem sempre tem como foco mapear informações exclusivamente espaciais, consiste em

[...] promover que las personas de la comunidad piensen sistemáticamente en sus problemas, en las posibles soluciones y lo compartan con el equipo facilitador del DRP; en segundo lugar que el equipo comprenda las condiciones y circunstancias locales. Finalmente, busca analizar los problemas y las posibles opciones para enfrentarlos en conjunto [...] (*idem*)

Há ainda experiências de mapeamentos desenvolvidos a partir de metodologias participativas que orientam suas ações para o estímulo à conservação, inventário de recursos, zoneamento e também projetam como objetivo o desenvolvimento local e a crítica aos mapas oficiais com suas *empty forests*. Como exemplo desse modelo de experiência, citamos a desenvolvida na Ilha de Bornéu, com apoio do projeto *The Biodiversity Support Program*, em consórcio entre WWF (*World Wildlife Fund*), *The Nature Conservancy*, *World Resources Institute* e a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (*USAID - United States Agency for International Development*) como parte integrante do oPeFoR (*BSP's Peoples, Forests and Reefs Program*), cujos objetivos são o desenvolvimento e uso de tecnologias de mapeamento e planejamento comunitário do manejo de recursos e apoio a políticas ambientais. Relatada por Cristina Eghenter, em trabalho intitulado *Mapping Peoples' Forests: the role of mapping in planning community-based management of conservation areas in Indonesia*, a autora expõe as crenças que embasam os mapeamentos comunitários realizados no âmbito deste projeto (EGHENTER, 2000, p. 15).

[...] The expectations associated with the implementation of community mapping concern three main interrelated beliefs: (1) community mapping is a tool for better management of conservation areas; (2) it helps build local capacity; and (3) it can be used to resolve boundary disputes. [...] ³¹ (*Op. cit.*)

Reunidas e promovidas pelo IAPAD (*Integrated Approaches to Participatory Development*) e também pelo CTA (*Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation*), do governo holandês, através da proeminente figura de Giacomo Rambaldi³², as experiências desenvolvidas no sudoeste asiático, África e na América Latina e Caribe, representam para a cartografia social, enquanto um campo de conhecimento em desenvolvimento, a valiosa oportunidade de refletir sobre as potencialidades e contradições que o mapa e as técnicas de mapeamento desenvolvidas apresentam.

Até aqui exploramos as contradições e as variações metodológicas de experiências de cartografia participativa. Acreditamos que, para refletir sobre suas potencialidades, é importante considerar os contextos específicos onde elas se desenvolvem. Desta forma, iniciamos a seguir, a discussão do contexto geográfico onde se desenvolveu nossa experiência de mapeamento e os principais aspectos econômicos, políticos e culturais que caracterizam as comunidades de Ribeirão Grande e Terra Seca. Após esta etapa, apresentaremos os procedimentos desenvolvidos nos mapeamentos empreendidos e discutiremos seus resultados, refletindo então, sobre as potencialidades que esta prática permite perceber.

2. Pesquisa-ação, aprendizagem e cartografia social

Como pressuposto teórico desta pesquisa, consideramos a pesquisa-ação ou participante como a metodologia mais adequada à condução de uma experiência de mapeamento participativo e que os processos de mapeamento participativo podem promover a aprendizagem colaborativa. Dada esta premissa, cabe estabelecermos uma correlação clara entre estas terminologias.

³¹ As expectativas associadas à implementação de mapeamentos comunitários concernem a três principais crenças inter-relacionadas: (1) mapeamento comunitário é uma ferramenta para uma melhor gestão das áreas de conservação; (2) ajuda a construir a capacidade local; e (3) ela pode ser usada para resolver disputas de fronteira”. Tradução nossa.

³² Com formação em ciências da agricultura, dedica-se a projetos de desenvolvimento com emprego de abordagens participativas há mais de 30 anos, coordenando o CTA e as inúmeras iniciativas desenvolvidas por este programa. Neste período, criou a rede IAPAD. Ver mais sobre os projetos relacionados em: <http://pubs.iied.org/pdfs/14507IIED.pdf> e <http://www.iapad.org> e <http://www.cta.int/en/>.

As experiências em cartografia participativa têm sido caracterizadas pela intervenção intencional em uma dada realidade geográfica e envolve diferentes sujeitos – comunidades locais, organizações sociais, órgãos governamentais e empresas, cada qual imbuído de interesses e valores distintos. Contextos com múltiplos sujeitos definem redes de relação marcadas pela intersubjetividade e inseridas em diferentes quadros institucionais nos quais se pautam objetivos também diversos e frequentemente antagônicos. Planejamento, gestão territorial, proteção ambiental e promoção da qualidade de vida figuram como alguns dos objetivos que, no entanto, são compreendidos pelos sujeitos envolvidos a partir de valores e interesses distintos. Considerando que a capacidade de articulação institucional destes sujeitos não é simétrica, nossa base teórica e procedimental tem apregoado a necessidade de promover a participação democrática de todos os sujeitos envolvidos.

A pesquisa-ação, neste sentido, permitiram uma abordagem horizontal para um determinado tema ou problemática, com objetivo de desenvolver condições de maior e melhor participação popular nas esferas de gestão e decisão (HarmoniCOP, 2003) qualificaria a participação política dos sujeitos sociais em condição não hegemônica, configurando processos de aprendizagem colaborativa, ou seja, aprendizagens produzidas em contextos sociais diversos, relacionadas a questões e problemáticas capazes de mobilizar sujeitos sociais diversos.

O emprego dos pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa-ação, implica reconhecer as assimetrias das relações sociais e promover o acesso à informação, produção de conhecimento e desenvolvimento de habilidades sociais com objetivo de assegurar direitos e respeitar os valores e projetos de vida dos sujeitos sociais. Tais implicações funcionam, então, como baliza na escolha dos procedimentos que caracterizam as abordagens participativas.

As abordagens participativas, como já apresentado, surgem e se disseminam a partir da crítica aos modelos de desenvolvimento impostos por governos e organizações internacionais às populações das periferias do sistema capitalista e têm como objetivo geral a superação do atraso tecnológico e pobreza. O desconhecimento e a desarticulação das propostas em relação aos contextos socioambientais locais foram apontados como a causa frequente de seu fracasso. O estímulo ao desenvolvimento e difusão destas abordagens é resultado de pressões dos movimentos sociais, de reflexões acadêmicas no campo da educação e do financiamento promovido por organismos supranacionais como a Food and Agriculture Organization (FAO), *Asian Development Bank* (ADB) e o *Technical Centre for Agricultural and Rural Cooperation* (CTA) cujas experiências se distribuem pela África e Ásia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que outrora financiou projetos na América Latina.

Como alternativa, as abordagens participativas propõem que o enfrentamento de uma problemática contemple a participação dos sujeitos locais a partir de suas próprias perspectivas e dinâmicas sociais. No âmbito da gestão integrada da água pela União Europeia, o projeto denominado HarmoniCOP é um exemplo da adoção de um modelo participativo com aplicação de procedimentos de mapeamento do território e das relações entre sujeitos envolvidos - usuários de serviços, governos e setor privado. A ideia é promover a aprendizagem colaborativa possível a partir das abordagens participativas como “[...] el aprendizaje de todos los actores sociales para gestionar los asuntos en los que tienen intereses [...]” (HarmoniCOP, 2005).

A base metodológica defende a gestão participativa, processo que ocorre quando os múltiplos sujeitos admitem dialogar e assumir compromissos visando interesses comuns. Por isso, reconhece que

[...] normalmente nadie reúne todos los recursos legales, financieros y de otro tipo para hacerlo de forma satisfactoria por su cuenta. Para gestionar conjuntamente no sólo es necesario aprender los aspectos técnicos (...), sino que también deben reconocerse las preocupaciones y los puntos de vista de los demás actores sociales. Es necesario llegar a un entendimiento compartido de los temas a tratar y de las posibles soluciones. Finalmente, es necesario llegar a un acuerdo y contar con recursos conjuntos para implementar este acuerdo [...] (*Idem*, 2005).

Na pesquisa-ação ou participativa, a iniciativa de um estudo e sua organização é diferente da atuação proposta e estimulada por governos, organizações não governamentais ou pelo setor privado. A distinção que fazemos refere-se ao papel do pesquisador diante dos pressupostos éticos implicados no desenvolvimento de um trabalho que, em maior ou menor grau, intervêm na realidade local. Como Demo (1982) alerta, a pesquisa participante não é isenta de ideologia, portanto, a pesquisa participante pode tanto fortalecer como desarticular uma dada comunidade.

Para se chegar a entendimentos compartilhados, acordos ou compromissos entre as partes, é necessário desencadear um processo de aprendizagem colaborativa, onde os sujeitos subalternos obtenham um ganho qualitativo na sua participação e os sujeitos privilegiados assumam compromissos com os interesses coletivos.

Uma cartografia comprometida com tais pressupostos compreende que os mapeamentos participativos, não reduzidos ao conhecimento espacial estrito senso, são ferramentas que incrementam o conhecimento sobre problemas locais, sobre os mecanismos de gestão, bem como ampliam a compreensão dos sujeitos locais sobre as dinâmicas que sustentam os interesses externos. Não se trata, portanto, de diagnosticar problemas ambientais, conflitos

de uso, inventariar e dimensionar recursos disponíveis, mas fazê-lo considerando as múltiplas representações possíveis de um mesmo território ou processo. Estas múltiplas representações do território são criadas a partir das vivências individuais e coletivas de seus moradores. Estes, individual ou coletivamente, criam imagens acerca do passado, do presente e planos para o futuro. A necessidade de enfrentamento de problemas e desafios comuns pede o mapeamento de ações e processos, pede o traçado da rede de relações em que se inserem e dos fluxos de informações envolvidas em sua reprodução material.

Nesta perspectiva, o saber espacial almejado pela cartografia no contexto das abordagens participativas é integrador, pois compreende os sujeitos, os interesses, valores e condutas destes, além das instituições e suas normas.

Desta forma, as abordagens participativas constituem um campo de investigação e ação interdisciplinar. Ainda que esta dissertação coloque em evidência seu âmbito cartográfico, ela aponta também para formulações e objetivos compartilhados pelas ciências humanas, naturais e econômicas e sobretudo pelas comunidades enquanto produtores de conhecimento. Cubides (2009) neste contexto afirma que “[...] todos tenemos un saber por compartir y por aportar, en los procesos de construcción social de conocimiento en torno a las realidades socio-culturales, y por lo tanto, en los procesos de planeación del desarrollo humano y territorial [...]” (p.53).

A cartografia participativa, assim, cumpre seu dever ao permitir, como afirma Lévy (2008), a emergência de atores espaciais que multiplicam os pontos de vista, revelando percepções, comportamentos, representações e expectativas novas que contribuem na resolução de uma problemática. E no geral, os diferentes produtos gerados através dos mapeamentos participativos, são estratégias para suprir lacunas das *espacialidades sem margem*.

A possibilidade de alteração das relações de poder, sejam internas ou externas, já estabelecidas e aceitas pelos grupos sociais na aplicação dos métodos participativos obriga o pesquisador a garantir o protagonismo local e a buscar um efetivo diálogo entre o conhecimento local e o científico. No âmbito desta pesquisa, o diálogo ocorre no encontro de uma cartografia orientada pelos valores expostos acima e se realiza com base nos pressupostos teórico metodológicos da pesquisa-ação que agora passamos a explorar diretamente.

2.1 Pesquisa-ação ou participante

A pesquisa-ação ou pesquisa participante, segundo Demo, chega ao Brasil na década de 1970, difundindo-se no processo de democratização do país. Demo (1982) sinaliza a um problema na forma como a bandeira da participação foi erguida. Para ele, “Há muito menos participação do que boa vontade de fazê-la, bem como há muito mais sofisticação da opressão através de processos pretensamente participativos do que efeitos reais participativos [...]” (*Idem*, p.3). Esta afirmação expressa a preocupação ética presente em nossa concepção de cartografia participativa. Os mapeamentos não podem ser instrumentos de opressão, antes devem promover uma efetiva participação dos envolvidos e algum benefício que pode ser interpretado como empoderamento, aprendizagem, melhora na organização sociopolítica interna e com agentes externos. Para alcançar tais benefícios, a pesquisa-ação deve ser orientada pelos princípios que discutiremos a seguir.

O primeiro dele é a “[...] identificação totalizante entre sujeito e objeto [...]” (*Idem*, p.27). Quando se elimina a separação entre *sujeito e objeto da pesquisa e objeto da pesquisa*, imposta pela ciência normal para garantir a isenção e imparcialidade do pesquisador, um movimento de consenso e troca se estabelece. A comunidade e seus membros assumem e compartilham um importante protagonismo na condução dos processos de seu interesse. “A população pesquisada é motivada a participar da pesquisa como agente ativo, produzindo conhecimento, e intervindo na realidade própria [...]” (*Idem*).

O segundo princípio é o da reflexibilidade. Ele recomenda intensa reflexão sobre a prática no processo da pesquisa. A reflexividade constante no processo de pesquisa-ação participante informa e melhora tanto a prática como a pesquisa, contribuindo para o alcance dos benefícios almejados. Para Tripp (2005) pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. Trata-se claramente da prática do grupo frente ao cotidiano e seus desafios no qual a comunidade produz intencionalmente conhecimento sobre si – objeto da pesquisa. O autor ainda acrescenta que

[...] embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática [...].

Este pressuposto teórico reconhece que o pesquisador, durante seu trabalho, se embrenha em relações sociais mediadas por condutas e normas que ele frequentemente não

compartilha, mas que ele passa a influenciar e que pode influenciá-lo em maior ou menor grau. Da mesma forma, o pesquisador apresenta ao grupo procedimentos e valores muitas vezes novos para o grupo parceiro. Estes procedimentos e valores novos para o grupo poderão trazer, contraditoriamente, tantos os impactos benéficos almejados como outros imprevistos com potencial para alterar as relações internas entre os participantes e mesmo os rumos da pesquisa.

Quando o pesquisador assume a identificação ontológica, ou seja, quando o coletivo com que se atua é tanto objeto da pesquisa e como pesquisador, e se insere no interior de relações sociais já estabelecidas, abre-se “uma via de descoberta e de manipulação da realidade” a partir do protagonismo do grupo. Sua participação nessa teia de relações não depende do pertencimento ao grupo, mas apenas de um alinhamento ideológico ou pragmático entre os envolvidos.

A identificação explícita segue critérios éticos e metodológicos que garantam a reflexividade em todos os âmbitos da relação que ali se estabelece. A reflexividade corresponde a um

[...] ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação [...] (Op. cit.).

O “*processo de melhora da prática*” não é ateuórico, devendo estar amparada na teoria disciplinar tradicional para “*compreender as situações, planejar melhoras eficazes e explicar resultados*” e ainda problematizá-la pela sua aplicação (Elliott³³, 1994 *apud* Tripp). Para Tripp (op. cit.), na pesquisa-ação a metodologia é “*subserviente à prática*”, pois ao contrário da pesquisa científica, é necessário “*fazer julgamentos baseados na melhor evidência que se possa produzir*”. Ou seja, as escolhas e decisões tomadas diante de contextos imprevistos não são invalidados pela ausência de dados que as fundamentam. A imprevisibilidade do contexto de uma pesquisa-ação, que a ação é coletiva e inclui diversos modos de trabalhar simultaneamente,

“[...] é sempre deliberativa porque, quando se intervém na prática rotineira, está se aventurando no desconhecido, de modo que é preciso fazer julgamentos competentes a respeito como, por exemplo, daquilo que mais provavelmente aperfeiçoará a situação de maneira mais eficaz [...]” (*Idem*).

³³ ELLIOT, J Research on teacher's knowledge and action research. Educational Action Research, Oxford, v. 2, n. 1, p. 133-137, 1994.

Novamente, no lugar onde a cartografia social se aplica, está em jogo uma mudança no contexto socioespacial em que a pesquisa-ação se realiza e na própria prática. A avaliação do processo e mesmo do resultado do mapeamento realizado deve ser compatível às condições da realização de uma pesquisa-ação que

"[...] fica em algum ponto entre o não-registro da maior parte do que acontece na prática [...] A pesquisa-ação tende a documentar seu progresso, muitas vezes por meio da compilação de um portfólio, do tipo de informações regularmente produzidas pela prática rotineira [...]" (idem).

Alinhados aos dois princípios mencionados anteriormente, Tripp defende que, para que a pesquisa-ação tenha o envolvimento comunitário desejado e seja eficaz, a proposta deve:

- tratar de assuntos de interesse mútuo (problemas e demandas locais);
- pautar-se em um compromisso de pesquisa compartilhado (compromisso ético e alinhamento ideológico);
- permitir que os envolvidos participem de forma livre (supressão da dicotomia pesquisador/pesquisado e protagonismo local);
- partilhar sempre que possível o controle sobre os processos da pesquisa dentro de relação de custo-benefício benéfica a todos (supressão da dicotomia pesquisador/pesquisado e protagonismo local).

O propósito de contribuir para o fortalecimento comunitário que aparece várias vezes neste trabalho, foi incorporado ao âmbito da pesquisa-ação sob a ideia de "mudança política, conscientização e outorga de poder" (empowerment) que Tripp atribui a Paulo Freire pelas obras *Creating Knowledge: a monopoly*³⁴ de 1982 e *Pedagogia do oprimido*, de 1972.

Nesta perspectiva, as metodologias de pesquisa-ação "fundamentam-se na preocupação de garantir a participação ativa dos grupos sociais no processo de tomada de decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito, com vistas à transformação social" (idem). Trata-se, em nosso caso, de atribuir aos moradores das comunidades quilombolas, parceiras da pesquisa, o *status* de sujeitos da pesquisa e de envolvê-los em um processo de reflexão e análise da realidade para a produção de conhecimentos e enfrentamento de seus problemas. Envolve também, o desafio

[...] de envolver diretamente os grupos sociais na busca de soluções para seus problemas, mas também de promover maior articulação entre a teoria e a prática na produção de novos saberes" como "pré-requisito da participação e pelo diálogo e produção de saberes entre os diversos stakeholders (pesquisadores, sujeitos e tomadores de decisão) [...]" (in TOLEDO e JACOB, 2013)

³⁴ Infelizmente não localizamos esta obra entre a bibliografia de Paulo Freire nas bibliotecas da Universidade de São Paulo e na internet.

A intervenção e a produção de conhecimento em pesquisa-ação necessitam, segundo Thiollent (2011), que se estabeleça objetivos práticos. A busca de soluções para problemas locais, a sistematização, partilha e valorização dos conhecimentos locais, o reconhecimento de lideranças e habilidades entre os participantes, além de outros aspectos que contribuam na compreensão da problemática em questão. Segundo Tripp (2005), um "[...] ponto importante é que o tipo de investigação-ação utilizado seja adequado aos objetivos, práticas, participantes, situação (e seus facilitadores e restrições) [...]".

O nível de participação obtido varia, indo desde a plena cooptação ou manipulação (*manipulative co-option*) dos participantes até o objetivo máximo onde ocorre um aprendizado interativo e colaborativo (*interactive co-learning*) e consequentemente, a automobilização e empoderamento (*self-mobilization and empowerment*) do grupo (TOLEDO e JACOBI, 2013).

O aprendizado interativo e colaborativo ocorre de forma gradual entre diferentes sujeitos e o nível de empoderamento não se reflete coletivamente de forma homogênea. Dado que o envolvimento dos participantes oscila sob a influência de fatores como a presença de múltiplos sujeitos externos, os constantes ajustes nas relações de força alteram o nível de participação de um grupo e os interesses e contextos individuais. Disso deriva a dificuldade inerente à avaliação de processos participativos. Os resultados não podem ser generalizados para todos os membros de um grupo, já que o envolvimento de cada participantes é variável.

De toda forma, a pesquisa-ação

"propicia a redução das distâncias entre pesquisadores, tomadores de decisão e atores, não se tratando, portanto, de uma simples ação experimental a serviço da pesquisa e nem de uma ação para resolver exclusivamente um problema sem a investigação de suas causas e consequências" (EL ANDALOUSSI³⁵, 2004 *apud* Toledo e Jacobi, 2013).

As abordagens participativas, portanto, a despeito das dificuldades de lograr um envolvimento pleno de uma comunidade, objetiva propiciar um contexto de aprendizagem que extrapole os objetivos imediatos da pesquisa ou de qualquer ação para resolver um problema que serviu como disparador, motivador aglutinador de esforços entre os participantes. O resultado esperado seria consequência da articulação de todos os fatores que explicam o lugar dos sujeitos na teia de relações que agem sobre um determinado espaço e que condicionam suas características ambientais, econômicas e culturais.

³⁵ EL ANDALOUSSI, K. *Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia*. São Carlos: Edufscar, 2004.

A prática oferece a todos os envolvidos a oportunidade de um aprendizado coletivo que, por não ser espontâneo, depende da articulação intencional e consciente entre troca de conhecimentos e produção de novos. Pedro Demo, sobre este aspecto, defende a valorização dos saberes locais e tradicionais que ele chamou de popular em contraposição ao científico. Entre eles, explica, não há concorrência, mas complementaridade.

[...] Essa interação e troca de saberes favorece ainda o fortalecimento dos indivíduos como sujeitos sociais e a tomada de consciência, pois, ao interagir com os pesquisadores e com outras pessoas que vivenciam situações semelhantes, as representações desses sujeitos são reconhecidas ou transformadas [...] (Toledo e Jacobi, 2013).

Nesse sentido, pode-se notar grupos de beneficiados, os pesquisadores e os tomadores de decisão que muitas vezes propiciam e justificam as iniciativas. Em um caso, benefício direto da pesquisa em si e, noutro caso, pela aprendizagem alcançada pelos que participaram do processo.

Espera-se que isso, contribua também não só na construção de “conhecimentos individuais ou coletivos, mas também novas habilidades e atitudes que propiciarão a ressignificação de valores e a transformação de situações indesejadas (idem)” inclusive o próprio campo da cartografia social como saber acadêmico.

3. Contexto Sociogeográfico das comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca

O envolvimento com os moradores das comunidades durante a pesquisa nos levou a reflexões específicas e a uma necessária contextualização geográfica da região, e precisamente dos instrumentos legais que acompanharam as transformações territoriais recentes do Vale do Ribeira.

Desta forma, além de uma breve revisão da história econômica, abordaremos algumas características da estrutura fundiária local e as medidas governamentais para esta área, bem como as políticas ambientais que marcam profundamente o imaginário e a geografia desta região. Estes temas, amplos e complexos como são, demandam estudos exclusivos que não correspondem aos objetivos definidos neste trabalho. Por isso, a breve revisão bibliográfica que realizamos propõe apenas determinar as características fundamentais das relações socioespaciais que envolvem os múltiplos sujeitos envolvidos no campo de ação política das comunidades quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca.

3.1 As comunidades negras e as dinâmicas econômicas do Vale do Ribeira

A presença no estado de São Paulo, especialmente no Vale do Ribeira, de comunidades negras, hoje denominadas quilombolas, remonta ao início da colonização do atual território brasileiro. É a sucessão dos diversos períodos econômicos durante o contexto colonial que fornece os elementos históricos e geográficos para compreender a formação dos quilombos no Vale do Ribeira e, circunscrevendo a região de estudo deste trabalho, as comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca no município de Barra do Turvo.

Segundo o Relatório Técnico Científico (RTC) das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca³⁶, a formação destas e de outras comunidades do município estão interligadas entre si devido aos períodos econômicos que alteraram a configuração territorial das populações originárias.

O que hoje denominamos Vale do Ribeira foi o ponto mais setentrional dos domínios coloniais portugueses à época do Tratado de Tordesilhas, tendo sido palco de disputa territorial entre Portugal e Espanha no período colonial. Prevalecendo o domínio português, os atuais municípios de Iguape e Cananéia se tornam as bases para a exploração do então território Carijó, etnia Carijó que habitava a região. As entradas, que logo descobriram ouro em seus sertões, perseguiram e apresaram indígenas para incorporá-los aos trabalhos nas minas de aluvião e nas fazendas. Ao mesmo tempo, chegavam à região os primeiros contingentes de africanos escravizados. Já no século XVII, destacou-se o povoado de Xiririca da Serra - atual município de Eldorado - localizado na planície aluvial do Rio Ribeira de Iguape em meio às serras e matas e distante do mar. Em 1763, segundo registros no *livro tombo* daquele povoado, sua população era de 600 pessoas aproximadamente, a maioria das quais eram escravizados nas minas de ouro de aluvião.

Esta economia, modesta se comparada ao ciclo do ouro em Minas Gerais do século XVIII, não é desprezível embora sua duração tenha sido curta. O esgotamento do ouro na região, o consequente fechamento da Casa de Fundição de Iguape, a descoberta de ouro e diamantes das Minas Gerais atraiu a atenção dos mineradores paulistas. Fazendas foram abandonadas, outras vendiam ou alforriavam informalmente seus escravizados, caracterizando uma fase de estagnação e transição (GIACOMINI, 2010).

³⁶ SILVA, Rubens Alves. *Relatório Técnico-Científico sobre os quilombos remanescentes das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca*. São Paulo, ITESP, 2008. Este relatório constitui o laudo antropológico de reconhecimento das comunidades e de seu território quilombola.

No contexto nacional, as cidades mineiras apresentaram uma dinâmica urbana e cultural sem precedentes em nossa história. O Vale do Ribeira, distante deste epicentro, só retoma seu anterior dinamismo no século XIX, como reflexo das transformações provocadas pela instalação da família real no Rio de Janeiro. O aumento da população nos centros urbanos incentivou a produção de arroz. O vale do Ribeira com suas vastas e férteis planícies aluviais torna-se uma importante região produtora de grão. Da mesma forma, não tão distante da rota das tropas, a criação de animais na cidade de Iporanga³⁷ também contribuiu para perenizar o povoamento da região.

No final do século XIX, a economia regional é novamente abalada. Desta vez devido à construção do Ramal Itararé da Estrada de Ferro Sorocabana que conectou as cidades produtoras de café do sudoeste paulista à capital da província, São Paulo, e à Santos, cidade portuária que escoava a produção de café deste período. O Rio Ribeira de Iguape, outrora principal via de escoamento do café por de Iguape, já não atendia aos interesses econômicos da economia cafeeira que se expandia pelo interior paulista deixando às margens do dinamismo cafeeiro as freguesias de Iporanga e Eldorado. Apesar disso, o arroz continuou sendo, durante todo o século XIX, o principal produto embarcado no Porto de Iguape e garantiu a esta cidade o seu destaque regional (*op. cit.*).

A chegada ao Brasil das primeiras levas de imigrantes, no final do século XIX e início do XX, substituíram a encarecida mão-de-obra escravizada. No Vale do Ribeira, a instalação de colonos juntamente com a desativação de muitas fazendas, em função das dificuldades em manter os cultivos comerciais e as lavouras para alimentação dos proprietários, funcionários e do plantel de escravizados, contribuiu para a transformação nas relações de trabalho e de produção agrícola, transformando-a em atividade de subsistência. Brandão (1997) caracteriza este momento:

[...] Os habitantes do Vale, tanto nativos como imigrantes, marginalizando-se, passando a viver nas fimbrias mercantis do grande tecido econômico-social nucleado no capital-café, criaram uma sociabilidade de sobreviventes que respirou através de um sistema de trocas que mais se parecia ao escambo [...] (p. 4).

A crise na agricultura na região alcançou todos os segmentos de sua população, especialmente a população negra escravizada que a sustentava. Os laços de coerção do trabalho

³⁷ O povoado de Barra do Turvo, que até 1964 pertencia à administração municipal de Iporanga, foi fortemente influenciado por esta atividade (SILVA, 2008).

se afrouxavam permitindo a formação de quilombos e a autonomia³⁸ destes, apesar do isolamento geográfico característico desta ocupação. Por isso, a abolição da escravidão em 1888 foi apenas o marco legal de um processo que se impunha com o declínio do tráfico escravista, o colonato e o crescente emprego do trabalho assalariado.

Sendo maioria, a população outrora escravizada espalhou-se e instalou-se sertão adentro, desenvolvendo uma agricultura doméstica para sua sobrevivência. O cultivo do arroz, hoje escasso, representa até hoje uma herança dos tempos coloniais e do encontro de culturas que a região acolheu. Herdaram e desenvolveram técnicas de manejo agrícola aprendidas no trabalho nas fazendas e no contato com os indígenas. Exemplos disso são a roça tradicional de coivara, técnicas de caça e pesca e vocábulos incorporados ao falar local. De modo que,

A ocupação territorial do Vale do Ribeira é a história da formação das comunidades negras às margens dos grandes ciclos econômicos que ensejaram a descontínua ocupação branca na região, porém, articuladas com aquelas de uma maneira autônoma ou semiautônoma. A história da região é paralela à da formação das territorialidades tradicionais, expressas hoje nos inúmeros bairros, predominantemente formados por negros, que caracterizam a região. Contemporaneamente, essa mesma história tem sido representada pelas comunidades negras rurais de quilombos [...] (GIACOMINI, 2010, p. 100).

A dinâmica que marca toda a primeira metade do século XX mantém a população negra restrita predominantemente aos sertões onde outrora tinham se estabelecido. Contudo, por mais distante que estivessem das vilas e cidades, as comunidades quilombolas de então já mantinham constante intercâmbio comercial com estas, comercializando excedentes agrícolas e porcos, consumindo por sua vez sal, tecidos e querosene (QUEIROZ, 2006). Elas desenvolveram modalidades de apossamento em terras devolutas, estabelecendo regras pactuadas coletivamente e que previam comum acesso aos seus diversos recursos disponíveis. Sobre estas comunidades Queiroz explica que eram

[...] maior parte, tratava-se de terras devolutas, ocupadas por população rarefeita, legalmente desamparada, ou, quando muito, glebas ocupadas por famílias portadoras de título de posse, nas quais haviam se estabelecido há muito tempo (*idem*, p. 59).

As ocupações quilombolas desenvolvidas durante desde o século XIX passaram ao largo das ações do Estado até que as transformações que marcaram e marcam a história recente do país viessem introduzir na região, novos sujeitos e novos interesses. O advento da República,

³⁸ Autonomia produtiva, conforme Almeida (2007), considerando que a capacidade produtiva dos quilombos nunca se limitou apenas ao autoconsumo ou subsistência.

o ganho de poder político pelas elites paulistas, o crescimento da produção industrial e a urbanização alteraram a relação campo/cidade trazendo transformações generalizadas em todas as regiões. O progresso material como parâmetro torna o Vale do Ribeira a região mais pobre do estado e alvo de poucas e descuidadas medidas de incentivo como veremos mais adiante ao discutir a estrutura fundiária na região.

As formas de organização social das comunidades quilombolas, durante todo o século XX, estiveram ligadas à agricultura e ao modo como se exploram os espaços e recursos disponíveis em seu território. As atuais populações tradicionais do Vale do Ribeira aprenderam com os antigos habitantes da região inúmeros conhecimentos sobre os recursos e dinâmicas da biodiversidade local que aprofundaram e transmitiram por tradição oral. Diversos estudos sobre a roça tradicional³⁹ explicam que o manejo agrícola na coivara se vale da dinâmica sucessional da mata atlântica explorando a capacidade regenerativa destes ambientes. Com base nestes conhecimentos, desenvolveram uma agricultura capaz de produzir pequenos excedentes vendidos ou trocados por gêneros que como tecido, sal e querosene. Não eram capazes, contudo, de competir com a grande produção que abastecia os mercados urbanos e logo, as transformações econômicas causadas pela industrialização, pela mecanização da agricultura e pela urbanização acelerada impactaram o seu modo de vida.

As comunidades dependiam de políticas específicas para sua regularização fundiária, o incentivo e fortalecimento da atividade agrícola garantindo a comercialização, bem como a melhoria dos serviços básicos como saúde e educação. A precariedade persistente desses serviços explica ainda a elevada vulnerabilidade social que caracteriza a população do Vale do Ribeira em geral.

Sem que ocorresse uma necessária reforma agrária ou a regularização fundiária, a melhoria das condições de produção, de geração de renda e de desenvolvimento das comunidades quilombolas foi negligenciada. Uma nova relação, também dissimétrica, se estabeleceu e absorveu grande parte mão-de-obra através do trabalho assalariado nas propriedades que surgem associadas “aos empreendimentos agropecuários que estavam sendo planejados e efetivamente implantados” (QUEIROZ, 2006, p. 61) na região. Entre as consequências, destacam-se a perda da autonomia das comunidades, a maior circulação de dinheiro, o surgimento de novas necessidades para as comunidades e novos sujeitos na região.

³⁹ A roça tradicional de coivara é apontada por Munari (2009) como um sistema de manejo que incorpora um conhecimento prático da dinâmica dos ecossistemas florestais. A autora explica que a prática do pousio aumenta a biomassa e a diversidade de espécies no entorno da área cultivada por ativar mecanismos de sucessão ecológica criando um complexo mosaico de associações florísticas e que mesmo a queimada apresenta baixo impacto, propiciando a quebra da dormência de sementes e permitindo sua germinação.

O aumento do trabalho assalariado, segundo este Queiroz (*op. cit.*), encontrou poucos e frágeis obstáculos. A “introdução de necessidades até então desconhecidas” (idem. p. 63) impeliu a busca por uma renda maior no trabalho assalariado. Já não compensava comercializar os pequenos excedentes com atravessadores ou comercializá-los em Iguape ou Cananéia depois de longas viagens à canoa.

Trata-se de um processo em que o empobrecimento da população rural, tradicional ou não, é causa e consequência da alteração dos modos de vida e da base material da organização produtiva. A questão fundiária, acirrada pelas transformações econômicas apontadas anteriormente e pela repressão das práticas tradicionais de manejo agrícola decorrente da criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) em 1958 e do Parque Estadual do Jacupiranga⁴⁰ (PEJ) em 1969, que discutiremos adiante, é o centro desta problemática.

O novo modo de vida introduzido pela avanço do sistema capitalista na região, baseado na posse da terra e no trabalho assalariado, gerou conflitos e disputas pela posse da terra, estimulou o êxodo rural e o abandono de práticas de organização do trabalho coletivo como o *mutirão*⁴¹ ou *puxirão*, *pixirão*, *pixeca*, *reunida* - variantes do que Antonio Candido descreve magistralmente em *Parceiros do Rio Bonito* e que expressam as várias formas de organizar e realizar trabalhos que demandam um esforço de trabalho maior que a família poderia dar conta.

A construção da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), inaugurada em 1961 e a ampliação da malha rodoviária no Vale do Ribeira reforçou as tendências de transformações dos modos de vida locais. O trajeto das rodovias interferiu na economia dos municípios diretamente afetados por sua construção e induziu uma lenta transformação de seu perfil econômico. Primeiro, fortalecendo as atividades agropecuárias graças à facilidade de acesso que as atraiu para a região. Depois porque abriu nestes municípios demanda por serviços de logística e apoio aos usuários da Rodovia BR-116 que interliga São Paulo, Curitiba e todo o Conesul. A construção dessas rodovias, além de atrair atores externos, absorveu um pequeno contingente das populações rurais paulatinamente expulsas das áreas rurais e atraídas pelas oportunidades que as cidades passaram a oferecer.

⁴⁰ Respectivamente criados pelos Decreto nº 32.283 de 19 de maio de 1958 e Decreto-Lei nº 145 em 8 de agosto de 1969.

⁴¹ O modelo de trabalho cooperativo, baseado na troca de dias, através do qual os moradores reúnem forças para limpeza de uma área de roça ou sua colheita chegou a desaparecer em muitas comunidades e, hoje, tem sido retomadas em comunidades que dependem economicamente da agricultura, servindo para resgatar vínculos sociais e culturais fragilizados pelas transformações citadas.

A valorização das terras planas e próximas às rodovias estão articuladas em um modelo “*eminente comercial*” que lentamente reduziu a população rural. (QUEIROZ, 2006). Desterritorializou as comunidades rurais mais expostas, impelindo-as ao trabalho assalariado mal remunerado e territorializou interesses econômicos externos. Paralelamente, como no restante do Brasil, atividades tipicamente urbanas se desenvolveram. Se expande o setor de serviços, surgem pequenas indústrias e novas empresas de mineração⁴². Igualmente, surgem e se desenvolvem atividades no setor turístico, atendendo à uma maior demanda vinda dos centros urbanos cuja população cresceu vertiginosamente nas seis últimas décadas. Quanto à agricultura, o Vale do Ribeira de Iguape assiste à uma especialização regional na bananicultura. Nesse modelo, a alternativa de fixar o trabalhador agrícola autônomo no meio rural por meio da pequena propriedade e da agricultura familiar foi preterida em favor dos projetos agropecuários e no desenvolvimento de uma economia urbana. A criação de infraestrutura serviu a este modelo, favorecendo interesses econômicos externos.

Foi e é desta forma que a região se integra e participa da dinâmica econômica paulista e brasileira vivenciando, em maior ou menor grau, dos mesmos processos e fenômenos socioespaciais. À medida que algumas cidades da região cresciam, ou que Santos e as regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba tornavam-se pólos de atração da mão-de-obra, as condições de vida e trabalho no campo eram confrontadas com as oportunidades que a cidade passava a oferecer. Como constata e explica, Diegues (2000), quanto aos caiçaras de Cananéia, também afetados pelos processos descritos anteriormente, na impossibilidade

[...] de continuar em seu modo de vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a migrar, engrossando as favelas de inúmeras cidades costeiras (Bairro do Carijo, em Cananéia, (SP); Estufa, em Ubatuba (SP); Bairro dos Sapos, em Parati (RJ) [...] (p. 132)

Considerando a dissimetria da relação local/global que exploramos a partir do conceito de verticalidade (Santos, 2002), podemos verificar a repetição de um modelo comercial orientado pela exploração econômica, agrícola e mineral, da região cuja riqueza é direcionada para os circuitos econômicos internacionais. A economia local permanece, assim, submetida a um dinamismo exógeno, para o qual o Vale do Ribeira e suas populações são apenas uma base social e geográfica passível de ser explorada por agentes externos atendendo interesses também externos.

⁴² É o caso de Cajati, que sedia uma cava de fosfato bicalcico desde de década de 1930 adquirida pela Cia Vale (<http://www.valefertilizantes.com/nutricao-animal/operacoes.asp>)

Tais interesses se realizam em processos como o denominado *land grabbing*. Construído por Joan Martinez-Alier, o conceito define um processo de concentração fundiária associado à uma clara intencionalidade do grande capital de dominar áreas férteis e ricas em recursos hídricos e minerários. Em meio à oscilação do preço das commodities, a aquisição de terras torna-se um negócio mais seguro e permite assegurar certo controle sobre a produção de alimentos, biocombustíveis, matérias-primas voltadas para a produção de bens de consumo em massa e ainda se beneficiar com grandes obras de infraestrutura.

Este processo produz profundas transformações na paisagem. Como denunciam as comunidades afetadas, não há benefícios reais para as áreas exploradas. Nelas concentram-se apenas os impactos sociais e ambientais que afetam de forma desigual os diferentes segmentos da população. O passivo social e ambiental, pesadamente, recai sobre os segmentos menos favorecidos (GRAIN, 2014). Sem direitos territoriais efetivados legalmente, a expropriação de terras afeta diretamente as populações rurais pobres, comunidades tradicionais e povos indígenas. Contribui para o despovoamento do campo e o crescimento urbano induzido e espontâneo, que agudizam as condições de pobreza nas áreas urbanas. Ameaça também o equilíbrio de ecossistemas inteiros, comprometendo assim uma série de benefícios dos quais dependemos como seres vivos e sociedade (GRAIN, 2014).

Em nosso ponto de vista, esse processo já é um fato no Vale do Ribeira e tende a se intensificar conforme o dinamismo econômico global demandar. O avanço do setor minerador na região comprova fortemente esta tendência. Segundo levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) a partir do Plano Nacional de Mineração⁴³, há na região do Alto Ribeira mais de 350 pedidos de mineração, e provavelmente, à medida que novos empreendimentos forem se instalando, os trabalhos de prospecção gerarão novos pedidos.

Desta forma, o Vale do Ribeira, região fortemente caracterizada por inúmeras e diversificadas comunidades tradicionais, deve continuar a sofrer uma crescente pressão sobre suas terras e interferências em seus projetos de vida. A entrada de novos sujeitos e interesses no Vale do Ribeira aumenta a complexidade social de uma região marcada pela informalidade de sua estrutura fundiária e acentuada vulnerabilidade das populações tradicionais.

A constatação desse quadro de relações e desafios fundiários nos obrigou a conhecer as medidas governamentais tomadas para lidar com os crescentes conflitos que seus sujeitos passam a enfrentar. É o que tentaremos mostrar a seguir.

⁴³ Disponível em <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/impactos-socioambientais-da-mineracao-no-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario> (acessado em 16 de agosto 2016)

3.2 A política fundiária

Pode-se afirmar que o mercado de terras no Brasil surge com o declínio e fim do tráfico escravista a partir da segunda metade do século XIX. As crescentes restrições ao tráfico comprometiam reduziram drasticamente os lucros desta atividade e passaram a constituir um problema para as elites agrárias e para os capitais envolvidos no comércio de escravizados. José de Souza Martins (1991) aponta que este foi o principal estímulo para a edição da Lei de Terras de 1850 que estabelece regras para a legitimação das posses de terra. Por burocratizar a condicionar a legitimação das posses à condição econômica do solicitante, a lei restringe o acesso à terra para a população pobre, constituída basicamente por brancos pobres, mestiços e negros gradualmente liberados do trabalho escravo.

Schmitt et. al, (2002) explicam que

[...] a exclusão do segmento populacional negro em relação à propriedade da terra foi peremptoriamente estabelecida por meio de uma série de atos do poder legislativo ao longo do tempo. Ainda durante a escravidão, a Lei de Terras de 1850 veio substituir o direito à terra calcado na posse por um direito auferido via registros cartoriais que comprovassem o domínio de uma dada porção de terra [...] (p. 3)

A lei impõe a necessidade de atualização dos registros em livros tombos e registros paroquiais, mediante comprovação e recolhimento de taxas. O acesso desigual a tais possibilidades contribuiu, já naquela época, para elevada concentração fundiária que há em nosso país. A lei não foi aplicada devidamente, o que explica a enorme quantidade de terras devolutas em todo o território nacional até o presente e as inúmeras fraudes e falsificações de documentos que afetam as populações rurais nas áreas marginais onde o processo de regularização é mais lento. A regularização fundiária, frequentemente, só acontece por estímulo das atividades econômicas que necessitam ter a propriedade da terra como garantia para acesso à crédito e às políticas públicas.

Duarte aponta (2012) que no Vale do Ribeira,

[...] está a maior concentração de terras devolutas do Estado de São Paulo. Além disso, 40% da região têm situação de posse irregular, o equivalente a 700 mil hectares. Desta área, 600 mil hectares o Estado não conseguiu determinar definitivamente seu título de propriedade, sendo que cerca de 335 mil hectares não possuem sequer ações discriminatórias propostas, enquanto em 268 mil hectares já existem ações discriminatórias em diversas fases de andamento, sendo que algumas delas estão paralisadas em cartório há mais de 10 anos [...] (p. 44).

Este caótico contexto fundiário manteve-se estável até a segunda metade do século XX quando o avanço da propriedade privada no Vale do Ribeira desencadeia alterações nas relações campo/cidade. Como explica Queiroz (2006) “Interesses econômicos foram despertados pela disponibilidade de vastas extensões de terra inexploradas e praticamente desocupadas, cujo aproveitamento surgia como promissor e lucrativo [...]” (p. 59).

Até a década de 1950, a questão fundiária era regulada por um conjunto de leis estaduais criadas no contexto da Constituição de 1891, a Lei 655 de 1899. Segundo Forster ⁴⁴ (2003 *apud* Duarte, 2012, p. 40), por meio desta lei o Estado de São Paulo abre mão das terras devolutas cedendo o domínio delas a quem tivesse sua posse por mais 30 anos e legitimando qualquer forma de domínio comprovado com mais de vinte anos. Esta escolha favoreceu, segundo o procurador federal, a concentração de terras no Estado de São Paulo.

A Lei de Revisão Agrária, de 30 de dezembro de 1960, inaugurou uma nova abordagem do governo estadual no contexto fundiário paulista. Na proposta do governo Carvalho Pinto (de 1959 a 1963), o Imposto Territorial Rural (ITR), passaria a sobretaxar as grandes propriedades não produtivas para financiar a aquisição e regularização de terra, com uma meta de assentar entre 500 a 1000 agricultores por ano (DUARTE, 2012). Fragilizada por setores conservadores, o ITR passa a gestão municipal. Sem recursos, a lei não alcança os objetivos almejados, restringindo-se aos dois programas pilotos. (SOUZA, 2006).

No âmbito federal, cria-se o Estatuto da Terra por meio da Lei Federal nº. 4.504 de 1964. Foi uma resposta do regime militar aos segmentos da sociedade brasileira que se mobilizaram frente aos problemas enfrentados pelas comunidades rurais no país. Embora fruto de um regime autoritário, a lei preservou

[...] a função social da terra como paradigma para a qualificação da propriedade, determinando a aplicação do Conceito Múltiplo de Função Social da Terra: (I) utilização adequada; (II) preservação ambiental; (III) observância das relações legais de trabalho; (IV) bem estar do proprietário e do trabalhador [...] DUARTE, 2012, p. 33).

Contudo, conforme indica Souza (op. cit)

[...] a política fundiária do governo militar não utilizou em grande escala os novos dispositivos jurídicos criados com o Estatuto da Terra. Assim, a situação permaneceu bloqueada no período militar compreendido entre o final dos anos 60 e os anos 70 [...] (p. 17).

⁴⁴ A obra citada é **A Privatização das Terras Públicas**. São Paulo: Editora Manole, 2003, de autoria de Germano de Rezende Forster.

As iniciativas posteriores, desenvolvidas na década de 1980 pelo governo paulista de André Franco Montoro (de 1982 a 1986), tentaram retomar os princípios do Estatuto da Terra de 1964. É o caso das leis nº 4.925, de 19 de dezembro de 1985, e da Lei nº 4.957 de 30 de dezembro 1985, que dispunham sobre a alienação das terras públicas a “rurícolas” que a utilizassem e sobre a “valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do Estado, regulamentando os assentamentos de lavradores sem-terra, através da concessão de uso” (idem, p. 42). Duarte vê nestas propostas, tentativas de “amenizar os conflitos existentes pela posse, principalmente no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema” (idem).

A partir do Planos Públicos de Valorização das Terras Públicas (PVTP) surge uma proposta do governo paulista: o MASTERPLAN

[...] que teve dois enfoques distintos: o fundiário e o de preservação, fiscalização e utilização racional dos recursos naturais. Seriam definidas, dentro das sub-regiões do Vale do Ribeira, as prioridades em função dos seguintes critérios: áreas de parques florestais e áreas em que há conflitos de terras; áreas em que há maior concentração de posseiros; e áreas de maior interesse para exploração econômica [...] (*ibidem*, p. 43 e 44).

A partir de seus estudos, Duarte afirma que este plano resultou em um brutal avanço da propriedade privada, comprovada pela existência de inúmeros conflitos fundiários e 40% de posses irregulares na região.

Após estas iniciativas, a criação do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) em 1991 agregou os antigos Departamentos de Assentamento Fundiário (DAF) e o Departamento de Regularização Fundiária (DRF). O Instituto assume, no âmbito paulista, as obrigações e funções técnicas necessárias ao cumprimento do Artigo 68⁴⁵ dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Queiroz (2006) chega a resultados semelhantes. Ele localiza, já na década de 1950, o início de um processo pelo qual as comunidades negras rurais e posseiros pobres começam a perder suas terras. Sem documentos que legitimassem o domínio e a posse da terra por parte desta população, a “legalização” das terras⁴⁶ ocorre agora por meio da “[...] compra de ‘direito’ de posse a preços irrisórios, da intimidação e do emprego sistemático da grilagem [...]” (QUEIROZ, 2002 p. 59). Este autor comenta o caso em que um morador vende uma porção de terra a alguém de “fora” e este quando cerca a área o faz apropriando-se de porção maior do que a negociada.

⁴⁵ Este dispositivo constitucional reconhece pela primeira vez os direitos territoriais das comunidades quilombolas. Trataremos deste artigo no próximo capítulo deste trabalho.

⁴⁶ Empregamos aspas em legalizando remetendo a categoria de análise “propriedade legalizada” utilizada por Queiroz em Caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica.

À medida que a propriedade privada avança na região, aumenta o número de estabelecimentos rurais dedicados a alguma atividade econômica como a pecuária ou bananicultura e, paralelamente, ocorre a redução das florestas nativas. Cria-se o contexto para a ação repressora do Estado sobre as comunidades rurais por meio da legislação ambiental.

3.3 Condições de vida em Barra do Turvo e nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca

É neste contexto sociogeográfico e normativo que ocorre a formação do município de Barra do Turvo e se define as condições de vida de sua população.

A ocupação do atual território do município de Barra do Turvo, localizado no alto Vale do Ribeira em meio a relevo bastante montanhoso só teve início com o estabelecimento de Antonio Bueno Sampaio, emigrado de Iporanga no ano de 1852. Graças aos solos férteis, a ocupação se manteve a despeito das dificuldades de acesso. A posição marginal em relação às principais lavras, deu à região um caráter agrícola. A criação de porcos foi importante atividade econômica da cidade que até 28 de fevereiro de 1964 pertenceu a Iporanga.

Seu lento desenvolvimento mantém a pequena vila torna-se distrito de Iporanga em 30 de novembro do ano de 1938, através do Decreto-Lei Estadual n. 9775 e duas décadas depois, a Lei Estadual de n. 8092 de 1964, lhe confere autonomia e *status* de município. Seu período mais próspero foi entre os anos de 1910 e 1930, contudo, estando submetido à administração política do município de Iporanga, este breve impulso de desenvolvimento econômico não deixou marcas em seu núcleo urbano.

Atualmente o município apresenta 7.878 habitantes⁴⁷ segundo estimativa do IBGE para o ano de 2013, dos quais 72,11% residem na zona rural⁴⁸, apesar disso o principal setor de atividade econômica é o de serviços.

O Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (IDHM) financiado pelo PNUD aponta para uma conjuntura social bastante adversa. Enquanto o IDH para o ano de 2010 era de 0,641, considerado médio, o Índice de Gini estava em 0,50, melhor que a média brasileira que, segundo o IPEA, é de 0,53. No entanto, 10% da sua população foi classificada por esse relatório como extremamente pobre, sendo que os 60% mais

⁴⁷ Segundo estimativa para 2013 do IBGE

⁴⁸ Segundo relatório do IDHM/PNUD (http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/barra-do-turvo_sp) consultado em 16 de agosto de 2016.

pobres se apropriaram em 2010 de apenas 24,87% da riqueza gerada no município. A taxa de mortalidade para crianças de até 1 ano é de 18,8 por mil nascidos vivos. O número de pessoas entre 6 e 14 anos fora da escola é de 4,43%; entre jovens com 15 a 17 anos o índice sobe para 22,31% e apenas 78,02% dos alunos do ensino fundamental não apresentam atraso no desempenho escolar. Do total de sua população, apenas 4, 17% frequentavam algum curso superior em 2010, para este ano, a taxa de analfabetismo era de 24,1%. É nesse contexto socioeconômico que se encontram os pequenos núcleos populacionais quilombolas, entre eles as comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca.

Dado que aos territórios destas comunidades se sobrepueram áreas de proteção ambiental e que as áreas contestadas pelas comunidades diante do ITESP e INCRA também são alvos de ação de desapropriação indireta, temos configurado uma complexa situação em que a escassez de recursos e serviços básicos, as dificuldades em obter renda se combina com as transformações socioeconômicas e com diretrizes ambientais que oneram ainda mais as comunidades. É sobre este último aspecto que trataremos a seguir, analisando as concepções que fundamentam as políticas de preservação do patrimônio natural e suas leis que incidem sobre os modos de vida das comunidades quilombolas.

3.4 As políticas ambientais do estado de São Paulo no Vale do Ribeira

No Vale do Ribeira vivem mais de 900 famílias⁴⁹ pertencentes a núcleos de povoamento negros remanescentes de quilombos. Esta porção do Estado de São Paulo, dada ao relativo isolamento geográfico e econômico já comentado, abriga hoje importantes remanescentes de mata atlântica e formações naturais de alto valor ambiental e paisagístico. Alvo das primeiras políticas ambientais no Estado de São Paulo, as áreas de proteção criadas intervêm sobre a elevada sociodiversidade das comunidades tradicionais da região. Contudo, segundo as concepções de conservação vigentes, a presença de tais comunidades não é compatível com a preservação e passou-se a criminalizar muitas das práticas que caracterizam seu modo de vida.

Se as irregularidades fundiárias dificultam a garantia do acesso à terra para as comunidades tradicionais, para a política ambiental elas reduziram sua eficácia e envolveram o Estado em conflitos fundiários de lenta resolução jurídica. Para compreender o que isso

⁴⁹ Levantamento impreciso, pois as diversas fontes divergem.

significa e como tal problemática afeta as comunidades quilombolas locais, traçamos um breve panorama das políticas ambientais desde a criação do PETAR em 1958 e do Parque Estadual do Jacupiranga, em 1969, discutindo os dispositivos legais que mais impactaram as comunidades bem como a percepção destas políticas no imaginário e no dia-a-dia das comunidades tradicionais. O ponto central desta reflexão é a situação das comunidades quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca, cujo território está parcialmente sobreposto à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo.

O modelo de conservação predominante nas políticas ambientais ainda é fortemente influenciado pelo que Diegues (2000) chamou de *mito da natureza intocada*, discutido também por outros autores. Diegues explique que

[...]A noção de mito naturalista, da *natureza intocada*, do *mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma "proteção total" [...] (p. 53).

Munari (2009) complementa esta conceituação apresentando o mito da natureza intocada como uma visão dicotômica onde o homem não está integrado à natureza. Para ela, a

[...] conservação da biodiversidade (compreendida em uma perspectiva exclusivamente biológica)" [...] era inicialmente baseado nos pressupostos de que os impactos gerados pelo homem são sempre negativos [...]. Por conseguinte, a presença das populações humanas nos ambientes florestais tem sido interpretada como um empecilho para a preservação da biodiversidade (p. 8).

A formulação desta visão, na história do movimento ambientalista, é normalmente atribuída à John Muir (final do século XIX), à entidades como Club Sierra, National Trust e Royal Society for the Protection of Birds (início do XX), à União Internacional para a conservação da Natureza (UICN), criada por iniciativa da Organização das Nações Unidas em 1948, à organização não-governamental inglesa World Wild Fund for Nature (WWF) de 1961, entre outras. O ambientalismo, contudo, apresenta concepções bastantes variadas advindas de autores como Henry David Thoreau, Rachel Carson, Fritjof Capra entre outros. Denominações como *ecologia profunda* e *ecologia radical* exemplificam as variações na formulação das práticas e princípios de conservação ambiental que são incorporadas pelas políticas ambientais (MORAN, 2008; SANTOS, 2004. Embora, não seja foco desta pesquisa detalhar o histórico das políticas ambientais, por meio dele podemos compreender o paradigma

dominante nos programas de preservação do patrimônio ambiental.

A definição das áreas protegidas seguiu inicialmente critérios estritamente biológicos e ainda assim, privilegiou-se por muito tempo, alguns ecossistemas em detrimento de outros, o que deu origem às famosas reservas de vida selvagem (HARRIS e HAZEN, 2006).

Segundo Diegues (2000), a partir da década de 1970 muitos movimentos sociais, particularmente na América do Sul, se posicionam contra este modelo e contra o discurso desenvolvimentista dos governos militares durante os quais, se acentuou o processo de concentração fundiária, de crescimento urbano e de remoção de populações em benefícios de grandes projetos industriais. Diante da euforia do “milagre econômico” brasileiro, quatro anos após a Conferência de Estocolmo (1972), surge no Brasil o Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro (1976). Este documento, assinado por dez organizações ecologistas, se posiciona a favor de um modelo de desenvolvimento em que não se justificaria as imposições unilaterais em prol de um modelo concentrador e predatório. O manifesto defende que “A iniciativa descentralizada e a democracia pluralista estão efetivamente mais próximas dos mecanismos ecológicos e tem mais potencial evolutivo [...]” (DIEGUES, 2000, p. 129).

As comunidades tradicionais, compreendidas e definidas por meio de seus “[...] sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum começaram a ser ameaçados com o processo de incorporação de seus territórios pela expansão urbano-industrial e a da fronteira agrícola [...]” (idem, p. 130). Também são impactados pela “[...] implantação de propriedade estatal, na forma de áreas naturais protegidas (parques nacionais, reservas ecológicas etc.) em seus territórios tradicionais [...]” (idem, p.131). Embora seguindo um “modelo importado norte-americano” segundo o qual as áreas de proteção integral criadas não poderiam ter moradores, a medida preservacionista protegeu as comunidades tradicionais da pressão imobiliária e, a partir de 2000, o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁵⁰) define um conjunto de unidades de conservação de uso sustentável, que mesmo sob tutela do Estado permite o uso sustentado dos recursos naturais.

⁵⁰ Criado pelas leis no. 9.985, de 18 de julho de 2000 e pelos Decretos no 4.340, de 22 de agosto de 2002 e no 5.746, de 5 de abril de 2006.

Esta conquista é fruto de estudos que apontam para a necessidade de se incorporar as comunidades tradicionais às Unidades de Conservação. Além do etnoconhecimento desenvolvido pelas comunidades tradicionais ser útil às estratégias de conservação, elas podem cooperar para a preservação na medida em que possam desenvolver atividades sustentáveis para geração de renda a partir dos recursos do próprio território (DIEGUES, 2000).

Nesta perspectiva, a correspondência entre a localização dos remanescentes florestais, áreas *hotspots* de biodiversidade e a presença de populações tradicionais ou indígenas, denominada *sociodiversidade* complementando o conceito de biodiversidade, não é coincidência, mas sim, resultado, frequentemente intencional, da combinação dos valores e técnicas de manejo empregados por estas populações na relação que estabelecem com o meio onde vivem há muitas gerações. Munari (2009) aprofunda concepção. Ela destaca que

[...] um grupo crescente de pesquisadores afirma que as populações humanas que habitam ou habitaram as florestas têm influenciado esses ambientes de maneira bem mais intensa do que se pregava (...) ou, ainda, que algumas florestas não existiriam sem a intervenção humana [...] (p. 8).

Com o suporte inúmeras de investigações estimuladas pela necessidade de compreender os conflitos desencadeados pela imposição de uma legislação ambiental restritiva, amplia-se assim, o entendimento de que os ambientes naturais co-evoluem juntamente com as comunidades humanas, a partir de práticas de manejo capazes de diversificar os ambientes e, em muitos casos, incrementar sua biodiversidade. Estes estudos visam conhecer e compreender, nos mais variados contextos socioculturais e econômicos, os valores e as técnicas pelos quais as comunidades tradicionais e indígenas interagem com seus ambientes (FURLAN, 2006; MUNARI, 2009).

No entanto, em seu início, a política ambiental implementada no Vale do Ribeira não foi capaz de compreender os ecossistemas e a presença de populações humanas como um todo integrado e capaz de manter-se em equilíbrio dinâmico compatível aos objetivos da conservação. Daí seu caráter repressor frequente na memória coletiva das comunidades tradicionais criminalizadas por suas práticas tradicionais de manejo agrícola e modo de vida.

A organização política das comunidades tradicionais afetadas, aliada ao apoio de instituições e pesquisadores, garantiu que nas discussões referentes à elaboração da Constituição Federal de 1988, as demandas sociais e territoriais das comunidades tradicionais e indígenas fossem pautadas. Exemplos icônicos foram as mobilizações populares desencadeadas pelos seringueiros na década de 1980 que levaram à revisão da política conservacionista, fazendo incorporar no texto constitucional o respeito aos direitos territoriais

das comunidades tradicionais e à sua participação na gestão das UCs de uso sustentável. No contexto paulista, a mobilização popular em favor da reclassificação das unidades de conservação do Vale do Ribeira, aprofunda esta discussão, culminando na criação de um mosaico de unidades, entre as quais as de uso sustentável, como as Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável.

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) representou uma significativa evolução da legislação brasileira e das políticas ambientais, entre elas o direito à gestão participativa nas UCs de uso sustentável. Ele reconhece também a contribuição das populações indígenas à preservação, considerando como reserva as terras indígenas e admite a compatibilidade do modo de vida das populações tradicionais com as práticas e estratégias de conservação.

Este reconhecimento, conquista da organização social das comunidades afetadas por grandes obras desenvolvimentistas desde a década de 1970, implicou, contudo, em uma confusa apropriação do discurso conservacionista pelas comunidades tradicionais em geral. Manuela Carneiro da Cunha (2009) explica que há três formas como a preocupação ambiental pode ser expressa por uma comunidade tradicional. A primeira refere-se à apropriação do discurso, “[...] ideologia sem a prática efetiva [...]” e com “[...] apoio verbal à conservação [...]” (p. 287); a segunda é sustentada por uma cosmologia própria baseada na “[...] exploração limitada dos recursos naturais, em que os seres humanos são os mantenedores do equilíbrio do universo, que inclui tanto a natureza como a sobrenatureza [...]” (p. 288). A terceira visão é pragmática e condicionada por aspectos geográficos. Segundo Cunha, as comunidades alinhadas com esta visão “segue regras culturais para o uso dos recursos que, dada a densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis” (*idem*). Para a autora, a chegada de uma racionalidade externa pode desvirtuar os padrões culturais que garantem às práticas tradicionais a compatibilidade com a conservação, ainda assim, verifica-se muito frequentemente grande comprometimento por parte das comunidades tradicionais com as políticas de conservação. A dificuldade para efetivá-las e fazer da conservação um objetivo comum, com respeito às especificidades culturais dos povos e populações que vivem em UCs, promovendo inclusive um maior protagonismo das comunidades na gestão participativa, reside no caráter pontual, frequentemente assimétrico e inconstante da relação das instituições com as comunidades. Do ponto de vista ambiental, as atividades produtivas que caracterizam seu modo de vida são de baixo impacto. Como afirma Cunha (2009), basta confrontar tais práticas com o modelo de exploração agrícola hegemônico, para identificar os reais responsáveis não só pelo

desflorestamento, mas pela perda de biodiversidade e empobrecimento genético acarretados pelo uso intensivo de biocidas e organismos geneticamente modificados.

Do ponto de vista social, o modelo preservacionista, associado às transformações do modo de vida e da economia local, regional e nacional, enfraquece as formas de solidariedade e coletivismo próprias da vida caipira, erodindo com elas todo um sistema de saber e conhecimentos sobre os ambientes locais que poderia contribuir para enfrentamento de problemas frequentes enfrentados pela agricultura industrial. Agricultura tradicional, portanto, não deveria ser reprimida, antes estudada e enriquecida pelos conhecimentos mais recentes. Conforme explica Queiroz (2006), o avanço do modelo prioritariamente comercial de uso do solo, acompanhado pela legislação ambiental é responsável pela perda da *relativa autonomia*⁵¹ das comunidades rurais negras, pelo assalariamento e êxodo rural. A consolidação deste modelo é paralela ao pelo aumento do desflorestamento verificado a partir da década de 1960 quando cresce também o número de estabelecimentos e imóveis rurais, na forma da propriedade privada (idem).

Pode-se verificar, contudo, que apesar da evolução da legislação ambiental, com o reconhecimento de direitos territoriais e criação de mecanismos de gestão participativa, ainda persistem os problemas apontados inicialmente pelos movimentos ambientalistas e as demandas e desafios das comunidades frente à política ambiental e acesso à terra pouco mudaram. A questão fundiária é central no caso das Comunidades Quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca, inseridas em um mosaico de UCs é exemplar. A seguir, apresentaremos mais do contexto institucional ambiental em que se insere as comunidades citadas, apresentando e discutindo o processo de reclassificação e criação do MOJAC - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, antigo Parque Estadual do Jacupiranga.

3.5 Do PEJ ao MOJAC – desafios socioambientais e fundiários

Criado em 1969, o Parque Estadual do Jacupiranga herda um contexto socioeconômico marcado pela divergência de interesse e projetos de uso entre sujeitos locais e externos e o Estado. Entre eles, há grande divergência sobre o que significa desenvolvimento e

⁵¹ Colocamos a expressão em itálico para destacar que a expressão autonomia, utilizada para indicar a capacidade de inserção das comunidades nos circuitos de comercialização e obtenção de renda a partir da exploração econômica do território é variável, estando condicionada à dinâmica da sociedade envolvente. Sugere também a fragilidade e vulnerabilidade destas comunidades frente à ação e interesses externos.

progresso. A grosso modo, para uns o desenvolvimento estaria associado à melhoria das condições de vida, acesso à educação, cultura e bem-estar físico, psíquico e emocional e, para outros, desenvolvimento seria as condições para enriquecimento material, acúmulo de bens e a crença na tecnologia como solução para os desafios presentes e futuros. No discurso político dos agentes econômicos e dos governos, cujos interesses frequentemente se aproximam, estas concepções se “harmonizam” e justificam as escolhas e os *prejuízos inevitáveis*⁵².

É dessa forma que ocorre o avanço da propriedade privada no Vale do Ribeira, beneficiando a poucos e promovendo, paralelamente aos conflitos que engendra, um processo de assalariamento da população rural cuja sobrevivência dependia mais capacidade produtiva que do acesso aos mercados urbanos dos quais passam a depender para suprir suas diversas necessidades, incluindo aquelas advindas das transformações de seu modo de vida.

Algumas das iniciativas governamentais responsáveis por solucionar o caos fundiário no estado de São Paulo decorreram dos levantamentos promovidos pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo (PPI) promovidos pelo MASTERPLAN, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira e pelos programas das Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) na década de 1980. Contudo, como vimos, estas iniciativas fracassaram devido, em parte, à visão conservadora das políticas propostas e da ineficiência da arbitragem pública na solução dos conflitos fundiários que estas iniciativas despertaram.

Constatando a

[...] falta de regularização dos títulos de domínio deu origem a desordem de vários tipos: litígios judiciais entre posseiros e proprietários; ocupação de parques e reservas florestais; devastação de florestas, lutas violentas entre camponeses, posseiros e jagunços a serviço de grileiros [...]” (*ibidem*, p. 45).

o Grupo da Terra, organizado por ocasião do MASTERPLAN⁵³ com participação da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, verificou o predomínio no Vale do Ribeira de terras devolutas, “ocupadas por posseiros, além de muitos casos de grilagem e superposição de títulos de propriedade” (*Ibdem*, p. 46).

Infelizmente, mesmo com a revisão do antigo PEJ e a criação do MOJAC, a questão fundiária ainda ameaça as populações tradicionais e o patrimônio cultural e ambiental da região. A sobreposição permanece, ainda que novas UCs admitam o uso sustentável. A incerteza

⁵² Para a racionalidade capitalista dominante, é admissível uma margem de prejuízo ambiental, social e econômico, desde que este não recaia sobre os grandes projetos econômicos que a sustenta e reproduz.

⁵³ Criado pelo Decreto 24.125 de 16 de outubro de 1985.

quanto à permanência no território tradicional, porque ao Estado recai o domínio sobre das áreas de preservação permanece e soma-se a isso a dificuldade de agir em meio a um complexo sistema de gestão que envolve múltiplos agentes públicos.

A implantação das Unidades de Conservação, particularmente a proteção integral, e a repressão às práticas tradicionais, juntamente com as transformações socioeconômicas já apresentadas, impelem estas comunidades camponesas, relativamente autônomas porque precariamente inseridos no mercado local como pequenos produtores rurais, a migrarem para áreas urbanas e/ou optarem pelo trabalho assalariado nas propriedades privadas que surgem. Conhecedores do ambiente local, de seus recursos e aptos à sobrevivência na mata com poucos recursos, muitos são outros são atraídos à prática do extrativismo ilegal de palmito juçara (*Euterpe edulis*), onde as condições de trabalho precárias. Paralelamente, além das comunidades em situação de posseiros sem documentação que lhes garantam o domínio das terras, complica o cenário fundiário a ação de invasores nos limites das UCs, reivindicando terras públicas, já habitadas pelas comunidades tradicionais, atraídas pelas oportunidades que a construção de infraestruturas oferece. Com isso, observou-se uma intensa transformação do uso do solo a partir, sobretudo, a partir da construção da BR-116 e rodovias que interligam os municípios da região e os adjacentes. Duarte (2012) afirma que

O fato de o Parque ser atravessado pela Rodovia Régis Bittencourt (BR 116), que o corta por aproximadamente 60 km, e liga o estado de São Paulo ao Sul do Brasil e países do MERCOSUL, favoreceu a ocorrência de ações de degradação do patrimônio natural do Parque. A abertura de estradas transversais interiorizou essas degradações, tornando as porções centrais do PEJ mais acessíveis às atividades irregulares[...] (p. 17).

Sem a necessária regularização fundiária, a solução encontrada pelo Estado foi aumentar o rigor na aplicação da legislação ambiental para conter ou reprimir o crescimento das ocupações ilegais nas áreas de domínio dos parques, comprometendo os objetivos de conservação na região (DUARTE, 2012), medida que incidiu também sobre os moradores tradicionais. Duarte (op. cit.) explica que

[...] Boa parte da área do Parque do Jacupiranga se sobrepôs a áreas habitadas por comunidades tradicionais, que a partir de então foram prejudicadas pela legislação ambiental, que os impediu de continuar a realizar atividades voltadas para o autoconsumo [...] (p. 16).

Os conflitos e problemas relatados acima conduziram estas comunidades, juntamente com ambientalistas e pesquisadores a uma forte crítica aos critérios e modelo de gestão adotado nesta UC. Foi assim que, 39 anos após sua criação, o PEJ é transformado no

Mosaico Jacupiranga de Unidades de Conservação (MOJAC)⁵⁴ pela Lei Estadual no. 12.810 de 21 de fevereiro de 2008.

A reclassificação gerou nos municípios da região temor de que pudessem perder receita advindas do ICMS ecológico se diminuíssem as áreas protegidas em cada município. Estes interesses se colocaram nas discussões que deram origem à proposta posteriormente aprovada. Duarte (*Ibdem*) resume este debate:

A título de exemplo, vale destacar que (antes da criação do MOJAC) cerca de 40% de toda receita do município de Barra do Turvo, que abrigava cerca de dois terços da área do PEJ, eram provenientes do ICMS ecológico. Assim, a exclusão ou inclusão de áreas no Parque representava um grande impacto nas finanças municipais e na capacidade de custeio e investimento do Município de Barra do Turvo (assim como outros), que tem um dos mais baixos IDH - Índice de Desenvolvimento Humano do Estado de São Paulo. Este fato fez com que, durante a discussão do referido GT, alguns prefeitos ficassem receosos de perder área de parque e assim diminuir sua receita de ICMS ecológico, buscando áreas dentro dos municípios onde o parque pudesse expandir para compensar a perda de área de proteção integral e com isso de ICMS. (p. 106)

Diante desta reivindicação política e pela relevância do patrimônio ambiental, configura-se o entendimento de que

[...] é essencial que na reclassificação de áreas de proteção integral de uma Unidade de Conservação para áreas de uso sustentável, **não se abra mão da compensação daquelas, mediante a incorporação de novas áreas ainda intocadas**, de modo a que se mantenha ou seja aumentada a área sob proteção integral do futuro mosaico [...]” (LINO, 2009, p. 11, grifo do autor).

Para isso foi criado um grupo de trabalho envolvendo órgãos públicos estaduais e municipais, ONGs e moradores tradicionais. Este grupo elaborou a proposta de conversão do antigo PEJ em um Mosaico de Unidades de Conservação chamado Jacupiranga, sendo 10 UCs de uso sustentável e 3 de proteção integral, conforme mostra a tabela abaixo.

Modalidade de Uso	Tipo de UC	UCs	Municípios
Uso sustentável	Áreas de Proteção Ambiental (APA)	APA Cajati	Cajati
		APA do Planalto do Turvo	Barra do Turvo e Barra do Turvo
		APA Rio Vermelho e Rio Pardinho	Barra do Turvo

⁵⁴ Pelo MOJAC a extensão do antigo PEJ é reclassificado em 5 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 2 Reservas Extrativistas, 4 Áreas de Proteção Ambiental e 3 Parques Estaduais, tentando solucionar os inúmeros conflitos ambientais com populações tradicionais e não tradicionais que vivem ou no interior das UCs ou em seu entorno. Desta forma, as UCs criadas propõem categorias de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

		APA Quilombos do Médio Ribeira	Eldorado e Iporanga
	Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	RDS Barreiro/Anhemas	Barra do Turvo
		RDS Quilombos de Barra do Turvo	Barra do Turvo
		RDS dos Pinheirinhos	Barra do Turvo
		RDS de Lavras	Cajati
		RDS Itapanhapima	Cananéia
	Reservas Extrativistas (RESEX)	RESEX Ilha do Tumba	Cananéia
		RESEX de Taquari	Cananéia
Proteção Integral	Parques Estaduais	Parque Estadual da Caverna do Diabo	Barra do Turvo, Eldorado e Iporanga
		Parque Estadual do Rio Turvo	Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga
		Parque Estadual do Lagamar de Cananéia	Cananéia e Jacupiranga

Nos levantamentos realizados, é notável a quantidade de títulos duvidosos e sobrepostos encontrados na região, bem como chama a atenção, os processos de desapropriação indireta movidos por proprietários ou supostos proprietários que reivindicam indenizações milionárias que se arrastam há anos.

A regularização dos territórios quilombolas sobrepostos com o Parque Estadual do Jacupiranga e atualmente com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo demanda a finalização de dois processos de desapropriação⁵⁵ referentes à Fazenda Itaóca que se arrastam há mais de três décadas. O Estado de São Paulo apenas terá o domínio legal da área para poder desafetá-la para a desejada titulação do território em prol das comunidades quilombolas ao final destes processos. Além disso, segundo o longo processo que culminaria na titulação e registro do território quilombola, após o reconhecimento da comunidade como quilombola, pelo Itesp e Fundação Palmares, deve dar-se início ao Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)⁵⁶ a encargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que inventaria toda a situação fundiária das posses e domínios encontrados, avalia e propõe desapropriações ou indenizações, conforme o caso. E mesmo quando isso acontecer, segundo a lei estadual, a desafetação deverá ser feita por meio de lei, o que poderá levar o caso a uma apreciação política que pode não favorecer as

⁵⁵ Processos 546/1982 e 470/1993 (Fonte: ITESP).

⁵⁶ Até a data de publicação deste trabalho, esta etapa, iniciada em 2015, encontra-se paralisada pela não liberação dos recursos financeiros necessários.

comunidades. Resumidamente, uma vez desafetada a área em favor das comunidades e concluído o RTID, pode o Incra pagar as desapropriações e indenizações e titular a área.

No âmbito do MOJAC, sua criação representa um ganho na política ambiental ainda que a questão fundiária ainda não tenha sido superada. Tal problema é apontado pelas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca e outras como sua principal demanda e representa a incerteza quanto a permanência nos territórios tradicionalmente ocupados, a ameaça ao modo de vida, aos saberes de sua tradição agrícola e aos valores de reciprocidade por meio da qual se constitui o território e a territorialidade quilombola local.

Como outrora mencionamos, citando a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, as comunidades reconhecem que seu sistema produtivo é de baixo impacto e compatíveis à conservação. Eles frequentemente se colocam como parceiros do Estado, motivo pelo qual saudaram com entusiasmo a criação da RDS Quilombos de Barra do Turvo. Contudo, denunciam que o diálogo e o entendimento esperado entre o órgão gestor⁵⁷ e eles não são equilibrados. Apontam dificuldade na obtenção de autorização para abertura de roças, atuações por irregularidades que poderiam ser previstas e evitadas.

4. O Quilombo – das definições acadêmicas ao auto-reconhecimento

Uma vez compreendido o eixo teórico, conceitual e metodológico que embasa as experiências de mapeamento desenvolvidas nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, bem como o contexto histórico, econômico, fundiário e ambiental das comunidades quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca é importante refletir sobre o termo quilombo e o significado e importância dos movimentos identitários de cujo territorial

As experiências de campo que tivemos durante os trabalhos de mapeamento tornaram evidentes relações entre a história e geografia das comunidades e a apropriação e ressignificação do conceito de quilombo em função do processo de auto-reconhecimento e a luta pela titulação do território quilombola. Por isso, sob a perspectiva antropológica, buscaremos conhecer os aspectos que conceitualmente permitem compreender o processo de construção de uma identidade quilombola, uma identidade embasada na relação com o território e que se projeta como principal projeto político destas comunidades.

⁵⁷ O órgão responsável pela gestão das UCs no estado de São Paulo é a Fundação Florestal.

O esforço político-organizativo destas comunidades é resposta aos profundos impactos que sofreram em seu modo e projetos de vida. A luta pela permanência na terra é o grande impulsionador da mobilização local e o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 desencadeia e impulsiona um movimento de auto-reconhecimento identitário em torno da expressão quilombo que nos obriga a discuti-lo, como o faz os Relatórios Técnico Científicos (RTC) que subsidia nossa reflexão.

O auto-reconhecimento destas comunidades como remanescentes de quilombos ocorre em meio às discussões de criação do MOJAC, ao longo dos anos 2000. Elas obtêm o reconhecimento a partir do laudo antropológico constituído pelo RTC elaborado sob responsabilidade técnica e jurídica do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Para regulamentar o Artigo 68 já citado e do qual mais falaremos adiante, vários decretos são publicados, entre eles o Decreto Federal 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Todos eles apoiados em uma concepção de quilombo carregada de significados e historicidade, mas que tem sido ressignificada, bem como combatida por segmentos conservadores. Para discuti-los, apresentaremos a comunidade, da forma como sua história e modo de vida é abordada em um Relatório Técnico Científico. A seguir, problematizamos o conceito à luz de dois autores fundamentais da antropologia brasileira.

4.1 A origem e o auto-reconhecimento⁵⁸

Reconhecemos ao longo desta pesquisa, que o auto-reconhecimento e fortalecimento de sua identidade negra e quilombola é a base da necessária e desejada organização política das comunidades de Ribeirão Grande e Terra Seca. Ao se deparar com pressões externas que mencionamos acima e que ainda questionam seu modo de vida e sua identidade, assim como outras inúmeras comunidades quilombolas do Brasil, as comunidades em questão iniciaram uma nova etapa de resistência política e de luta pela terra e pelo reconhecimento deste direito constitucional.

⁵⁸ Os resultados apresentados neste item fundamentam-se nas informações provenientes dos registros produzidos durante as oficinas realizadas no âmbito desta pesquisa entre 2012 e 2015 e no Relatório Técnico Científico desenvolvido pelo antropólogo Rubens Alves da Silva, que subsidia o processo de reconhecimento das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca e demais levantamentos bibliográficos realizados durante a pesquisa.

A história da ocupação de seu território tradicional e de seus antepassados, narradas e descritas por seus descendentes e moradores em documentos técnicos como o RTC e os mapas culturais elaborados nesta pesquisa representam parte deste esforço político-organizativo que lhes confere sua peculiaridade identitária. Conceitualmente, esta mobilização corresponde à necessidade de apropriação de um complexo rol de exigências e condições pelas quais o Estado brasileiro há de considerar o seu direito à titulação do território reclamado.

É neste contexto que a comunidade apresenta, de forma muito coerente, a história de seus três pioneiros: Miguel de Pontes Maciel, Benedito Rodrigues de Paula e Pacífico Morato de Lima. Responsáveis pelo início da ocupação negra nesta região, comumente designada Vale do Ribeira, às do Rio Turvo, distante aproximadamente 300 km da cidade de São Paulo e a 100 km de Curitiba.

Segundo a narrativa comum aos moradores, Miguel foi o quarto filho de um negro liberto de nome Joaquim de Pontes Maciel, abandonado na região de Xiririca (Eldorado) e Iporanga, quando a mineração e as atividades econômicas paralelas declinam na região.

Segundo registros apontados no RTC e por Andrade (2000), era comum que alguns senhores, atraídos pela promessa de ouro fácil recém descoberto em Minas Gerais, deixassem para trás alguns escravizados que não resistiriam mais à longa viagem e ao árduo trabalho nas minas. Uma vez libertos, Joaquim, sua companheira e alguns filhos deixam a região onde viveram cativos e passaram a um nomadismo determinado pela necessidade de encontrar terras onde pudessem praticar agricultura de subsistência. Assentados nas serras e vales que margeiam o Rio Turvo, logo se inserem no mercado regional comercializando pequenos excedentes agrícolas e porcos em longas viagens até Iguape e Cananéia. Estabelecem, assim, pequenas roças em meio às matas, preferencialmente nas “lombas” (serras) e cabeceiras das “águas” (cursos d’água)⁵⁹ onde constroem habitações rústicas denominadas *capuavas* em lugares denominados por nossos interlocutores como Indaiatuba e Reginaldo. Sendo as *capuavas* assentamentos temporários, os deslocamentos entre uma localidade e outra eram frequentes. Em dado momento, no Reginaldo - comunidade próxima e recentemente reconhecida como quilombo - Miguel firma parceria com aqueles que, com ele, serão os pioneiros da ocupação das margens, serras e sertões do médio curso do Rio Turvo e darão origem às comunidades Terra Seca, Ribeirão Grande e Cedro cujas origens se confundem e que apresentam, além da história em comum, laços de parentesco que as aproximam.

⁵⁹ Conforme terminologia local utilizada pelos moradores para localizar roças, áreas de exploração, *capuavas*, antigas habitações entre outros pontos.

Três pioneiros, três localidades. Assim se conta a história local. Ribeirão Grande tem sua origem territorial e seus laços de parentesco na descendência de Miguel de Pontes Maciel e sua família. Contam os moradores desta comunidade que Miguel obteve documentação de sua terra por volta da década de 1920 (Informação pessoal). À Benedito Rodrigues de Paula e família coube a localidade antigamente denominada “*perova*” em alusão à árvore peroba que era abundante no local hoje conhecido como Terra Seca. A expressão designava a própria identidade de seus moradores, conforme explica a moradora Vanilda ao contar sobre a origem do Bairro Terra Seca “*A Terra Seca era pra ser chamado “Perova” porque o pai da avó Bastiana era Benedito Benito de Paulo, mas o apelido era Perova*” (gravação feita pelo autor durante oficina de mapeamento realizada em 21/04/2012). Já a família de Pacífico Morato de Lima deu origem à comunidade vizinha denominada Cedro. Apesar do recorte espacial desta pesquisa, é impossível dissociar estas três comunidades em função dos laços parentescos, iniciado quando Miguel de Pontes Maciel se casa com a irmã de Benedito Rodrigues de Paula, e que por gerações, foi se reforçando.

4.2 Transformações da base econômica das comunidades

Como outras comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, a economia local se baseava em atividades agrícolas de subsistência e na criação de porcos. Pequenos excedentes da produção de arroz, de milho, mandioca e rapadura, assim como os porcos eram comercializados periodicamente na cidade de Iporanga ou no litoral, transportados por meio de canoa ou no lombo de mulas. Havia também o intermediário que, através de barcos, visitava regularmente as comunidades para comprar ou trocar tais produtos por itens como sal, querosene, tecido e ferramentas. Neste caso, frequentemente, os preços de venda ou o valor das trocas nunca eram favoráveis às comunidades rurais negras (QUEIROZ, 2006; SILVA, 2008).

Esta prática perdurou até meados do século XX, quando se observa o avanço da propriedade privada e do trabalho assalariado na região, associado às constantes dificuldades de comercialização da pequena produção agrícola. Em vista da proibição da roça tradicional e das crescentes dificuldades financeiras, muitos moradores e famílias inteiras optam pelo trabalho assalariado, esperando assim melhorar suas condições de vida. O que se assiste nas comunidades é o aumento da dependência do assalariamento, insegurança alimentar, novos problemas de saúde, marginalização e sistemáticas invasões e assédios de “compradores” de terras. O trabalho na pecuária, na exploração do palmito, no corte das matas e, cada vez mais,

em atividades urbanas passam a ser traços marcantes destas comunidades no momento em que se acirram a repressão às roças e a incerteza quanto à permanência na terra.

A segunda metade do século XX é de intensa transformação social nas comunidades. Com as iniciativas de regularização fundiária realizadas pelo Estado, alguns conseguem obter títulos de posse por volta dos anos de 1970 (Informação pessoal) mas a situação geral de acesso à terra das comunidades é precária e marcada por crescentes conflitos com terceiros e com o próprio Estado, como vimos anteriormente.

O trabalho assalariado, juntamente com o baixo rendimento dos cultivos e dificuldades impostas pela legislação ambiental, tornou secundárias as atividades agropastoris nestas comunidades. Com isso, o mutirão, estratégia tradicional de ajuda mútua e organização comunitária do trabalho, por muito tempo deixou de se realizar.

Para Antonio Candido, (2010) o mutirão

[...] Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal [...] (p. 84).

A partir das últimas duas décadas, surgem novas oportunidades no campo da agricultura. A partir da constituição da associação dos remanescentes de quilombo nas comunidades e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶⁰ muitos moradores retornam à lavoura. Com isso assiste-se ao retorno do mutirão, não atendendo apenas à necessidade anterior de prover braços para o trabalho no campo, mas também o esforço de constituição e fortalecimento de uma identidade quilombola que fortaleça política e culturalmente as comunidades.

A organização do trabalho descrita por Antonio Candido se ressignifica no contexto atual, mas não deixa de explicar as condições em que se dá a produção agrícola nestas comunidades. Como verificado em diversas oportunidades em Barra do Turvo, a prática do mutirão não se resume a uma comunidade ou vizinhos, ele reúne moradores de bairros diversos, que chegam a deslocar-se 15 a 20 km à cavalo, motocicleta ou carro, para o *trabalho associado*, como o designa Antonio Candido (*ibidem*). Esta força de atração, concordando com este autor,

⁶⁰ O PAA cria um mercado institucional que articula o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo federal.

pode ser explicada tanto pela solidariedade entres os bairros – no caso, bairros de origem quilombola – como pelos laços de parentesco e pelo dever de retribuição pela ajuda recebida noutro momento (SILVA, 2008).

Rubem Alves da Silva, autor do RTC das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, discute a forma como se estabelecem as redes de solidariedade que Candido atribui ao bairro rural. Para este autor, bairro rural seria o

[...] agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes o esboço de povoado ralo [...] (CANDIDO, 2010, p. 76).

Silva (2008) acrescenta a esta definição “[...] a particularidade dos bairros em estudo, cujo sentimento de pertencimento é reforçado ainda pela rede de parentesco que entrelaçam a maior parte das famílias de uma e outra localidade [...]” (p. 12). Assim, para além do bairro como unidade territorial de sociabilidade, a economia das comunidades quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca têm no parentesco um fator que contribui na formação de redes de relações e reciprocidade. Os laços de parentesco não garantem, contudo, a ausência de conflitos internos à dinâmica social das comunidades, nem podem ser considerados um critério definidor de um quilombola, em função de um histórico de escravidão que permite rastrear. Outras formas de vínculo são construídas, ainda que fatores de convergência e solidariedade, como a religiosidade, sugira divergências, se não de interesses, pelo menos das estratégias e prioridades entre moradores e mesmo parentes.

Outra atividade geradora de renda que surge e se desenvolve nas comunidades é a produção agrícola via sistemas agroflorestais (SAFs). Ela teve início no início da década de 2000 e o trabalho cooperado atraiu muitos quilombolas. O produto desta atividade, como também o da roça tradicional, é destinado ao PAA e ao comércio em feiras da região. É o conjunto destas políticas e atividades, somadas a benefícios de aposentadorias e programas de transferência de renda, que compõem a renda média das famílias quilombolas. Infelizmente, não dispomos de dados quantitativos que permitam avaliar e comparar a contribuição de cada fonte na renda média destas comunidades e na economia local.

Em todos os momentos citados, as comunidades e seus moradores foram confrontados com a necessidade de garantir um espaço político na agenda governamental, bem como de garantir os meios materiais de sobrevivência. Em nossa percepção, houve então, consideradas os diferentes ritmos de ação, um processo crescente de organização e de

apropriação de conceitos, procedimentos e conhecimentos apresentados pela também crescente complexidade dos sujeitos e dos instrumentos de gestão pública.

A definição de quilombo que discutiremos a seguir, que orienta o discurso e a construção de uma autoimagem para as comunidades, está baseada na capacidade destas comunidades em responder às constantes e variadas pressões externas ocorridas ao longo de sua história. Corresponde, portanto, não apenas a um discurso, mas a uma prática político-organizativa que visa garantir, apesar das contradições inerentes à qualquer sociedade, não apenas sua reprodução material mas também seus direitos territoriais e o exercício de sua cultura e visão de mundo.

4.3 Territorialidade quilombola: identidade e organização sociopolítica

Nas discussões anteriores dissemos que, a partir da Constituição Federal de 1988, o autorreconhecimento é um passo inicial do processo do processo de reivindicação territorial por parte dos quilombolas. Mas o autorreconhecimento tem uma importância maior. Ele manifesta a força política do processo de construção identitária e como tal, implica apropriação, partilha e ressignificação de elementos culturais próprios ou assimilados que não acontecem sem tensões e uma profunda retomada da memória social. Em nossa compreensão, toda territorialidade possui uma identidade, e de um modo ou de outro, sempre haverá uma forma de imprimir no espaço algum traço de uma identidade que se queira afirmar.

Dito de outra forma, a territorialidade expressa o modo como um grupo social ou conjunto de sujeitos comunicam suas finalidades e projetos de vida a partir de seu território e a partir do modo como utilizam a terra, como se organizam no espaço e dão significado ao lugar (RAFFESTIN, 1993).

No desenvolvimento das relações sociais é comum que designações de identidade sejam afirmadas por uns e negadas por outros. A construção das identidades compreende, assim, o movimento interno, pelo qual um grupo social se organiza em torno de elementos materiais e simbólicos capazes de garantir unidade e coesão.

A territorialidade quilombola seria, assim, o resultado da projeção em seu território das especificidades culturais resultantes dos valores que mediam as relações sociais e a apropriação dos recursos disponíveis no território. Neste contexto ocorrem reinterpretações e adaptações de práticas, de conceitos e de valores que se materializam em formas espaciais. É

por meio deste pressuposto teórico que apresentamos a seguir um pouco da discussão teórica sobre a conceituação de quilombo ao longo da história brasileira.

4.4 As definições de quilombo

Embora a Constituição de 1988 seja um marco no uso e conceituação do conceito, a discussão sobre o que é quilombo é bem anterior. O reconhecimento de direitos territoriais para as comunidades quilombolas pelo Art. 68 do ADCT reacende um debate histórico que envolve o reconhecimento das formas de opressão racial e a possibilidade de superá-las. Para isso, a Constituição Federal não basta. Além do debate que gerou e do anseio democrático que marcou sua elaboração, foi necessário regulamentar a aplicação do dispositivo constitucional para organizar jurídica e administrativamente o complexo processo de titulação do qual trata.

Nesse contexto, o debate sobre o conceito quilombo ganha força e complexidade à medida que as comunidades negras o assumem como *fator identitário* e se organizam social e politicamente para, por meio dele, garantir seus direitos territoriais e de acesso a outras políticas públicas. Além do mais, a aplicação do texto constitucional obriga operadores do direito e pesquisadores a retomarem as antigas conceituações do termo a partir de documentos e do debate jurídico brasileiro desde o século XVIII. A novidade é que, diferente do que aconteceu dos séculos XVIII ao início do XX, a presente discussão incorpora diretamente os sujeitos de direito e tributários desta definição.

No centro deste debate está a afirmação de uma identidade quilombola atrelada e dependente à uma organização social e territorial. O esforço, empreendido pelos formuladores e aplicadores das leis em definir técnica e conceitualmente o que seria um quilombo, confere ao Estado e seu aparato institucional um caráter classificador que dá origem a diversos conflitos. No entanto, é neste contexto de sistemática negação de sua identidade, seja na instância pública ou administrativa, seja no âmbito da sociedade, que os movimentos reivindicatórios se fortalecem politicamente. Seu empenho maior consiste em reunir fatos e narrativas de afirmação cultural que contribuam para o alcance de seus objetivos territoriais, a titulação e a permanência na terra.

É necessário reconhecer, contudo, que este movimento é reativo e suas estratégias, na maioria dos casos, respondem às formulações legais e às exigências da lei. Andrade (2000) explica a perspectiva adotada pelo Estado dado que “Os quilombos em São Paulo ocupam territórios com situações jurídicas diferenciadas” (p.12). A lei cumpre, nesse caso, o papel de

definir mecanismos para dirimir conflitos, dentre os quais o mais frequente e negligenciado é a negação da identidade. Por isso, mesmo o autorreconhecimento requer a chancela oficial do Estado. Segundo o Lei Estadual 9.757 de 1997⁶¹, “os Remanescentes das Comunidades de Quilombos serão identificados a partir de critérios de auto-identificação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, por meio de relatório técnico-científico (RTC), elaborado no âmbito do ITESP” (p. 15). Das discussões suscitadas pelo Artigo 68 ADCT, dois se destacam, remete ao reconhecimento do direito à terra e o outro à “historicidade do sujeito deste direito” (ARRUTI, 2008. p. 8).

Dependentes de uma rede de relações institucionais, frequentemente estranha às comunidades, as comunidades são obrigadas a reinterpretar sua própria história e reivindicar do Estado o reconhecimento de direito territoriais e de políticas públicas compensatórias capazes de reverter a vulnerabilização a que estão submetidas. Todo este processo tem sido rico e permite rever aspectos importantes e tradicionalmente desprezados pela historiografia, fazendo emergir interpretações que realçam a importância destas comunidades na economia e formação da sociedade e cultura brasileira (ALMEIDA, 2002).

O conjunto das leis derivado do Artigo 68 do ADCT está calcado em uma compreensão de quilombo definido por fatores raciais, por vestígios do passado que sobrevivem ao tempo e pela linhagem afro-brasileira marcadas pela escravização. Daí provêm, por exemplo, definições como a de Joel Rufino dos Santos⁶², para o qual quilombo é “[...] toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado [...]” (Andrade, 2000, p. 7). Esta definição não é capaz, porém, de apreender as inúmeras variantes que diferenciam, no espaço e no tempo, as relações socioeconômicas destas comunidades com o conjunto da sociedade e mercados locais.

Na definição de Rufino prevalece o aspecto histórico e o entendimento de que a economia quilombola é limitada e pouco significativa para a sociedade. Ela remete fortemente à concepção de quilombo implícita na descrição feita pelo Conselho Ultramarino ao rei de Portugal em 1740, segundo a qual quilombo é “toda habitação de negros fugidos, que passem

⁶¹ Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do ADCT da Constituição Federal.

⁶² Tania Andrade, em Laudo Antropológico elaborado em parceria pelo ITESP e Ministério Público Federal, cita Joel Rufino dos Santos, mas não oferece a referência bibliográfica da obra citada, no entanto, dado a relevância deste autor para os estudos sobre a temática negra e quilombola no Brasil, conservamos aqui a definição atribuída a ele.

de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”⁶³.

Segundo Almeida (2002), esta descrição sustenta uma concepção de quilombo comum nas discussões jurídicas e teóricas do século XIX e XX e mesmo no aparato jurídico pós 1988. Para desconstruí-la e torná-la mais próxima da pluralidade de feições que tiveram os quilombos em todo o Brasil, Almeida distingue cinco aspectos que ele considera dualista, reducionista e discriminatória. O primeiro caracteriza quilombo como *agrupamento de escravos fugidos*. Como descrevemos anteriormente, esta não era a única situação possível. O segundo aspecto define o quilombo pela expressão *agrupamento*, sendo necessário mais que 5 *fugidos* para configurar um quilombo. O terceiro aspecto, remete ao isolamento geográfico do agrupamento, dado que não corresponde à realidade de muitas comunidades. Completando a concepção de 1740, a quarta aspecto acrescenta à definição a ausência de *ranchos* e *pilões*, o que reforçaria a crença das elites coloniais na incapacidade produtiva que, reforçaria o quinto aspecto, a tendência à vadiagem que caracterizaria naturalmente os negros.

É possível, segundo Almeida, compreender a utilidade desta concepção de quilombo. Ela permitia ao aparato repressor do sistema colonial considerar toda resistência escravidão como atentado à ordem e à civilidade que reinaria nas fazendas e engenhos. Permitia, sempre que interessasse, deslegitimar os agrupamentos autônomos que coexistiam com as fazendas coloniais. Para a economia colonial, refém da oscilação do preço dos produtos exportados, convinha por vezes, afrouxar os laços da repressão concedendo aos trabalhadores escravizados certa autonomia temporária quando os lucros das fazendas diminuía pela baixa nos preços de seus produtos de exportação. Nestes períodos ampliava-se a produção de gêneros destinados ao mercado interno ou consumo das próprias fazendas. Da mesma forma, quando convinha, estes trabalhadores escravizados eram redirecionados novamente à produção principal junto àqueles que, uma foragidos, eram recapturados. O objetivo era tirar deles o maior proveito possível, quando a subida dos preços garantisse os custos para reprimir os agrupamentos quilombolas. Verifica-se que a oscilação no preço dos produtos agrícolas coloniais criou condições para o afrouxamento dos laços de coerção do trabalho escravo e que, em muitos casos, grupos de escravizados usufruíam de relativa autonomia mesmo submetidos ao controle de seus senhores (Almeida, 2002).

⁶³ Descrição discutida por Perdigão Malheiro, em *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*, de 1866 in Almeida (2002).

Segundo documentos militares, paroquiais e judiciais, que hoje constituem fontes documentais importantes para reescrever a história da resistência à escravidão, os quilombos possuíam uma organização social e produtiva, estando inclusive integrados ao mercado interno. A administração imperial reconhecia este fato. Almeida justifica esta afirmação, explicando as orientações dadas às tropas imperiais recomendadas a não destruir as benfeitorias e roças dos agrupamentos quilombolas.

Havia um reconhecimento explícito do trabalho através das benfeitorias: o governo provincial do Maranhão colocava dentro da casa de um quilombola afugentado pelas tropas um cearense recém-migrado, que passava “naturalmente” a usar o mesmo pilão, o mesmo poço de água, a mesma roça, os mesmos caminhos que levavam às atividades extrativas na mata [...] (*Idem*, p. 50).

Almeida vai mais longe. Este autor coloca os quilombos, juntamente com sua organização social e produtiva no conjunto de relações que comumente designamos como campesinato. Para ele, a substituição do morador por outro dentro da mesma base produtiva e da mesma organização social configura a “continuidade da condição camponesa que evidencia um modo de reconhecimento do quilombo como unidade produtiva” (*idem*, p. 50).

Em resumo, é possível inferir a partir destes fatos, a importância da produção quilombola para o mercado interno no período economia colonial e imperial, como nunca antes se supôs. Pode assim, além de negar a incapacidade produtiva atribuída aos quilombos, reelaborar a ideia segundo a qual os quilombos se opunham sistematicamente ao sistema da plantation. Na realidade, os dados que Almeida reúne, apontam para uma possível complementaridade da produção quilombola autônoma com o sistema da *plantation* na economia colonial.

Na perspectiva de ressemantização no âmbito das discussões realizadas pela Associação Brasileira de Antropologia, Arruti afirma que os quilombos não são “resíduos, não são isolados, não têm sempre origem em movimentos de rebeldia, não se definem pelo número de membros, não fazem uma apropriação individual da terra” (p. 2). Há antes, uma “enorme variedade de formações sociais coletivas contemporâneas, que derivaram direta ou indiretamente das contradições internas ou mesmo da dissolução da ordem escravista” (*Idem*, p. 1 e 2). Para Arruti (2008) a definição vigente neste período era

[...] calculadamente vaga e ampla, capaz de permitir que um mesmo instrumento repressivo abarcasse o maior número de situações de interesse: na legislação colonial para caracterizar a existência de um quilombo bastava a reunião de cinco escravos fugidos ocupando ranchos permanentes, mas, depois, na legislação imperial, bastavam três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes [...] (p. 4)

A afirmação dos aspectos econômicos e organizativos que hoje redefinem o conceito de quilombo questiona os critérios raciais implícitos na definição de 1740 que intencionalmente negava a capacidade produtiva dos quilombos, enquanto forma de organização produtiva e de resistência à escravização. Esta redefinição ataca diretamente a ideia discriminatória que associa a população negra à vadiagem como defendia as teorias médicas, que ao final do século XIX e já no século XX, justificavam a ilegalidade dos quilombos ao relacionar seus traços raciais a uma propensão ao crime e banditismo.

Entre dois expoentes da medicina social brasileira surgem visões opostas. Nina Rodrigues, de forma pejorativa, referia-se aos quilombos como locais de retorno à barbárie africana, enquanto que Arthur Ramos buscava interpretá-los como locais de resistência à aculturação e à desarticulação das sociedades africanas promovidas pela migração forçada para a América (ALMEIDA, 2002; ARRUTI, 2008). Estas teses, absorvidas pelas teorias jurídicas brasileiras desde o século XIX, contribuíram para a construção de um imaginário social carregado de estereótipos e preconceitos que caracteriza a ação governamental até o presente.

A redefinição do entendimento do conceito de quilombo, como dissemos, recorre também ao parentesco e à ascendência de africanos ou descendentes de africanos escravizados. Para Almeida, esta visão é insuficiente porque

O pertencimento ao grupo não emana, por exemplo, de laços de consanguinidade, não existe a preocupação com uma origem comum, tampouco o parentesco constitui uma condição de pertencer. O princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos [...] (p.74).

Este repertório de ações coletivas refere-se basicamente à organização produtiva e política que responde pela sobrevivência material e cultural de um grupo e que hoje fomenta o fortalecimento da identidade quilombola. Este repertório de ações se estrutura mais por meio dos vínculos de vizinhança que caracteriza o bairro rural, conforme nos ensina António Candido (2010), que por laços de parentesco, dado ser frequente a ocorrência de casamentos entre quilombolas e não quilombolas, o que não afeta a integração destes no seio das comunidades. Tais vínculos se mantêm por meio de relações de solidariedade e ajuda mútua que caracterizam as comunidades quilombolas apesar das transformações recentes.

Há ainda espaço para entrelaçamentos culturais que ignoram fronteiras étnicas e raciais. Isto explica a adoção da identidade quilombola por indivíduos sem ascendência africana. Isso porque o sentimento de pertencimento se constrói em meio a referenciais

simbólicos fortemente atrelados ao território e às condições materiais de reprodução social destas populações.

Pode-se falar, assim, nas diferentes estratégias de apropriação e domínio da terra assumidas e desenvolvidas pelas comunidades quilombolas ao longo da história brasileira. Elas constituem uma das bases para o reconhecimento das especificidades culturais e para a superação de interpretações reducionistas.

Andrade (2000) explica que

[...] A trajetória de vida dessas comunidades, em face de sua adaptabilidade ao meio circundante e às formas de apropriação dos espaços, ditadas pelas oportunidades econômicas e de subsistência encontradas nos diferentes ecossistemas e pelos seus usos, hábitos e costumes, molda de forma particular e única tais espaços [...] (p. 8)

Esta exemplar expressão da territorialidade, revela a alteridade que permeia o desenvolvimento das inúmeras condições de apossamento da terra pelas populações negras desde o período colonial. São também resultados das estratégias que a sociedade envolvente mobilizou para acessar e garantir domínio sobre porções do território e também da população. Por isso, como veremos adiante, é necessário compreender os mecanismos pelos quais o direito à terra, após à escravidão, foi negado aos milhões de libertos e seus descendentes. A situação de “marginalidade” relativa, seja no campo e na cidade, condicionou o desenvolvimento e territorialidades e formas de domínio e acesso da terra distintos e não reconhecidos pelo Estado.

A precariedade legal destas situações, em vista de ausência de documentação que lhes garanta um domínio pleno da terra, representou um desafio para a aplicação do direito territorial reconhecido pela Constituição Federal de 1988. Sem categorias jurídicas capazes de incorporar as diferentes situações jurídicas em que se verifica a posse das terras pelas comunidades negras, tentou-se aproximá-las do *conceito* de terra indígena (CUNHA, 2009), de configurar uso *capião*⁶⁴ ou ainda, reconhecendo-as como “patrimônio” o tombamento seria garantia deste direito territorial (ARRUTI, 2008).

O caminho mais simples e predominante nas ações governamentais, por influência mesma do movimento negro, postulava uma abordagem histórica para o reconhecimento do

⁶⁴ Pareceres sobre **O Usucapião Singular Disciplinado no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e O Decreto nº 4.887/2003 e a Regulamentação das Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Emitido por Cláudio Teixeira da Silva**, procurador do Ministério da Fazenda e Chefe da Advocacia da Casa Civil Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_28/artigos/Art_Claudio.htm (acessado em 27/02/2015) e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm (acessado em 08/03/2015).

território e para a identificação das comunidades quilombolas. De forma geral, o direito à terra era defendido como uma espécie de compensação social que o Estado e a sociedade brasileira deveriam promover em vista dos flagelos historicamente infligidos à população negra trasladada à força da África como mão de obra escravizada.

A interpretação da organização social e produtiva destas comunidades demorou para ser pautada como formas específicas de campesinato, retardando a conexão entre o direito à terra pelos quilombolas à luta mais ampla pela reforma agrária. Quando surge esta militância, muito antes das discussões sobre o tema no âmbito da constituinte, segundo Arruti, já se pleiteava o reconhecimento das “[...] modalidades específicas de direito à terra, fundamentais para a manutenção dos modelos de vida tradicionais [...]” (*op. cit.*, p. 10) das comunidades quilombolas em todo o Brasil. Desta militância resultou a organização política da população negra rural, sobretudo nos estados do Pará e Maranhão. Para Arruti, o “[...] excepcional avanço do movimento social negro rural nesses estados, organizado sob molde muito particulares, faz desta, de fato, uma outra genealogia do conceito contemporâneo de quilombo [...]” (*idem*, p. 11) que, pragmaticamente, se organiza mais sobre as demandas do presente, do que sobre determinados traços de africanidade que satisfariam “tecnicamente” a adjetivação dada às comunidades “remanescentes” de quilombos.

A discussão acima explorou o paradigma da etnogênese dos quilombos, que segundo Arruti, se fundamenta pelo viés historicista assentado na ideia de que estes “remanescente” deveriam conservar aqueles traços que remeteriam às formas pretéritas de organização social e produtiva. Agora nos interessa compreender como o direito à terra está sendo articulado a partir desta ressemantização do termo. Isto implica retomar ou reconhecer as modalidades específicas de apossamento da terra desenvolvidas nas diferentes regiões do país. Não se trata de explorar ou enfatizar a historicidade do que se denomina de *terras de uso comum*, mas sim de subsidiar a aplicação do direito constitucional à terra com base nas formas de apropriação e partilha de terras e recursos que se desenvolveram na relação entre as comunidades e entre estas e o mercado, os proprietários de terra e o próprio Estado.

As *terras de uso comum* correspondem, independentes da forma como se constituíram, a um importante “dato etnográfico comum às mais diferentes situações históricas e geográficas vividas pelas comunidades quilombolas: a existência de uma territorialidade específica” onde

[...] o controle sobre a terra seria uma função mais coletiva que individual, seus limites seriam tributários dos laços e usos sociais, simbólicos e ambientais, mais do que da posse de documentos (relação abstrata e formal de propriedade), e a origem destas terras estaria diretamente relacionada à forma pela qual se operou a abolição, isto é, estaria ligada à negação da posse ou da propriedade aos ex- escravos [...] (ARRUTI, 2008, p. 15)

A origem das diversas modalidades de apossamento encontradas no Brasil, segundo Arruti (2008) é diversa.

[...] Tais domínios teriam origens muito diferentes, como as concessões feitas pelo Estado em retribuição à prestação de serviços guerreiros; as situações em que os descendentes diretos de grandes proprietários, sem o seu antigo poder de coerção, permitiram a permanência das famílias de antigos escravos (e as formas e regras de uso comum) por meio de aforamentos de valor simbólico, como forma de não abrir mão do seu direito de propriedade formal sobre elas; ou mesmo em antigos quilombos [...] (p. 14 e 15).

No entanto, apesar da variedade de suas designações – Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Irmandade, Terras de Preto e outras – estas territorialidades e formas de apossamento tem em comum tanto as formas e regras de uso comunitárias, por isso foram classificadas genericamente como *terras de uso comum*. Ressaltar esta característica permite, na compreensão de Arruti, revelar as articulações sociais que lhes dão origem dentro da ordem escravista e hoje, ou, em suas palavras,

[...] reconhecer formas sociais que passaram despercebidas da ordem dominante. Isto é, a existência de um “direito camponês”, subordinado ao ordenamento jurídico nacional, cujo reconhecimento, em si mesmo, seria capaz de traduzir a existência de uma larga variedade de formas de apossamentos [...] (*idem*)

Estas formas de apossamento surgem de

[...] situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, [pelos] vários grupos familiares, que compõem uma unidade social [...] (ALMEIDA⁶⁵, 1989 *apud* ARRUTI, 2002, p. 15)

Hoje, como explica Almeida (2002) elas passaram a ser designadas como *ocupações especiais*, que consistem em

[...] situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias [...] (p. 45)

que correspondem, geralmente, a *zonas críticas de tensão social e conflito* (*Idem*).

⁶⁵ Almeida, Alfredo Wagner B. de. 1989. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito” Em Hábette, J. e Castro, Edna (org.) *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: NAEA/UFPa.

Almeida sugere estas situações se assemelhavam à divisão de trabalho em “[...] unidades familiares, que produzem concomitantemente para o seu próprio consumo e para diferentes circuitos de mercado [...]” (*idem*), sendo por isso aceitas, dentro ou no entorno das grandes propriedades monocultoras, ou ainda nas áreas em expansão territorial desde o período colonial.

Esta unidade familiar surge nos quilombos como elementos de “acamponesamento” dessas sociedades ao se afrouxar o sistema de coerção dos grandes proprietários rurais. Assim, o

[...] sistema de produção, mais livre e autônomo, baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo[...] (*ibidem*, p. 51).

Tomar tais relações sociais com toda sua complexidade e potencial econômico, como fenômenos de “acamponesamento”, ajuda a “romper com o dualismo geográfico atribuído ao quilombo; faz com que ele seja entendido como oposição à *plantation* e como o que está fora dos limites físicos da grande propriedade territorial” (*ibidem*, p. 54), apesar da integração e a complementaridade entre os quilombos e a grande propriedade monocultura.

O “[...] sistema de produção, mais livre e autônomo, baseado no trabalho familiar e em formas de cooperação simples entre diferentes famílias, acha-se intimamente vinculado ao deslocamento do conceito de quilombo [...]” (*ibidem*, p. 51) para os elementos político-organizativos que marcam sua história e sobretudo a construção, no presente, desta identidade. Almeida complementa:

[...] a situação de quilombo existe onde há autonomia, onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa reapropriação do mito do “bom senhor”, tal como se detecta hoje em certas condições de aforamento [...] (*ibidem*, p. 60 e 61).

Este entendimento não nega os conflitos e tensionamentos entre a sociedade envolvente e a população negra, rural ou urbana. Permite, outrossim, constatar e enfatizar a autonomia dos grupos aquilombados no entorno das fazendas ou fora das áreas de ocupação já consolidadas pelas fazendas. No presente, o discurso identitário é composto por elementos históricos inegáveis, mas sua força reside no poder de coesão social das demandas em torno das quais se reúnem as comunidades e movimentos sociais. Por isso, a necessidade de criação de instrumentos jurídicos capazes de conciliar as formas de uso desenvolvidas nos territórios quilombolas e as necessidades presentes destas comunidades. Para Almeida, o

[...] significado de quilombo aqui privilegiado transcende à clivagem rural/urbano ou à diferença entre estabelecimento e imóvel rural, ou ainda à distinção jurídica entre propriedade e posse, bem como aos intervalos que definem a fração mínima de parcelamento do módulo rural [...] (*ibidem*, p. 54).

A partir de um entendimento restritivo e que irá consolidar a desigualdade social e racial brasileira, a noção de propriedade privada excluiu as diversas formas de apossamento coletivo que discutimos acima⁶⁶. A instituição da propriedade coletiva em nossa legislação, de acordo com o imaginário construído ao longo de séculos de história, a despeito dos fatos, não reconhece a autonomia e a capacidade organizativa das comunidades quilombolas. O domínio da terra, uma vez titulada e registrada, é do Estado. Aproxima-se, neste caso, do conceito de terra indígena, e restringe-se, portanto, a autonomia e o princípio da autodeterminação desses povos e impõe silenciosos limites para sua projeção econômica e cultural.

Se considerada a capacidade produtiva dos quilombos, diferente seria a Lei Imperial 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras. Tal lei poderia ter desencadeado um processo muito benéfico, tanto para os quilombos como para o conjunto da economia e da sociedade brasileira. Manteve, contudo, “focos de tensão social” entre os proprietários de terra, seus antigos senhores, e as comunidades que se estabeleceram nas regiões mais interiores do território brasileiro. A Lei de Terras, assim como outras que buscavam ordenar a estrutura fundiária brasileira, dificultou o reconhecimento formal das posses às comunidades negras. Ignorou as áreas efetivamente ocupadas por quilombos e populações mestiças, áreas colonizadas e integradas à economia e ao território brasileiro por estas populações.

Por estes motivos, a ressemantização do termo quilombo não remete exclusivamente à ideia de resistência contra a dominação. A noção atual, em construção é e será produto da relação entre estes grupos e a sociedade. Como explica Cunha (2009), apesar de as denominações dadas às comunidades tradicionais conterem frequentemente uma conotação negativa, ao longo da segunda metade do século XX, elas “[...] foram habitadas por pessoas de carne e osso [...]” que estruturaram sua mobilização política por meio destas novas identidades.

Para Almeida (2002), a autodefinição destes sujeitos sociais é um fenômeno sociológico em que identidade e território seriam indissociáveis. A autodefinição é, portanto, uma reconstrução social de um grupo que se alinha com as condições concretas possíveis para

⁶⁶ É fundamental compreender que no momento em que se cria o mercado de terras baseada na propriedade da terra, o acesso à ela fica restrito às pessoas de posse que poderiam torná-la produtiva, mas ainda assim, a função social da terra estava longe de ser colocada no debate público.

assegurar o território. Por isso, localizar marcas de ancianidade e ancestralidade nos atuais territórios quilombolas seria menos importante que compreender as formas de sua organização e integração no tempo e nos diferentes espaços em que se inserem como grupos sociais co-partícipes da nossa história comum. É dessa forma que podemos compreender a negação do direito que o Estado, por sua legislação, lhes assegura. Questionar a auto-definição ou definir critérios históricos, baseados em ancestralidade e laços sanguíneos, permitiria utilizar o direito conquistado por tais comunidades para identificá-los como aqueles que se desejam fora da terra, sem autonomia e subordinados.

Já no âmbito das pesquisas, a compreensão do que seja um quilombo deve considerar

[...] a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas em face dos grupos sociais e agências com que interagem (...) O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como um partido político define, e sim como os próprios sujeitos se auto-representam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade [...] (*ibidem*, p. 67 e 68).

Almeida alerta ainda para

[...] O fato de esses diferentes planos sociais — público e privado, de uso comum e de uso individual — coexistirem evidencia que a noção de uso da terra teria que ser examinada exaustivamente, compreendida em pormenor, e não reduzida a uma situação que nós já imaginamos qual é [...] (*ibidem*, p. 68).

E da mesma forma, recomenda cuidado para articulação dos direitos territoriais pelo critério de *raça*, evitando as clivagens que marcaram o século XIX, já que “Raça não seria mais necessariamente um fato biológico, mas uma categoria socialmente construída [...]”. (*ibidem*, p. 70). Para ele, esta articulação deve ser pautada por sua dimensão pública e pela forma de apropriação, uso e compartilhamento de recursos indica a existência de “[...] um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade [...]” (*ibidem*, p. 74), alinhada e amparada pelas conquistas de direitos políticos e culturais que protegem os conhecimentos tradicionais, as expressões culturais e o acesso a recursos para grupos étnicos, minorias e às futuras gerações. As demandas por tais direitos correspondem aos clamores por maior acesso às oportunidades econômicas e revelam, segundo Almeida, critérios políticos-organizativos se articulam em torno de identidades étnicas, mais do que em situações individuais.

Os vínculos solidários presentes nas identidades coletivas ainda que imbuídos de um caráter reivindicatório correspondem a “fatores de consciência ecológica, de afirmação

étnica e de critério político-organizativo que amparam a identidade coletiva coextensiva à definição dos “novos movimentos sociais” que apontam mais para o futuro que para o passado. Justamente por isso, é importante compreender os valores e princípios que fundamentam as práticas de uso, partilha e manejo dos recursos que caracterizam a organização social e as territorialidades que tais identidades expressam. Ele destaca “[...] o componente político-organizativo, que demanda condições para a reprodução econômica e cultural do grupo, funciona como aglutinador e explica a capacidade mobilizatória [...]” (*ibidem*, p. 76) dos grupos que reivindicam esta identidade.

4.5 O conceito de quilombo nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca

Apesar destas reflexões, os critérios que sustentam o processo de reconhecimento das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, no RTC elaborado pelo ITESP, apontam para a

[...] ideia de agrupamento familiar ou pessoa individual que, embora não possua documentação escrita que comprove a posse indiscutível de determinada área territorial, onde se encontra estabelecido e reivindica direito à propriedade, está vinculada desde as origens mais remotas ao lugar. Em síntese, o lócus espacial onde os antepassados habitaram, trabalharam, criaram família e formaram rede extensiva de parentesco [...] (SILVA, 2008).

O RTC busca significar esta constatação a partir da definição apresentada por Antonio Candido (2010) para *comunidades* que seria um

[...] todo circunscrito no espaço e no plano das relações e concepções do mundo camponês ‘tradicional’, através de unidades de bairros, expressão territorializada mas não fixa de um agrupamento que se constitui por um esquema mínimo de relações sociais [...] (p.77)

e que seria, na perspectiva de Almeida (2002), a base territorial que enseja a esforço político-organizativo das comunidades em luta pelos seus direitos territoriais e que, com clareza pautam a cada momento em que sua organização política é acionada.

Desta forma, o RTC das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, embora articulem a ancestralidade e os laços de parentesco, colocam o conceito de comunidade como base política-organizativa para a constituição da identidade quilombola a nível local.

A definição de quilombo que as afirmações acima corroboram constituem a base conceitual com a qual articulamos os princípios teóricos e metodológicos da cartografia social para a aprendizagem colaborativa na perspectiva da pesquisa-ação. O que apresentamos a seguir

expõe estas bases específicas que, não obstante, são parte central dos objetivos e dos procedimentos colocados em ação durante os dois mapeamentos empreendidos no contexto desta pesquisa.

Parte 2

1. Com licença para trabalhar

Na abertura desta Parte II, cabe um breve comentário acerca dos mapeamentos realizados e das demais atividades de campo desenvolvidas entre o ano de 2012 e 2015. A concepção e realização dos mapeamentos são frutos da iniciativa conjunta iniciada após o primeiro contato ocorrido quando acompanhava, como aluno ouvinte, um trabalho de campo da disciplina de Biogeografia⁶⁷, disciplina ministrada pela Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan. No campo realizado, propusemos desenvolver algumas atividades de mapeamento individual voltadas para a compreensão da organização espacial das casas e áreas de roças.

O convite para o mapeamento participativo da comunidade surgiu em uma atividade desenvolvida com a liderança local, Sra. Nilce Pontes Pereira, que à época presidia a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Ribeirão Grande e Terra Seca. A expectativa inicial deste trabalho era subsidiar participação da comunidade nos trabalhos de elaboração do Plano de Utilização da RDS Quilombos de Barra do Turvo, que ocorria à época. A surpresa do convite foi acompanhada por um misto de alegria, de senso de responsabilidade e de apreensão por saber que se tratava de um terreno novo para mim.

A receptividade das comunidades à minha presença, indagações e provocações estimulou nossa reflexão sobre o necessário comprometimento com seus objetivos e propósitos. Pela concepção e posicionamento político assumido, todo passo ou decisão tomadas foram coletivas, compartilhadas - jamais impostas. Consideramos por isso as motivações e ações dos moradores e buscamos valorizar os saberes e respeitar as aspirações locais. Buscamos ao mesmo tempo, estimular nos moradores o desenvolvimento de um outro ou talvez um novo *olhar para dentro, para si, e para fora*, garantindo assim a percepção e a compreensão das transformações que as comunidades viveram, vive e ainda viverá durante e após o desenvolvimento deste trabalho.

Convite aceito, iniciou-se as pesquisas preliminares e antes de iniciar a parte prática, procedemos uma consulta às comunidades e à gestão da RDS Quilombos de Barra do Turvo. A proposta apresentada pela Sra. Nilce e por este pesquisador perante o Conselho

⁶⁷ Disciplina oferecida para a Graduação, pelo Departamento de Geografia desta Universidade de São Paulo.

Deliberativo da RDS foi aprovada, conforme registrado na Ata do Conselho Gestor da RDS Quilombos de Barra do Turvo de 14 de dezembro de 2011⁶⁸.

1.1 Mapeamentos Participativos nas Comunidades Quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca

Como dito ao início da presente dissertação, a parceria com as comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca produziu dois mapeamentos realizados em momentos e com metodologia distintas. As atividades do 1º. mapeamento foram fundamentais para a aprendizagem dos procedimentos de mapeamento. Nos inspiramos nas experiências desenvolvidas por Pirró (2010), Schmidt (2001) e pelo Instituto Socioambiental (2004). Já o 2º. mapeamento contou com referências metodológicas e teóricas mais amplas, como Gavazzi (2012), Popayan (2005), Torres et. al (2012), Verdejo (2003). Todos no campo da cartografia social e das abordagens participativas. Demo (1982), Tripp (2005), Jacob (2011), Toledo e Jacob (2013), por sua vez, forneceram parâmetros conceituais para fundamentação da abordagem participativa e da pesquisa participante.

Nos dois casos, prezamos para que as decisões de pesquisa fossem coletivas e consensuais, sobretudo aquelas referentes à elaboração dos mapas e às informações mapeadas. O grau de mobilização e a capacidade de interlocução dos moradores, a dinâmica dos moradores entre si, com o pesquisador e outros sujeitos relacionados ao contexto social local são alguns fatores que influenciaram a tomada de decisão nos momentos em que o mapeamento demandou a escolha de caminhos e objetivos mais específicos. A composição dos grupos de participantes em cada oficina de mapeamento, bem os acontecimentos paralelos que se desenrolam com e nas comunidades também intervieram nos resultados dos mapeamentos, sobretudo do segundo. Ao pesquisador coube coordenar o trabalho, oferecer possibilidades e mediar a compreensão dos resultados das atividades que descrevemos a seguir. Os fatores apresentados acima, somados às reflexões sobre os temas e informações levantadas ao longo do trabalho de mapeamento, influenciaram o posicionamento do pesquisador sobre os temas a serem mapeados, escolhas procedimentais e leituras realizadas na condução desta pesquisa. Estes posicionamentos exerceram, ao longo do trabalho, importante influência local e consequentemente, sobre os resultados deste trabalho.

⁶⁸ Página 4 da ata de 14 de dezembro de 2011, da 21ª reunião do CD da RDSQBT, da linha 160 a 174.

Para evidenciar estes aspectos, é necessário relatar como os objetivos de cada mapeamento se expressam como procedimentos capazes de alcançá-los. O número de oficinas, as atividades previstas, os imprevistos, as adequações constantes, os erros descritos estão apresentados de forma a subsidiar as conclusões finais realizadas à luz da discussão teórica da cartografia social e da pesquisa participativa.

Ambos os mapeamentos foram discutidos e planejados conjuntamente com os moradores participantes que o elaboraram coletivamente a partir das prioridades elegidas pelo grupo. Os temas prioritários, eleitos ao início de cada mapeamento, foram discutidos ao longo de um conjunto variável de oficinas, mais ou menos predeterminados. Cada mapeamento obedeceu à um calendário de ação e uma proposta de mapeamento compatível, conforme relatamos a seguir, primeiro para o primeiro e depois para o segundo. mapeamento⁶⁹. Estes passos foram também consensuados no trabalho de orientação acadêmica.

1.2 O primeiro Mapeamento Participativo – 2012

Como exposto acima, o 1º. mapeamento, realizado em 2012, teve como propósito subsidiar a participação da comunidade nos trabalhos de elaboração do Plano de Utilização⁷⁰ no âmbito da RDS Quilombos de Barra do Turvo. No entanto, ao iniciar os trabalhos coletivos durante as oficinas, a luta pela titulação do território emergiu como preocupação central dos moradores. Nos afastamos dos temas referentes à elaboração do plano de utilização da RDS Quilombos de Barra do Turvo. Assim, ao invés de elaborar mapas de uso do solo, de recursos, mapas dos conflitos (de uso e com terceiros) ou ainda uma proposta de zoneamento para exploração econômica sustentável do território, ficou decidido mapear os elementos espaciais ou não que constituem a base da cultura e da identidade local e partilhar informações sobre a história da comunidade e da constituição do território tradicional. O objetivo seria produzir um documento cartográfico que subsidiasse o processo de titulação do território ainda em curso.

O mapa seria um breve inventário cultural das comunidades expressos por meio de representações pictóricas do modo de vida, das atividades diárias desenvolvidas e partilhadas

⁶⁹ O primeiro mapeamento foi desenvolvido antes do ingresso no PROCAM e o 2o. se desenvolveu durante o período que corresponde ao vínculo institucional com este programa de pós-graduação.

⁷⁰ Instrumento de gestão anterior ao Plano de Manejo e que orienta as formas de uso e as áreas passíveis de exploração econômica segundo os usos previstos pela legislação antes da elaboração do Plano de Manejo. No caso das RDS, o uso sustentável dos recursos é definido de forma participativa pelo Conselho Deliberativo que conta com a participação de representantes das comunidades.

pelos moradores durante o processo, das festas, devoções e outros aspectos de interesse cultural e histórico das comunidades, contendo também informações sobre os principais referenciais geográficos das comunidades (rios ou *águas*, estradas, morros ou *lombas*) e informações sobre os limites do território reclamado pelas comunidades.

Estes objetivos foram alcançados com a realização de 4 (quatro) oficinas, planejadas pelo pesquisador a partir das conversas e preocupações manifestadas pelos moradores a cada encontro. Cada uma teve duração de 3 (três) horas, obedeceram ao seguinte planejamento:

- 1ª. Oficina (17 de março de 2012) – Tema: Desenhos da cultura e do cotidiano;
- 2ª. Oficina (21 de abril de 2012) – Tema: Dos desenhos à imagem do território;
- 3ª. Oficina (19 de maio de 2012) – Tema: Conhecimento e a representação do território;
- 4ª. Oficina (6 de junho de 2012) – Tema: A imagem do território e a cultura do lugar.

Em cada encontro desenvolvemos inicialmente uma retomada dos objetivos do mapeamento e das atividades já realizadas nos encontros anteriores. Depois das atividades previstas realizamos uma avaliação dos trabalhos do dia. Com esta estrutura buscamos aliar a *ação* e *reflexão*, acreditando que assim, poderíamos estimular a organização e maior comprometimento dos presentes com os objetivos políticos do mapeamento e das comunidades.

1.3 Mapeamento como processo

A descrição dos trabalhos realizados a seguir é a tentativa de demonstrar o ambiente no qual se desenrolou a produção do mapa cultural e também a reflexão sobre o território tradicional, sobre a cultura e os saberes locais.

O contato mais intenso do pesquisador com a comunidade se iniciou em um mutirão realizado em dezembro de 2011. Este evento permitiu a aproximação do pesquisador com a realidade local; permitiu conversas informais com os moradores e o agendamento de uma primeira reunião para apresentar e planejar o mapeamento realizado. Esta reunião ocorreu no carnaval de 2012, na sede da associação da comunidade Ribeirão Grande. Neste período, também apresentamos a proposta ao conselho gestor da RDS Quilombos de Barra do Turvo. Uma vez obtido o consentimento deste órgão para o desenvolvimento do trabalho, as atividades relacionadas ao mapeamento se iniciaram com a realização de entrevistas e de uma primeira oficina de mapeamento na qual determinamos um cronograma das ações.

Desta forma, em 17 de março foram realizadas entrevistas com o Sr. Pedro Gonçalves Pedroso, da Comunidade Terra Seca, e com o Sr. Sebastião de Pontes Maciel, da

comunidade Pedra Preta/Paraíso. Estas entrevistas tinham como objetivos levantar informações sobre a história local e sobre o uso e ocupação do território, registrando informações sobre os limites do território ocupado pelos seus antepassados.

Os depoimentos referem-se a um território original muito mais extenso que o acordado e definido pelo ITESP no processo de reconhecimento e titulação em curso. Este território original compreendia áreas onde os avós e pais destes senhores estabeleceram moradias permanentes ou temporárias para habitação ou realização de roças. Nestas conversas surgiram muitas menções aos conflitos pela posse da terra ocasionados pela constante chegada de novos ocupantes que formaram fazendas e sítios na região e também pela implementação das políticas de proteção ambiental sob controle do governo estadual paulista.

Segundo o depoimento do Sr. Pedro, os conflitos ambientais impuseram aos moradores o abandono de práticas tradicionais sem que houvesse contrapartidas que permitissem a melhoria das condições de vida destas comunidades.

“Eu acho que, como nós estávamos aqui antes, que foi indicado pela polícia florestal, não podia fazer uma rocinha que o policial estava em cima, não podia cortar uma madeira que o policial estava em cima, você cortava uma ... (trecho incompreensível colhido no depoimento gravado) meio grossa e ela estava também em cima” (Depoimento colhido em 17 de março de 2012, pelo pesquisador).

Estas informações preliminares foram depois confrontadas e reforçadas por falas de outros moradores durante os trabalhos nas oficinas. Além de depoimentos, neste primeiro campo realizamos a primeira oficina de mapeamento. O objetivo deste primeiro encontro foi:

- Retomar e refinar os objetivos do mapeamento de modo a incluir *mais* as decisões dos participantes;
- Elaborar desenhos sobre espaços, momentos e atividades que marcam o cotidiano e a cultura local nas comunidades.

Os desenhos elaborados durante e no intervalo entre estas oficinas ajudaria a compor uma espécie de inventário geográfico e cultural das comunidades. As primeiras consignas estimularam o compartilhamento de fatos históricos relacionados à formação do território e aos costumes dos pioneiros e moradores mais velhos. Depois trabalhamos o presente, retratando as inúmeras atividades a que a comunidade se dedica em seu dia-a-dia.

A utilização dos desenhos permitiu uma leitura indireta do modo como cada participante representava seu cotidiano. Nestas representações há elementos que são destacados e outros ignorados em função da percepção e da importância que cada sujeito atribui a ele em seu dia-a-dia. Assim, pelo que os desenhos destacam ou omitem podemos compreender o lugar e a importância das práticas retratadas e os diferentes aspectos da territorialidade local

(ALMEIDA, 2010; VERDEJO, 2003). Para estimular outros moradores a retratar seu cotidiano através do desenho distribuimos a cada família ali representada um kit com um caderno, lápis de cor, lápis para escrever e borracha.

No encontro destinado a partilhar estes registros pictóricos, fizemos uma ampla socialização dos desenhos realizados, das memórias que estes evocam e sobre os aspectos do cotidiano que eles valorizam. Assim, os participantes puderam socializar suas memórias e as percepções sobre o passado e o presente de suas comunidades.

Figura 02 e 03 – Participação de crianças e adultos nas oficinas de desenho (Fotografia do autor).

Avaliamos também os resultados que a atividade poderia trazer para o mapeamento e para a comunidade em si, com o objetivo de subsidiar as escolhas e ações da próxima oficina.

Imagens 04 e 05 – Desenhos elaborados pela moradora Vanilda (Fotografia do autor).

Em outra oficina, a segunda. Oficina, o objetivo foi elaborar uma imagem mental do território. A retomada da atividade de desenho da oficina anterior, com a apresentação dos desenhos produzidos em casa durante o último mês, permitiu identificar elementos e aspectos fundantes da cultura local e sua dimensão espacial, passível de representação como mapa. O trabalho apresentado pela moradora Vanilda foi especialmente rico. Ele apresentou inúmeros

desenhos que descrevem suas memórias da infância, fatos narrados por seus pais e avós, retratam cenas de trabalho, ilustram as técnicas tradicionais de produção de açúcar, farinha, entre outros, além das devoções, dos conflitos e as demandas mais atuais das comunidades.

Esta moradora recorda um topônimo antigo da área onde se concentram atualmente a maioria dos moradores da comunidade Terra Seca – “Perova”. Estes termos denominava os primeiros povoadores da área e seus descendentes, os *perovas*⁷¹. Os pioneiros ocuparam as margens do Rio Turvo e depois nas lombas (morros e serras), onde atualmente encontram-se antigas *capovas*, áreas de roça ou agrofloresta.

A retomada e valorização da memória coletiva colocou os moradores no centro da atividade. Também por meio do conhecimento prático do território e da memória, os participantes desta oficina passaram a identificar os limites e divisas do território, estabelecendo a localização dos referenciais geográficos do território do passado e do presente. Infelizmente, no desenrolar do processo, não tivemos oportunidade de sistematizar nenhum esboço destas diferentes territorialidades para efeito de comparação.

O exercício acima descrito derivou e alimentou uma importante discussão das comunidades sobre o processo de titulação do território e fez emergir conhecimentos sobre a formação do território quilombola por meio de relatos orais que descreviam a extensão do território original comparado ao território reconhecido pelo Estado. Essa socialização da memória tem um alcance que extrapola os objetivos desta pesquisa, demonstrando fundamental importância na aprendizagem da história da comunidade por parte de muitos moradores mais jovens. A partir disso, no intervalo entre a segunda oficina e a próxima, os moradores espontaneamente elaboraram um croqui com a rede hidrográfica que serviu de base para o mapa final produzido.

Figura 06 – A rede hidrográfica serve de base para a produção do mapa revelando como se constrói o conhecimento espacial na comunidade (Fotografia do autor).

⁷¹ Em alusão à peroba, árvore comum na região. A designação permaneceu até meados do século XX quando a localidade ganhou status de bairro e recebeu a designação oficial de Terra Seca.

A terceira oficina retomou o estudo do território com o objetivo de definir um esboço final do território a partir do croqui da rede hidrográfica elaborado pelos moradores. Este croqui em papel A4 foi apresentado ao grupo e, uma vez validado pelo grupo presente, serviu de base para a elaboração do mapa final em papel A2. Nele constam mais de 20 (vinte) cursos d'água. Ainda nesta atividade, discutimos a representação de tais referenciais no mapa, estabelecendo bases para a elaboração de uma possível legenda para o mapa final. No entanto, na elaboração deste, não pareceu necessário elaborá-la. Da mesma forma, embora tenhamos abordado o conceito de escala, já que todo mapa é uma representação reduzida da realidade, não nos aprofundamos neste tópico porque o produto final não possuiria a exatidão matemática dos mapas convencionais quanto à área e localização dos elementos mapeados. Procedimentalmente, a definição preliminar dos referenciais geográficos da paisagem facilitou a alocação aproximada dos elementos figurativos transpostos para o mapa.

A quarta e última oficina, dedicada à finalização do mapeamento, conforme previsto anteriormente, foi mais longa que os demais encontros. Assim, os trabalhos se iniciaram pela manhã e foram finalizados à tarde, após um almoço coletivo.

Na finalização, cada tópico anteriormente discutido foi retomado pelos moradores a partir da mediação do pesquisador. Os objetivos do mapeamento, a importância da memória e das práticas cotidianas na constituição da territorialidade local bem como os aprendizados possíveis que o mapeamento oferece individual e coletivamente foram retomados e ressignificados durante o processo de finalização do mapa.

Figura 07 – O mapa final durante sua elaboração (Fotografia do autor).

Este processo contou com a participação ativa de todos os participantes. Os procedimentos obedeceram a uma sequência lógica. Primeiro a representação da rede hidrográfica e dos referenciais geográficos (estradas, igrejas, centro de reunião de Ribeirão Grande), seguidos pelas residências, roças, áreas de agrofloresta. Por fim, as representações das festas, devoções, marcos da cultura material (moendas de cana, fabrico de açúcar e rapadura, artesanato, etc.), capoeiras, matas, antigas áreas de caça entre outros temas foram transpostas para o mapa final, retomando a ideia de um inventário das práticas culturais cultural que constituem a territorialidade local.

Com a participação e empenho de mais de 30 pessoas entre adultos com idade a partir de 30 anos, idosos e crianças, o encerramento do processo de mapeamento participativo contou com uma avaliação dos trabalhos coletivos e do envolvimento dos participantes, destacando os sentimentos que afloraram durante os trabalhos, sobre as expectativas que o mapeamento, desde seu início, despertou nos moradores.

2. O 2º Mapeamento Participativo das Comunidades Quilombolas de Ribeirão Grande e Terra Seca – 2013-2015

O segundo mapeamento se desenvolveu a partir de 2013, já sob o vínculo institucional e acadêmico com o Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. O intervalo de um ano entre o final do primeiro mapeamento e o início do segundo foi preenchido com atividades acadêmicas referentes às exigências do PROCAM, estudos bibliográficos relacionados à temática da pesquisa e ao contexto sociopolítico e ambiental das comunidades.

No entanto, mantivemo-nos presentes na comunidade em visitas periódicas, conforme preconiza a pesquisa participante, acompanhando o andamento dos acontecimentos sociais e políticos que se desenrolaram no período, acompanhando reuniões e eventos políticos das comunidades, vivenciando sua dinâmica social e aprofundando o conhecimento sobre suas problemáticas, o que influenciou fortemente o rumo das atividades que planejadas para o segundo mapeamento iniciado no final de 2013. Procuramos estar atentos às prioridades que nestes momentos eram apresentadas pelos moradores.

Cabe, portanto, antes de relatar o desenvolvimento do segundo mapeamento, expor como o momento acima descrito interferiu na mudança nos objetivos gerais da pesquisa, nas escolhas metodológicas ao mapeamento e nos caminhos de reflexão teórica que seguimos no

desenvolvimento da pesquisa. O que se segue contribui, então, para a compreensão das reflexões teóricas e metodológicas apresentadas na primeira parte desta dissertação e na apresentação e discussão dos resultados práticos obtidos a partir das oficinas do primeiro e segundo mapeamentos.

O envolvimento crescente com a comunidade, conforme preconiza a pesquisa participante e o compromisso político explícito, teoricamente e metodologicamente justificado no âmbito do que chamamos cartografia social ou participativa, de contribuir para o fortalecimento das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca a partir dos reflexão coletiva sobre a territorialidade local e os desafios se apresentam no presente, influenciou a redefinição dos objetivos da pesquisa durante o segundo mapeamento. Houve, portanto, mudança nos objetivos, nos procedimentos e nos materiais propostos para o segundo mapeamento. Tais mudanças, partilhadas e discutidas com os participantes, merecem uma reflexão do ponto de vista metodológico e procedimental.

Assim, partindo dos objetivos iniciais propostos para esta pesquisa e que reproduzimos abaixo, fundamentamos os procedimentos adotados quando retomamos as atividades de mapeamento com as comunidades. Assim, tínhamos os objetivos iniciais:

- Discutir o papel dos mapeamentos comunitários e participativos como ferramentas para favorecer o envolvimento de comunidades no manejo de Unidades de Conservação, sobretudo junto a comunidades tradicionais ou culturalmente diferenciadas.
- Avaliar algumas metodologias de mapeamento desenvolvidas pelo pesquisador na comunidade, refletindo sobre os potenciais da cartografia social na representação e síntese de conhecimento sobre o território e dos conhecimentos tradicionais de uma comunidade e avaliar que resultados potenciais se podem esperar como frutos do mapeamento.

O primeiro objetivo remete ao contexto socioambiental e institucional da comunidade, no qual o mapeamento forneceria novos elementos para a participação das comunidades na gestão de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos de Barra do Turvo, com a qual seus territórios se sobrepõem. Explorar esta dimensão deixa de ser o centro da pesquisa e em seu lugar passamos a buscar a compreensão de como os mapeamentos comunitários e participativos podem fortalecer os esforços políticos-organizativos das comunidades na luta por direitos sociais e territoriais.

O segundo objetivo, definido durante a elaboração do projeto de pesquisa, já reconhecia a necessidade de reflexão sobre as metodologias empregadas no mapeamento, e implicou a reflexão na ação como é inerente à qualquer iniciativa que tenha a pesquisa participante como método.

Três problemáticas foram constatadas ou definidas durante as atividades do primeiro mapeamento e nos momentos em que acompanhamos a comunidade em suas atividades cotidianas e reuniões políticas: (1) os conflitos latentes entre a comunidade e o poder público que encabeça a gestão da respectiva UC; (2) a urgência em promover subsídios ao processo de titulação do território⁷² e; (3) o tensionamento dos vínculos comunitários como uma ameaça à coesão e organização comunitária em torno de seus objetivos territoriais e de reprodução material.

Diante desta percepção, redirecionamos os esforços de pesquisa e do próprio mapeamento para a valorização da cultura e do potencial organizativo da comunidade buscando fomentar a participação e o envolvimento dos moradores nos assuntos de interesse coletivo, no caso, a titulação e a solução de necessidades pontuais, importantes e frequentemente comum à todas as famílias na comunidade.

Diante deste contexto teórico e metodológico, ainda no início desta pesquisa, redefinimos o objetivo geral da pesquisa que passou a ter o seguinte enunciado:

- Explorar os potenciais da cartografia social como instrumento de fortalecimento comunitário, aprendizagem colaborativa e ferramenta para solução de conflitos e gestão participativa.

De acordo com este “novo” objetivo, tínhamos que mobilizar procedimentos e conhecimentos cartográficos mais específicos para dar conta de explorar a cartografia como ferramenta de aprendizagem social. Assim, propus aos participantes das comunidades citadas trabalhar com uma imagem aérea, obtida através da EMPLASA, na escala aproximada de 1:3000 com atividades desenvolvidas a partir da cópia impressa em tamanho A0 (A zero), em duas folhas, e edição em SIG, sob responsabilidade deste pesquisador.

Foi apresentado aos participantes os tipos de mapeamentos possíveis a partir desta imagem e, como base nisso, o coletivo dos moradores participantes decidiram refazer o mapeamento cultural do território se valendo da precisão oferecida pela imagem aérea e pelo uso de SIG. O objetivo seria identificar e localizar na imagem aérea os elementos mapeados anteriormente. Uma preocupação daquele momento era compreender como os moradores se apropriariam daquele material, quais informações conseguiriam ler na imagem aérea e que percepções ou relações essas informações poderiam evocar neles no decorrer do mapeamento.

⁷² Território reconhecido em 2008 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), com Certidão de Auto-reconhecimento na Fundação Cultural Palmares e registrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para fins de titulação no *processo número 54190.004092/2006-30*

Apesar de reconhecer fortemente a necessidade garantir o domínio dos principais conceitos ligados à cartografia e suas ferramentas, não haviam condições de pesquisa que pudessem promover algum tipo treinamento em SIG, GPs entre outros instrumentais da cartografia digital. Assim, nos contentamos em apresentar os vários tipos de mapas que poderíamos elaborar a partir da leitura da imagem aérea. Este aspecto será retomado a seguir.

Com base no posicionamento das comunidades e nos conhecimentos disponíveis à época, elaboramos uma proposta de trabalho que pudesse mediar a aproximação dos participantes com o material cartográfico apresentado, a imagem aérea fornecida pela EMPLASA. Metodologicamente, interessava criar um contexto de aprendizado do mapa pelo mapa, ou melhor dizendo, pelo mapeamento e que este processo fosse conduzido, segundo a própria dinâmica organizativa dos participantes. Para tal propósito apresentamos adiante, um breve relato das oficinas do segundo mapeamento.

2.1 As oficinas do segundo mapeamento

O segundo mapeamento se desenvolveu no intercurso de 13 diferentes *momentos* tais como trabalhos de campo, oficinas de mapeamento e acompanhamento de lideranças das comunidades Ribeirão Grande e Terra seca em reuniões técnicas com INCRA, Defensoria Pública e reuniões da associação local.

No início deste segundo mapeamento, apresentamos às comunidades duas propostas. Uma para elaborar uma série de exercícios cartográficos de reflexão sobre o território, sobre a organização produtiva e sobre as redes de relações entre as comunidades e destas com os sujeitos externos envolvidos em contexto socioambiental. A outra proposta retomaria o primeiro mapeamento, utilizando as linguagem dos SIGs com o uso de uma ortofoto, datada de 2011, cedida pela EMPLASA para uso na comunidade nos trabalhos de mapeamento comunitário. Prevaleceu a segunda proposta, em função do contexto político do momento. Era maio de 2013 e uma reunião das comunidades com a Equipe de Articulação das Comunidades Negras (EACONE) destacava o contexto de lutas pela titulação dos territórios quilombolas. Outro fator de influência foi a sinalização do governo federal de estabelecer junto ao INCRA, um espaço de diálogo com as comunidades quilombolas e outros órgãos da administração pública. A Mesa Permanente de Regularização de Quilombos, estabeleceu um calendário de ações para o período 2014 a 2016 visando à elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI), etapa fundamental para o avanço do processo de titulação.

MAPA PONTOS DE INTERESSES (mapa base)

Permanente de Regularização de Quilombos, estabelecendo um calendário de ações para período entre 2014 e 2016 visando à elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTDI), etapa fundamental para o avanço do processo de titulação.

Havia ainda a possibilidade de implantação de um escritório de geoprocessamento ligado ao projeto Novas Cartografias Sociais da Amazônia na região do Vale do Ribeira. Infelizmente, este projeto não se concretizou.

Discutidas tais possibilidade foram realizadas sete foram as oficinas neste segundo mapeamento. Elas se distribuíram entre maio de 2013 a outubro de 2015. O longo intervalo entre a primeira e a última oficina é um problema que evitamos com sucesso no primeiro mapeamento. Contudo, o contexto político e social da comunidade durante o período em que realizamos o segundo mapeamento apresentou surpresas que alteraram o ritmo e os rumos do trabalho, configurando situações comuns em pesquisas participativas que envolvem múltiplos sujeitos sociais. Atividades de pesquisa de campo previstas, como oficinas e saídas para reconhecimento do território via GPS, se transformaram em acompanhamento de atividades políticas, como ocorreu em diversas ocasiões, como descrevemos adiante. Assim, embora fosse longo o período no qual se desenvolveu o mapeamento, ele foi intensamente preenchido por importantes atividades que pude acompanhar a convite da comunidade e suas lideranças. Estes momentos configuram muito nitidamente a dinâmica da pesquisa-ação, onde pode ocorrer de o pesquisador ter pouco controle sobre o ritmo dos acontecimentos. Esta espontaneidade ofereceu oportunidade para estreitamento dos vínculos com muitos moradores, inclusive com aqueles que apenas ocasionalmente compareciam às oficinas, revelando posicionamentos diferentes e percepções do contexto político local divergentes.

Em face desta dinâmica e para compreensão do processo, classificamos as oficinas a partir de seus objetivos, sensibilização, mapeamento e validação. As oficinas de 15 de junho e 17 de agosto, foram de sensibilização e planejamento.

As atividades promovidas nos momentos de sensibilização e planejamento serviram para subsidiar as escolhas e reunir informações sobre os desafios enfrentados pela comunidade em sua história recente. Elaboramos uma linha do tempo, fizemos mediação de leitura e contação de estórias em duas oportunidades e também projetamos e discutimos o filme *Narradores de Javé*⁷³.

⁷³ Filme de ficção dirigido por Eliane Caffé em 2004. O filme narra a história do povoado chamado Javé. Seus moradores, assustados pela proposta de construção de uma barragem que iria submergir suas casas, organizam-se para reconstituir a história local e impedir o início das obras. Organização comunitária, memória e conflitos entre diferentes interesses, internos e externos, se misturam em seu enredo.

A primeira atividade citada permitiu explorar desejos não expressos verbalmente para o pesquisador. Revelou um tensionamento entre o modo de vida local ligado aos mais velhos e os valores advindos da transformação das relações de trabalho, dos comportamentos e interesses culturais difundidos pelos meios de comunicação de massa. A colagem de imagens que ilustrou a linha do tempo projeta uma comunidade idealizada, mais urbana e moderna do que a realidade vivida pelos moradores. Participaram desta oficina idosos e mulheres predominantemente, e mesmo entre estes, percebemos um descolamento entre o modo de vida tradicional e as expectativas de desenvolvimento para a comunidade. Outro resultado importante desta atividade foi verificar que a construção de uma identidade quilombola entre os moradores é um processo em curso, frágil e contraditório.

Para contrapor este dado e com o objetivo de resgatar e valorizar a memória sobre a constituição do território e da territorialidade quilombola na região, a segunda oficina promoveu uma atividade de mediação de leitura para os participantes, na qual intencionalmente, iniciamos contando a história da própria comunidade baseando-nos nos desenhos da moradora Vanilda. Os presentes neste dia, em número bem maior que no encontro anterior, logo assumiram a narrativa e pudemos a partir daí retomar o sentido e o objetivo do mapeamento. Como resultado, identificamos os aspectos e objetos de interesse para o mapeamento e refletimos sobre seus significados como símbolos da cultura quilombola local.

Finalmente, com base nestas atividades e no exposto no início deste tópico foi estabelecido o tema do mapeamento e a linguagem a ser utilizada, optando pelo uso da imagem aérea antes mencionada e pelo tratamento das informações por meio de SIG (sob incumbência do pesquisador). Nos afastamos da linguagem pictórica do mapa mental coletivo da experiência anterior para explorar os potenciais e problemas da nova linguagem que adotamos com o intuito de desenvolver esta experiência de uso da cartografia. Como pesquisador, algumas perspectivas me atraíam: o desejo de me familiarizar com esta linguagem e com ela desenvolver procedimentos de mapeamentos participativos, bem como refletir sobre a maior ou menor legitimidade dos mapas segundo seus pressupostos teóricos, objetivos, linguagem e formas de elaboração. Esta era no momento uma preocupação presente e que as leituras e as experiências anteriores não foram capazes de esclarecer e orientar.

Em 09 e 10 de novembro de 2013 iniciou-se o trabalho com a imagem aérea. Aqui começamos a perceber a complexidade inerente aos mapeamentos com este suporte como base. Em nosso caso, a complexidade dos objetivos herdados do 1º. mapeamento. Acreditávamos ser importante assinalar no mapa pontos de ocupação tradicional e expressar a mesma riqueza cultural que o mapa pictórico apresentava em sua representação a traço e inspiração livre de

constrangimentos técnicos e da objetividade da fotografia aérea. O mapeamento espontaneamente saiu do previsto e os moradores assinalaram todas as casas da comunidade, identificando seus moradores, as atividades desenvolvidas pelas respectivas famílias e os conhecimentos que detêm. O resultado deste mapeamento, foram mais de cinquenta famílias quilombolas assinaladas no mapa e aproximadamente 10 pontos representativos de uma ocupação tradicional.

Este trabalho teve continuidade nos dias 13 e 14 de setembro de 2014 e em dois encontros que comentaremos nos próximos parágrafos. Queríamos fomentar a participação dos moradores e para isso propusemos a exibição do filme *Narradores de Javé* seguido de uma reflexão sobre o filme e confrontando-o com o contexto local em mais uma atividade de sensibilização. Continuamos a identificação dos pontos e a elaboração de uma tabela onde sistematizamos as informações fornecidas e validadas por outros moradores. No dia 21 de fevereiro de 2015, não tínhamos como objetivo o mapeamento do território, mas sim o mapeamento da organização produtiva e de comercialização de seus produtos agrícolas e agroflorestais. Falhas na comunicação resultaram na presença de poucos moradores. Realizamos uma atividade de fotointerpretação da imagem aérea que terminou em mais um momento de diálogo onde seu Juvenal, Pedro Penincha, Camilo e outros fizeram relatos sobre os desafios atuais da comunidade.

Imagens 08 e 09 – Atividade de mapeamento desenvolvida na comunidade Ribeirão Grande para checagem dos referenciais geográficos do território quilombola (Fotografia de Armando Manoel).

As atividades previstas para o dia 21 foram realizadas no dia 22 de fevereiro de 2015, quando apresentamos um esboço do que poderia ser o produto final do segundo mapeamento. Além disso, desenvolvemos o mapeamento da organização produtiva e comercial dos produtores locais e da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Ribeirão Grande e Terra Seca. Esta atividade surge como uma demanda apresentada por alguns moradores e teve como objetivo contribuir para a organização e valorização das competências locais necessárias

à realização das incumbências básicas da Associação da qual dependem os moradores para a comercialização de sua produção agrícola e agroflorestal através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

De fevereiro até outubro não houve oficinas, embora o acompanhamento das atividades das comunidades tenha continuado. Foi um período de sistematização das informações mapeadas nas oficinas anteriores e de geoprocessamento das informações levantadas nas oficinas. Deste trabalho surge versão preliminar do mapa participativo das comunidades. A oficina de 09 de outubro de 2015 serviu então para a validação deste mapeamento mediante correções e sugestões para a edição final que apresentamos e discutimos mais adiante.

Em outras seis oportunidades pudemos acompanhar as lideranças em reuniões e atividades políticas relacionadas ao território quilombola que se desenrolaram nos municípios de Barra do Turvo⁷⁴, Registro e São Paulo. Elas foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, permitindo conhecer e compreender a complexa rede de agentes envolvidos no contexto geográfico e socioambiental das comunidades. Contribuiu também para a compreensão da forma como a comunidade reage diante da força institucional destes sujeitos e constitui seu próprio discurso político e identitário relacionado à construção e adoção da identidade quilombola nestas comunidades.

⁷⁴ **18 de maio de 2013** – Acompanhamento de reunião com parceiros da comunidade com discussão sobre regularização fundiária na Comunidade Ribeirão Grande;

21 e setembro de 2013 – Estava previsto visita a pontos de ocupação tradicional, mas as lideranças propuseram a participação em atividade da Defensoria Pública de Registro/SP que discutiria temas referentes aos conflitos que afligem as comunidades e orientações técnicas sobre temas de interesse (roças, legislação, titulação, etc.) em Registro/SP;

12 de março de 2014 – Participação à convite da liderança quilombola Nilce de Barra do Turvo, Comunidade Ribeirão Grande e da CONAQ (Coordenação Nacional de Quilombos) na Reunião de Abertura da Mesa Permanente de Regularização Fundiária de Quilombos do INCRA/SP.

10 de maio de 2014 – Festa de São Sebastião na comunidade Ribeirão Grande; estava planejado participação em um encontro das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira que segundo informações recebida na liderança Nilce, deveria acontecer nesta data na comunidade Ribeirão Grande, mas que havia acontecido uma semana antes em Cananéia;

15 de outubro de 2014 – Mesa permanente de regularização de território de quilombos – INCRA/SP. Acompanhando a participação da liderança Nilce em reunião que agrega órgãos estaduais e federais diretamente envolvidos com a regularização fundiária dos quilombos;

09 de abril de 2015 – Mesa Permanente de Regularização Fundiária de Quilombos no INCRA/SP cujo tema foi o andamento dos trabalhos de regularização fundiária nas comunidades de Barra do Turvo.

3. Análise dos resultados

A dinâmica organizacional das comunidades, a complexidade de articular e promover atividades participativas em contextos marcados por conflitos de interesse internos e externos, bem como nossa própria inexperiência em conduzir processos participativos explicam as fragilidades dos mapeamentos realizados. No entanto, os potenciais da cartografia social e das abordagens participativas foram verificados em nosso trabalho.

Desta forma, caminhando para conclusão deste trabalho, apresentamos a seguir as reflexões teóricas tecidas a partir das experiências relatadas nas páginas anteriores.

3.1 A representação e o representado no primeiro mapeamento

O resultado de um mapeamento participativo não se resume ao mapa, pelo contrário. Concebido como processo, o mapeamento buscou ser um encadeamento sequencial e lógico de procedimentos de leitura e representação do território. Os procedimentos buscaram investigar as múltiplas expressões da territorialidade local. Baseou-se na (re)interpretação da história local pelos participantes envolvidos e na elaboração de representações cartográficas do território a partir de seus elementos materiais ou simbólicos, bem como em outras formas de representações gráficas voltadas para compreensão de aspectos organizacionais da comunidade.

Como ponto de partida para a análise dos resultados destes mapeamentos, é fundamental discutir as múltiplas leituras que são realizadas acerca do território, as interpretações internas dadas à história local ou às suas versões. Analisar o resultado do mapeamento implica também compreender os fatores que influenciam a elaboração das representações do território e o lugar atribuído pelos mapeadores aos elementos materiais ou simbólicos que o constituem. Também implica compreender o lugar que os mapeadores se atribuem na rede de relações explicam as tensões internas, bem como as pressões exercidas na comunidade pelos sujeitos externos.

Além de refletir sobre estes aspectos, os mapeamentos participativos devem, na concepção da aprendizagem colaborativa, torná-los temas e assuntos de reflexão e autoconhecimento para a própria comunidade e seus membros.

Nas comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, o exercício político-organizativo que as comunidades têm empreendido a duas décadas em prol da titulação de seus territórios atende a necessidade de garantir a sobrevivência material de sua população e de seu modo de

vida. Assim, o mapeamento assumiu desde o início o objetivo prático de promover a ressignificação do repertório sociocultural local, da identidade local, do modo de vida e de seus valores intrínsecos. Os instrumentos foram o registro e a partilha da memória coletiva mobilizada nas oficinas, a troca entre os participantes de saberes sobre o território e a territorialidade local. Os aspectos práticos da cultura local foram reelaborados pelos participantes, homens, mulheres e jovens, durante o mapeamento mediante um processo intensamente informado e influenciado pelas experiências pessoais e pela necessidade coletiva de melhor organização produtiva e política da comunidade face às questões e desafios comuns que enfrentam seus moradores.

O exercício político-organizativo que as comunidades têm empreendido há duas décadas com vistas à titulação de seus territórios atende a necessidade de garantir a sobrevivência material de sua população e de seu modo de vida. Assim, o mapeamento assumiu desde o início o objetivo prático de promover a ressignificação do repertório sociocultural local, da identidade local, do modo de vida e de seus valores intrínsecos. Os instrumentos foram o registro e a partilha da memória coletiva mobilizada nas oficinas, a troca entre os participantes de saberes sobre o território e a territorialidade local.

Os aspectos práticos da cultura local foram reelaborados pelos participantes, homens, mulheres e jovens, durante o mapeamento mediante um processo intensamente informado e influenciado pelas experiências pessoais e pela necessidade coletiva de melhor organização produtiva e política da comunidade face às questões e desafios comuns que enfrentam seus moradores.

Nesse sentido, os elementos mapeados por meio de representação pictórica ou dos pontos de interesse, expressam conhecimentos necessários à sobrevivência e reprodução biológica da comunidade em seu território no passado e no presente. Trata-se das atividades diárias de reprodução material e cultural da comunidade como a roça, a agrofloresta, a criação de animais, as devoções religiosas e outras práticas que caracterizam a cultura local, mas que sofrem pressões e transformações em decorrência da crescente presença de fatores externos que alteram as relações sociais tanto internas quanto externas que dão sentido a tais práticas.

Cada uma destas práticas possui valores simbólicos ou econômicos. Os elementos da paisagem, sejam eles naturais ou culturais, foram mapeados porque expressam a territorialidade e o modo de vida local, ou seja, possuem valor simbólico ou econômico. Cada uma destas práticas possui valores simbólicos ou econômicos. Os elementos da paisagem, sejam eles naturais ou culturais, foram mapeados porque expressam a territorialidade e o modo de vida local, ou seja, também possuem valor simbólico ou econômico.

1º. MAPA (mapa coletivo, desenhado)

Inserir pasta plástica para acomodar mapa A0 dobrado

A roça tradicional, por exemplo, como uma prática tradicional, embora criminalizada em um passado recente pela legislação ambiental, permanece como um fator de resistência e de definição da especificidade cultural destas comunidades e que respondem, ainda hoje, por parte significativa da renda auferida pela maioria das famílias quilombolas de Barra do Turvo (Sletto, 2009; Born, 2012). A identificação ou simples referência aos roçados tradicionais, embora sem localização precisa no território representado e sem uma quantificação da área por eles ocupada, como seria feito em um mapa de uso do solo, juntamente com informações fornecidas oralmente durante as atividades de mapeamento, permite compreender a importância das atividades agrícolas tanto na economia como para a afirmação e reelaboração da identidade e do modo de vida local.

A agrofloresta, por sua vez, é uma prática introduzida por sujeitos externos no contexto da reclassificação e ressignificação do antigo Parque Estadual do Jacupiranga em um Mosaico de Unidade de Conservação, mas foi assimilada por um significativo número de famílias devido à inúmeras correspondências com as práticas tradicionais de cultivo e aquelas preconizadas pelos sistemas agroflorestais (SAF), como por exemplo, o consórcio de espécies e o adensamento vegetal praticado sobretudo nos quintais e pomares. A exceção é a queimada, fortemente condenada nos SAFs.

As devoções, da mesma forma, expressam fortes vínculos com o território já que nele há testemunhos de práticas culturais que remontam aos antepassados e assinalam uma territorialidade ainda contestada por agentes econômicos, como os representantes da Fazenda Itaóca, e o próprio Estado, enquanto agente executivo da política ambiental (BERNINI, 2015).

O primeiro mapeamento teve como produto final um mapa pictórico, caracterizado pelas livres representações do território e das atividades que marcam a territorialidade local. Nele estão registradas devoções, atividades religiosas como a *Encomenda das Almas* ou *Cantos da Quaresma*, em que os moradores do credo católico cantam para os mortos em uma romaria noturna que percorre locais com sepultamentos antigos e cruzeiros. Esta prática representa mais do que a permanência de uma prática religiosa tradicional, ela indica a percepção da comunidade da necessidade de construção de uma identidade local e de consciente preservação da história social de seus moradores na interação com seu território. A *Mesada de Anjo*, outra manifestação local, também revela vínculos com concepções culturais assinaladas no território. Como prática religiosa, ela celebra e agradece uma graça recebida pela família, oferecendo aos anjos, crianças com até sete anos, uma comida consagrada pela reza do terço. A concepção das crianças menores de sete anos como anjos explica também as referências a inúmeros *cemitérios de anjos* onde, no passado, eram sepultadas as crianças nesta faixa etária falecidas na

comunidade. Tais cemitérios revelam, de fato, o isolamento geográfico, a marginalização social e a elevada mortalidade infantil que marcou tais comunidades até um passado recente. Hoje, felizmente, a mortalidade infantil foi praticamente zerada nas comunidades.

No plano das práticas e dos ofícios locais, a produção de farinha de monjolo e o mutirão estão sendo retomados no presente. A função econômica da produção de farinha é praticamente insignificante, atendendo apenas o consumo familiar. E, como expressa um morador, ela é importante para o fortalecimento da identidade local em contraposição aos agentes externos e seus discursos ou interesses homogeneizantes. Joaquim, um morador da Comunidade Terra Seca, explica a importância cultural da produção de farinha de monjolo para a preservação de uma identidade que ele parece prezar muito:

“o que eu entendo por quilombo é assim, ele reforço a comunidade, Ele uniu mais o povo a trabalhar. Também várias coisas que apareceram, né? Esse negócio de artesanato reforço, quem não sabia fazer aprendeu, muitas coisas que apareceu ninguém não sabia fazer e aprendeu, através do quilombo e o Itesp ajudando. Esse tal de panela de barro, ninguém não sabia, foi através do quilombo, me deram todo apoio, pra eu fica fora daqui aprende, fica 5 dias no hotel e tudo, passagem e tudo isso. Aí veio, o ITESP me deu a força, veio pelo quilombo. Foi uma coisa que abriu espaço para gente aprende o que não sabia, e deu apoio e a gente aprendeu o que não sabia. Se não criasse isso, também não criava essas coisas. Pra ir pra Itaóca, eu não tinha como (trecho incompreensível) não tinha ninguém pra ensinar. Então isso vem da tradição do quilombo. Aquele “monjolo que tá socando ali, aquele monjolo é o seguinte...aquele monjolo que ta socando ali, todo mundo tá falando que o monjolo tá socando. Aquele monjolo bem pensando, é artesanato do quilombo. Avamos fazê o monjolo, vamos nos reunir, vamos fazê farinha, vamos fazê isso. As vezes eles vão fazê a farinha até sem precisar da farinha, a gente faz sem se importa com precisão. Com 2 reais compramos, dá 2 kilo e meio, mas é uma coisa tradicional que nós temo que volta a fazer igual coisa do passado, que se acabar isso aí, acabou-se. Então não, tá voltando de novo”.

Para ele a comunidade já existia, mas perdia a tradição. Ele não fala em quilombo no passado, fala em tradição, mas o termo quilombo veio, associado a agentes externos, como o ITESP, reforçar a comunidade por meio do artesanato e das coisas próprias da tradição do lugar, a farinha, e outras novas, como as panelas de barro.

O mutirão, por sua vez, já apresenta importância econômica maior, já que satisfaz a maior necessidade de trabalho em alguns momentos da produção agrícola quando o trabalho apenas familiar não é suficiente para atender às necessidades produtivas. Como afirma outro morador, seu João Miguel, o mutirão é uma característica muito forte da forma de trabalhar e de ajuda mútua em sua comunidade. Quando provocado se ele se sente isolado na comunidade ele responde:

“Não, eu sou de um grupo aqui. [...] ói, fazemo o seguinte aqui. Como foi ontem, um comparação que aconteceu com nois, que tava precisando (trecho incompreensível no áudio colhido pelo pesquisador) eu reuni uma turmadinha para fazê uma rocinha e quando foi e voltamos da roça, reuniu uns 15 caboclos comigo”.

A produção de farinha e outras práticas que expressam os saberes e a forma de organização da comunidade descritas e discutidos sobretudo durante o primeiro mapeamento, foram definidos pelos próprios moradores como marcas da sociabilidade local reforçadas pela construção - ou adoção - da identidade quilombola. No segundo mapeamento, tais práticas foram retomadas para explorar as possíveis leituras do mapa produzido.

Passando para a análise do segundo mapeamento, os saberes e as práticas mapeados pela comunidade representam os vínculos sociais, econômicos, afetivos e simbólicos com seu território. Assim, na classificação das informações mapeadas para fins de organização e edição do mapa final, diferenciamos os saberes e ocupações cuja base é o próprio território quilombola daqueles que expressam dependência externa. Ou seja, privilegiamos um enfoque que nos permitisse visualizar as atividades e saberes que produzam renda a partir dos recursos materiais disponíveis no território e no patrimônio cultural imaterial das comunidades, e mesmo as atividades que expressam a riqueza e a diversidade dos saberes e da cultura das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca. Incluímos na classificação das informações mapeadas, práticas não exclusivas à cultura quilombola e que não correspondem à nenhum tipo de “remanescências” dos antigos quilombos. São práticas constituídas pelo contexto das relações que estes grupos sempre estabeleceram com seus entornos. Guardam por isso, tanto semelhanças quanto diferenças.

Vale destacar que as diferenças se referem mais à organização sócio-política e às diversas formas de vínculos de solidariedade entre cada comunidade quilombola e seus moradores que a traços pautados na organização produtiva, que como verificado em Candido (2010) são comuns a todas as populações caipiras. Tais traços culturais persistem no tempo, embora sofram pressões e recebam influências de diversas ordens sendo constantemente ressignificados pelos seus sujeitos. Os elementos mapeados, então, referem-se às práticas agrícolas e agroflorestais, à saberes que expressam alguma relação com a tradição, como o artesanato e a culinária local e as práticas religiosas e devocionais se sustentam em função do imaginário rural que ainda permeia as gerações mais velhas.

Tais saberes estão ligados à culinária, à produção de equipamentos tradicionais como o monjolo e o pilão movido pela energia cinética da água e à apicultura, por exemplo. Todas estas expressões da cultura local, material e imaterial, possuem o território e seus

recursos como base e garantia. A eles também pode-se relacionar as práticas religiosas que têm sofrido grandes transformações e “erosão” cultural, pela introdução de crenças novas sem o anterior vínculo com a terra que caracteriza a religiosidade dos pioneiros e seus descendentes. Portanto, tradição e rupturas também podem se expressar na espacialidade do mapa.

3.2 A representação e o representado no segundo mapeamento

Nosso objetivo foi mapear o que chamamos de *pontos de interesse*, ou seja, aqueles locais onde poderíamos localizar aspectos significativos da cultura local e da história da comunidade. Cada ponto de interesse é também um ponto de partida para uma leitura que contextualiza o modo de vida, os desafios e a luta da comunidade pela titulação do território.

O segundo mapeamento reflete, então, o esforço de expressar um pouco da cultura e da territorialidade quilombola local, não pelo mapa em si, mas pela ênfase nos saberes e sua relação com o território que buscamos garantir durante o processo de mapeamento dos locais de ocupação tradicional⁷⁵ (antigas capovas, cruzeiros, cemitérios de anjos, antigos monjolos ou equipamentos produzidos pelos antigos moradores). Além desses pontos, outros locais de uso coletivo como igrejas e locais de práticas religiosas (romarias, terços, São Gonçalo, mesadas de anjo, cantos da quaresma e outras devoções), sede de associação, barracão comunitário, bem como as residências de cada família e seus saberes tradicionais foram mapeados.

Os pontos de interesse passaram a constituir o elemento central do mapeamento, sobretudo, as residências e os saberes e práticas desenvolvidas por cada família, conforme informações prestadas pelos moradores participantes. O desafio do pesquisador, diante destes dados, era encontrar uma linha de raciocínio capaz de dar significado a eles no contexto dos objetivos propostos para a pesquisa e para a comunidade.

Nos três momentos de leitura da imagem aérea e de mapeamento dos pontos de interesse registramos e validamos as informações que iam sendo mapeadas. O grupo responsável por este trabalho pouco oscilou. Os novos participantes que apareciam ocasionalmente também contribuíam na validação das informações coletadas. Assim, foram classificadas as informações em quatro tipos, conforme o esforço de interpretação e leitura da realidade local a partir dos dados fornecidos. Desta interpretação, além dos referenciais importantes da comunidade e locais de ocupação tradicionais assinalados na imagem aérea e

⁷⁵ A proposta era georreferenciar cada ponto e realizar registros fotográficos das evidências materiais que possivelmente encontrássemos em cada sítio assinalado. Infelizmente, não foi possível tal empreitada.

transposta para o mapa final, tentamos estabelecer critérios para classificar os pontos que correspondem às residências dos moradores. Esta classificação tem como critério a atividade principal da família e que lhe provê a renda necessária à sobrevivência, além disso, procuramos destacar outras funções exercidas por um morador na comunidade, por exemplo, liderança comunitária, religiosa ou espiritual (funções religiosas, prática de benzimentos e rezas) e saberes locais (ou tradicionais) praticados e mantidos por cada família (artesanato, construção de monjolos, culinária e fitoterapia local. Alguns outros saberes foram citados, como o de construção civil, por exemplo. Diante destes dados e dos critérios mencionados acima, estabelecemos 4 classes para as residências:

- Agricultura e agroflorestal;
- Devoções e religiosidade;
- Artesanato e culinária local;
- Outras.

A princípio, nos pareceu que algumas destas informações não correspondiam aos aspectos considerados “típicos” da cultura local e que foram enfatizados no primeiro mapeamento, porque o mapeamento assumiu uma aparência cadastral. Atribuímos isso ao efeito da imagem aérea sobre os moradores que a observavam pela primeira vez. Era mais que a imagem do próprio território, era um espaço impessoal atravessado por tamanha objetividade técnica que precisava ser ocupado e significado. Por isso, os moradores passaram a identificar cada residência; em um caso, ao verificar que sua casa não aparecia na imagem aérea, uma moradora demonstrou temor de não ter reconhecido o seu lugar no mapa e logo seu direito à terra.

Ainda que esse processo se revele cheio de significado, destacá-los a partir da leitura da imagem mimética não é tarefa para um mapeamento. A imagem aérea talvez não tenha outro significado a não ser a objetividade dos fins para os quais ela foi concebida. Mas, apesar disso, mantemos o esforço de acessar os conteúdos simbólicos do território por meio da imagem aérea reforçando o significado das práticas que constituem a territorialidade local.

Feito a muitas mãos, mas com inegável influência do pesquisador, o mapa produzido deveria apresentar elementos significativos para a territorialidade local e além disso, deveria aproximar o pensamento espacial local da linguagem cartográfica convencional. Assim, além da legenda tradicional, incluímos em seu *layout* um conjunto de 3 imagens fotográficas que ilustram as práticas e os saberes locais explicitados na legenda. Tais imagens fornecem parâmetros de leitura da cultura local e permitem aos moradores tecer considerações sobre os elementos mapeados.

2º. MAPA (Saberes e Ocupações) Inserir pasta plástica para acomodar mapa A0 dobrado

Os cruzamentos da linguagem cartográfica juntamente com a fotográfica nos permitiria maiores possibilidades de leitura da realidade local. Para isso, propomos uma oficina para seleção de fotografias que pudesse informar a legenda do mapa participativo. As fotografias apresentadas foram tomadas pelo pesquisador ou por alguns moradores com quem pudemos coletá-las. A escolha das fotografias aconteceu a partir de um exercício de leitura da imagem e de correlação de significados entre os pontos de interesse, suas descrições e o simbolismo e conteúdos econômicos e simbólicos que as imagens apresentam.

A conclusão do mapeamento, retomou a ideia do mapa como representação do território, mas o fez contextualizando-o nos contextos geográficos mais amplos. Ao incluir no mapa final as miniaturas dos mapas do Brasil, do Estado de São Paulo e do Paraná, bem como do território quilombola reconhecido, pudemos exercitar a contextualização geográfica necessária ao aprendizado do mapa pelo mapa. Este exercício revelou a intuída falta de familiaridade dos moradores com a linguagem cartográfica e o resultado da sua pouca escolarização. Verificamos que os moradores mais jovens conseguiram reconhecer o território brasileiro e dos estados de São Paulo e Paraná, diferentemente dos mais velhos que reconheciam com precisão o território tradicional mas não reconheciam o território brasileiro e relações escalares que constituem parte do pensamento cartográfico. Os jovens, da mesma forma, porque vivenciam o território intensamente, seja em atividades específicas ao contexto etário, seja por acompanhar seus familiares nos trabalhos agrícolas pelo território tradicional, manifestaram grande facilidade para o reconhecimento das feições da paisagem que permite localizar inúmeras informações concernentes à ocupação e uso do território.

3.3 Considerações finais

As escolhas procedimentais do 2º. mapeamento revelaram fragilidades e potencialidades que podem comprometer ou favorecer o alcance dos objetivos almejados. Estas escolhas podem igualmente atuar sobre as implicações éticas que pesam sobre a relação estabelecida entre agentes externos e comunidades na produção de informações espaciais sobre os territórios tradicionais e suas territorialidades nos mapeamentos participativos, tornando-as justas. É nesta linha de reflexão que analisamos os resultados dos mapeamentos apresentados. Tentaremos estabelecer aqui um diálogo final com a bibliografia apresentada e discutida na Parte I desta dissertação, a começar pelas implicações que comprometem os resultados esperados do processo de mapeamento.

Ao nosso ver há dois tipos de implicações. A primeira advém das escolhas metodológicas e procedimentais concernentes à pesquisa-ação ou participativas que explicam e orientam o papel e participação das comunidades enquanto sujeito da pesquisa DEMO (1982) e TRIPP (2005). Isso significa dizer que os moradores participantes tiveram participação ativa na pesquisa não figurando apenas como objeto desta, de forma que participaram de todas as decisões importantes no processo de mapeamento. Da mesma forma, a pesquisa-ação determina o comprometimento do pesquisador com os objetivos sociais e políticos da comunidade, expressos nos objetivos de pesquisa, e com a participação comunitária.

Este posicionamento ético e metodológico se compatibiliza com a concepção de ciência que adotamos ao início do trabalho, uma ciência que distingue, mas não reclama exclusividade quanto às diferentes epistemologias e recortes ontológicos que diferentes povos e segmentos da sociedade utilizam para produzir seus sistemas de conhecimento e de significados (FUNTOWITZ e RAVETZ, 1997; GEERTZ, 2004; CUNHA, 2009). Sendo tais pressupostos derivados de uma concepção de ciência que rompe com a segmentação tradicional do conhecimento, tais colocações orientaram a escolha e definição dos objetivos da pesquisa em conformidade com as expectativas da comunidade, compreendida igualmente como sujeitos da pesquisa.

A segunda implicação é de ordem ética. Ela alerta para os riscos que a disseminação da racionalidade espacial e econômica ocidental em grupos sociais e comunidades caracterizadas por particularidades culturais nas formas de compreender, explicar e se apropriar da natureza e de organizar-se no espaço, bem como pelo acesso precário aos recursos possibilitados pela modernidade de uma racionalidade oposta ao modernidade (ACSELRAD, 2008; FOX et. al., 2008; SANTOS, 2011;).

O mapa, neste caso, representa esta racionalidade distinta do pensamento local. Por meio do mapa e pela forma como se estabelece a relação com uma determinada comunidade e se organizam as atividades de pesquisa, diferentes concepções de mundo se encontram e se confrontam. Os mapas, como produtos do desenvolvimento técnico e científico da cartografia, expressam a territorialidade própria às sociedades urbanas e comerciais que emergem ao fim da Idade Média e Renascimento e consolidam seu uso e importância no processo de formação dos Estados-nação europeus e do modo de produção capitalista (SANTOS, 2002; SACK, 1986). O mapa e a racionalidade espacial capitalista se impõem ao pensamento local, frequentemente de forma fragmentária e desatenta às temporalidades, valores e aspirações locais, sobretudo quando representam propósitos distintos daqueles manifestados pelas comunidades

(ACSELRAD, 2004). Sempre que desenhemos linhas num mapa algo repercute na vida real das comunidades.

A partir destas considerações discutiremos a seguir as fragilidades e as potencialidades das escolhas metodológicas e procedimentais efetuadas nesta dissertação considerando os resultados esperados para o processo de aprendizagem social pelo mapa. Na análise dos resultados obtidos, buscamos realçar os limites e potenciais de cada escolha procedimental realizada e nos perguntamos se outras escolhas teriam nos levado a outros resultados. Desta forma, antes de abordarmos as potencialidades verificadas na experiência realizada, nos interessa compreender os limites das escolhas realizadas e os aprendizados obtidos a partir da reflexão proposta.

Quanto ao primeiro mapeamento, apresentado a seguir, podemos destacar alguns aspectos teóricos e metodológicos que marcaram o primeiro mapeamento e as reflexões que este despertou. O resultado revela a imagem mental que os moradores possuem de seu território, mas não apenas. A seleção de seu tema e das informações mapeadas foram consensuais e contaram com ampla participação dos moradores locais. A linguagem livre, sem os rigores de um mapa convencional, permitiu que grande número de participantes pudesse expressar sua visão do território e das práticas sócio-espaciais que explicam a territorialidade e a identidade local. Esta potência foi alcançada por meio da representação pictórica das práticas agrícolas, das devoções e da religiosidade local, bem como dos saberes práticos relacionados à cultura material e alimentar das comunidades.

As fragilidades deste primeiro mapeamento decorrem das limitações desta linguagem para promover um nível de discussão mais específico ao universo técnico dos mapas convencionais. Quanto aos procedimentos adotados, outra fragilidade do mapeamento realizado se deve ao fato de que, apesar das múltiplas leituras possíveis para este mapa, ele ainda é uma visão parcial. Não é a imagem do território das crianças nem dos jovens, como seria rico manifestar. O que temos visto nesse caso é apropriação do mapa e da cartografia como instrumento de construção de identidade e de performance (discurso) por meio da qual um grupo social ou parte dele projeta no mapa e também no espaço, suas visões de mundo, seus projetos para o território e buscam garantir seus direitos sociais e territoriais (OFTEN, 2009). O mapa pictórico (página 127) é apenas a representação da visão que os moradores mais envolvidos nas questões comunitárias possuem do território quilombo e de seu modo de vida e territorialidade.

Já no segundo mapeamento, marcado pelo uso de uma imagem aérea, apresenta outras fragilidades e potenciais. O fato de termos iniciado o trabalho direto sobre a área total do território no mapa na escala 1:3000 e formato A0, sem realizarmos exercícios de leitura de

imagens aéreas e explorado as técnicas convencionais de aerofotointerpretação (mapeamento do uso do solo, de recursos, etc.) privou os moradores das comunidades da oportunidade de compreender a forma como são produzidas as informações espaciais e como elas são dispostas a serviço de diferentes interesses. Como alternativa ao realizado, o exercício de fotointerpretação desenvolvidas em pequenos grupos de trabalho, a partir da utilização de mapas em escala menor (maior aproximação, menor redução da realidade), enquadrando porções menores e específicas do território ofereceriam subsídios importantes para a comunidade questionar as representações do território tradicional realizadas por técnicos a serviço dos órgãos da administração pública, como as secretarias de meio ambiente, INCRA, ITESP e outros.

O exercício de diferentes leituras do território enriqueceria sobremaneira as reflexões que surgiram no decorrer dos mapeamentos. Se as reflexões realizadas foram capazes de revelar conflitos e aspectos estruturantes da territorialidade e identidade local, um mapa de uso do solo teria feito emergir, talvez, elementos significativos para a compreensão das práticas, valores e conhecimentos que caracterizam o modo de vida local. A não realização de atividades de reconhecimento do território tradicional, visitando locais de ocupação tradicional também pode caracterizar uma fragilidade do segundo mapeamento, já que tais informações, se sistematicamente coletadas e registradas, permitiriam conhecer o processo de formação dos territórios tradicionais e da ocupação urbana da região de Barra do Turvo e do Alto Ribeira.

Sabemos que mapas não representam apenas a dimensão espacial da realidade. Eles podem representar processos ou intervalos de tempo nos quais localizamos ações, sujeitos, e as inúmeras relações sociais que os constituem e caracterizam. Assim, como já apresentado, os mapas e as abordagens participativas têm explorado o mapa como ferramenta para compreender as redes de relações que uma comunidade ou sujeito estabelecem com o conjunto da sociedade ou ainda, para não ser exaustivo na enumeração de possibilidades, poderíamos ter explorado com maior profundidade o mapeamento do processo produção/comercialização via PAA do qual depende a comunidade.

Da mesma forma, outro procedimento que enriqueceria significativamente o trabalho seria discutir e apresentar aos moradores participantes os meios e as tecnologias a partir dos quais são obtidas as imagens aéreas, sejam fotografias ou imagens de sensores remotos obtidas a partir de satélites orbitais. Como o realizado em algumas atividades do Projeto Novas Cartografias Sociais da Amazônia, por exemplo, este conhecimento traria aos moradores maior consciência acerca da importância estratégica que envolve o emprego de TIEs e da longa e

complexa cadeia produtiva que envolve a geração das imagens digitais e a sua popularização através das ferramentas disponíveis na internet.

Em contraposição a estas fragilidades, verificamos no processo de mapeamento e no próprio mapa cinco potencialidades que se articulam com as bases teóricas desta pesquisa e podem responder às hipóteses concebidas nas etapas iniciais da pesquisa. São elas a possibilidade de múltiplas leituras do mapa mental pictórico; a organização e a troca de saberes entre gerações; o revelar das relações entre território e identidade; a possibilidade de reforçar/estimular a organização sociopolítica da comunidade e, por fim a capacidade de articulação e expressão dos interesses locais por meio do mapa.

Ao contrário dos mapas que acompanham relatórios técnicos, cuja leitura é orientada pela simbologia relacionada ao(s) objeto(s) representado(s), os mapas participativos (mentais ou não) permitem múltiplas leituras acerca do território representado. Sendo a somatória das percepções individuais ou dos grupos que compõem uma comunidade, os mapas participativos apresentam e permitem partilhar diferentes percepções sobre o processo constituição do território, da territorialidade, das identidades locais e das práticas culturais e econômicas que mobilizam a comunidade em seu dia-a-dia. Tais conteúdos emergem na forma de expressões pictóricas, como no primeiro mapeamento, e comentários que expressam a visão de cada um destes sujeitos sobre os tópicos evocados durante o mapeamento. Enquanto processo, o mapeamento coletivo compreende procedimentos de leitura e releitura da paisagem a partir, primeiro, das memórias e percepções individuais e (também) coletivas. Depois, permitem a reelaboração dos significados de cada elemento ou prática mapeados, a confrontação e contestação pública das percepções apresentadas ou sugeridas entre os envolvidos no mapeamento. E sempre que voltarmos ao mapa novas leituras poderão surgir.

Este processo, aparentemente, não tem fim, pois como observado, sempre há trocas possíveis entre os moradores. Isso porque o conhecimento acerca da cultura e da territorialidade local é dinâmico e não está todo disponível para a comunidade e seus membros. Cada leitura é expressão de uma subjetividade própria e individual que se apresenta, mesmo diante de um grupo de pertencimento, como única. O mapa, neste sentido, permite que cada releitura dos elementos mapeados faça emergir novos conhecimentos, novas interpretações que podem ou não serem compartilhadas pelo grupo, mas que ajudam a compor a rede de significados que caracteriza uma comunidade como uma unidade socioterritorial específica.

A possibilidade de múltiplas leituras dos mapas e dos mapeamentos participativos evidenciam a existência de conhecimentos espaciais prévios que os moradores possuem sobre o território.

Tais conhecimentos são socializados como “mapas falados” que descrevem os limites e os referenciais geográficos do território (rios, serras, toponímia local e outros). A representação destas informações no mapa **Saberes e Ocupações nas Comunidades Quilombolas Ribeirão Grande e Terra Seca** (página 142) aparece de forma indireta, já que não registramos nele menções toponímicas das localidades que frequentemente eram citadas, com exceção das comunidades que protagonizam o mapeamento. No entanto, eles se tornam evidentes quando os moradores fazem a leitura da imagem aérea e logo reconhecem os inúmeros locais de residência, de trabalho agrícola, de ocupação tradicional, bem como a existência de terceiros. Sobre a capacidade de leitura da imagem aérea ou de identificação nela de alguma localidade, não notamos maior ou menor facilidade de reconhecer os elementos da paisagem e seus correspondentes na imagem aérea entre os moradores mais velhos e os jovens em idade escolar que participaram desta oficina. Este conhecimento e a facilidade de leitura da imagem aérea é produto de um conhecimento “autodidata” desenvolvido a partir da relação dos moradores com o meio através das ações pelas quais obtém seu sustento, sua sobrevivência não apenas biológica ou material, mas também de sua cultura e sua identidade.

Cada ponto mapeado (residências, pontos de ocupação tradicional e os mais importantes pontos de referência do território) constitui um inventário de práticas que informam sobre o modo de vida e a territorialidade das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca. Mesmo que cada residência, ponto de ocupação tradicional ou uma área de uso comum no território apareçam apenas como um ponto no mapa, o processo de mapeamento e cada (re)leitura dos mapas revelam muitas e novas informações sobre a comunidade, sua história e sobre os vínculos sociais que conectam seus moradores. Todo este conhecimento confirma a intimidade com que cada morador se relaciona com o território e seus recursos. No conjunto da comunidade, as muitas relações de seus muitos moradores com o território comum e seus vínculos sociais explicam e definem a territorialidade local que é a base da identidade quilombola que os define étnica, social e politicamente.

Entre os jovens, o conhecimento do território e da identidade é construído pelo envolvimento com o trabalho agrícola familiar. Adquirem e ampliam os conhecimentos que seus pais desenvolveram da mesma forma com os avós, repetindo os gestos, ouvindo e aprendendo com o corpo o tempo das coisas. Este elo entre gerações é frágil e tende a quebrar-se com o passar dos anos devido à atratividade que os centros urbanos, como mercados de trabalhos e de oportunidades que o bairro rural e o município de Barra do Turvo não oferecem, exercem sobre os jovens.

Outra potencialidade importante do processo de mapeamento advém dos conhecimentos locais e sobre o território que o mapa passa a representar. Os muitos e variados conhecimentos que denominamos *local* são produzidos no movimento de constituição da própria territorialidade. São produzidos pela articulação entre ações teleologicamente orientadas para a apropriação de um âmbito espacial (área/extensão) que se configura como território de uma ocupação tradicional (histórica) e as formas socialmente produzidas que marcam a historicidade dos elementos que constituem a paisagem local. Tais ações são práticas informadas por uma organização socioeconômica que explica as relações sociais e espaciais entre os moradores. Por meio destas práticas é que se atribui ao lugar e ao território seus componentes simbólicos e identitários. A territorialidade e as relações sociais que caracterizam a organização produtiva e a sociabilidade local, ancoradas no processo histórico pelo qual se constitui o território, expressam os vínculos espaciais com o território e seus constituintes (pessoas, recursos, significados) e informam a identidade local.

O processo de mapeamento, compreendido também como estratégia de reflexão sobre os conteúdos espaciais das relações sociais, permite trabalhar sobre as dinâmicas que influenciam a organização sociopolítica da comunidade. O mapeamento é, nesse sentido, mais uma das práticas sociais orientadas intencionalmente em função de um objetivo. Considerando o mapa como um meio de transformar a forma como se percebe e age no mundo e de moldá-lo segundo um projeto (WOOD, 1993; COSGROVE, 2008) acreditamos que, a partir de procedimentos e da abordagem de temas específicos, pode-se reforçar ou estimular a organização sociopolítica da comunidade. Tal perspectiva parte necessariamente da necessidade de resolução de problemáticas que afetam o conjunto da comunidade e que exige uma ação coordenada para uma solução sem dissolução⁷⁶. A clareza sobre as forças sociais externas e seus interesses, sobre a dinâmica socioeconômica comunitária a partir da qual se constituiu o território e a identidade local bem como sobre as necessidades presentes de enfrentamento de questões econômicas que afetam o conjunto da comunidade traria, enquanto premissa, uma tendência de fortalecimento dos vínculos e justificaria um esforço coletivo no sentido de encontrar soluções que satisfaçam os diferentes interesses que se manifestam no interior das comunidades.

Outro aspecto a partir do qual o mapeamento potencializaria a organização comunitária deriva do reconhecimento da interdependência entre as práticas econômicas e o

⁷⁶ O jogo de palavras aqui proposto remete à tendência de fragilização dos vínculos comunitários em função da influência de elementos culturais e econômicos externos que levariam a dissolução de tais vínculos pela perda da perspectiva da vida em comunidade.

território. O mapa final apresenta este reconhecimento quando destaca as práticas econômicas baseadas na exploração direta dos recursos do próprio território.

Finalmente, estas potencialidades dão ao mapa e ao mapeamento a capacidade de articular, expressar e comunicar os interesses locais. Nesse sentido, o mapa passa a atuar como um instrumento capaz de produzir uma realidade e não apenas de representá-la (COSGROVE, 2011; WOOD, 1993). Não se trata de utilizar o mapa como instrumento apenas, em si e por si, mas de realçar sua dimensão cognitiva que se reforça e retroalimenta à medida em que se organiza como processo colaborativo, intencional, socialmente comprometido e fundamentado na compreensão das dinâmicas pelas quais se processa a produção de conhecimentos na prática política em que as comunidades, por meio de suas lideranças, atuam. É por isso que falamos de aprendizagem colaborativa e que articulamos o mapeamento como estratégia de aprendizagem entre pares, com vistas a solucionar questões objetivas que afetam uma comunidade e que se realiza por meio da experiência e troca dos conhecimentos que emergem da reflexão sobre aspectos da vida social, política e de sua dimensão espacial.

Os objetivos que as comunidades tornaram evidentes no decorrer das atividades de pesquisa e de mapeamento constituíram o foco do processo de aprendizagem que buscamos mobilizar por meio do mapeamento. São eles:

- Garantir a titulação do território;
- Garantir a comercialização via associação e/ou cooperativa;
- Acesso a serviços e infraestrutura básicas nas comunidades;
- Autonomia na gestão do território;

O primeiro objetivo refere-se à preocupação central que mobiliza politicamente as lideranças quilombolas em nível nacional. Esta é, em nosso entender, a motivação central para o envolvimento dos moradores no processo de mapeamento.

A garantia da comercialização, via associação, se apresenta como outra demanda importante. É na organização e gerenciamento das atribuições da Associação local articulada ao Programa de Aquisição de Alimentos que ocorre um importante processo de aprendizagem colaborativa na comunidade. O gerenciamento da associação quilombola, no entanto, apresenta problemáticas decorrentes da dinâmica interna das comunidades que fragilizam sua organização sociopolítica. Apesar de comum a todas comunidades, a problemática que esta demanda apresenta não tem sido enfrentada com o engajamento e clareza necessários. Frequentemente, notamos questões emergenciais, pontuais ou individuais colocando-se como prioridade e justificando o não engajamento nas questões de interesse coletivo. O trabalho de pesquisa e as atividades de mapeamento nos permitiu acompanhar o movimento por meio do

qual, pouco a pouco, alguns membros da comunidade expressaram descontentamento ou preocupação com as questões acima.

A concretização do objetivo central da pesquisa, no entanto, no âmbito da aprendizagem colaborativa reside no significado da expressão “*liberdade do quilombo*” reclamada explicitamente pelo Sr. Pedro Penincha ao relacionar a sobreposição do território tradicional com a territorialidade imposta pela legislação ambiental. Os ecos desta expressão acompanharam e influenciaram nossos trabalhos justificando, por exemplo, a omissão da sobreposição entre o território tradicional e a RDS Quilombos de Barra do Turvo no primeiro mapeamento. Tal intencionalidade pode ser interpretada como a afirmação de uma territorialidade que se expressa por meio de técnicas e práticas de manejo com as quais os moradores se identificam fortemente e que caracterizam as estratégias de sobrevivência utilizadas pelos mais velhos ao se apropriarem daquele território.

A afirmação do modo de vida e da forma como as comunidades se apropriam de seu território e seus recursos é um empoderamento. Nesse sentido, o segundo mapeamento evidenciou as práticas econômicas que tem como base o próprio território e que por isso, fazem deste a base para identidade quilombola local. Isso explica o destaque dado pelos moradores à luta pela titulação do território e do uso do mapa como expressão da territorialidade e como afirmação de um direito territorial.

Realizar duas experiências de mapeamentos participativos tornou claro que o mapa e o processo de mapeamento possuem uma nítida dimensão cognitiva que fez emergir as questões anteriormente discutidas nesta dissertação. Esta constatação nos remete à reflexão acerca da importância do mapa e do mapeamento para as comunidades que participam deste processo e que sustenta o emprego da cartografia social como estratégia de aprendizagem colaborativa. A validade da cartografia social na aprendizagem colaborativa exige, contudo, a compreensão do modo como os grupos ou segmentos que compõem uma comunidade se articulam entre si e com o repertório cultural e econômico local ou externo. Nessa linha de pensamento, analisamos a seguir alguns aspectos geracionais e de gênero que pudemos notar nos mapeamentos e que nos ajudam a compreender os resultados, as fragilidades e potencialidades dos mapeamentos empreendidos.

O primeiro mapeamento apresentou alguns traços específicos em sua dinâmica que remetem a recortes geracionais e de gênero. Observamos que aos mais velhos coube definir os limites do território tradicional, o que foi feito por meio da memória que estes registram das andanças pelo território junto com seus pais e avós em tempos passados. As toponímias e os referenciais geográficos da paisagem, como as serras (as lombas) e os rios (as águas) foram

definidos e raramente questionados pelos jovens. A partilha da memória local durante as oficinas ocorreu graças aos moradores mais velhos que não evitavam longos relatos das vivências que tiveram junto aos antepassados. Relatos de práticas tradicionais que permanecem e são aprendidas pelos jovens nos trabalhos agrícolas familiares. A partilha da memória coletiva, revela um território cheio de histórias e de informações que se constituíram na evolução social das comunidades na relação entre si e o contexto regional e nacional envolvente.

É nesse contexto que podemos definir o mapa participativo como uma representação coletiva da territorialidade constituída social e historicamente e que hoje é ressignificada por meio de um discurso performativo (SILVA, 2008 SLETTTO, 2009) que absorve novos valores, mas que também os repele; que adota o discurso identitário da luta nacional das comunidades quilombolas em torno de seus direitos territoriais e culturais e que, por fim, reivindica para si a parte que lhe cabe na responsabilidade de preservar o patrimônio ambiental presente em seu território (CUNHA, 2009).

Aproximando-se do encerramento das reflexões finais sobre esta pesquisa e os mapeamentos que a constituíram, nos perguntamos sobre o peso dos inúmeros eventos e movimentações político-institucionais⁷⁷ que, concomitantemente aos mapeamentos realizados, se desdobraram sobre o contexto socioambiental das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca no período entre 2012 e 2015. Em nossa análise, o período em questão apresentou fatos e processos que configuraram um complexo jogo de estímulos e reflexões que fizeram mais notáveis, na percepção dos moradores e lideranças, os limites de sua atuação e exigiram constantes readequações de suas ações e posicionamentos. Suscitaram tensões e reflexões, promoveram iniciativas que reforçaram a importância da reflexão espacial, e fizeram do mapeamento um processo de aprendizagem real. Os demais projetos desenvolvidos e eventos

⁷⁷ É importante destacar, que paralelamente ao início do primeiro mapeamento, no intervalo entre este e o segundo, uma série de eventos e iniciativas se projetam no campo de ação da comunidade. No âmbito da RDS Quilombos de Barra do Turvo, concluiu-se o Plano de Utilização e se iniciou a fase de “preparação” para o Plano de Manejo. Com o ITESP continuaram as ações de extensão rural. Com o INCRA estabelece-se a Mesa Permanente de Regularização Fundiária de Quilombos e no bojo desta, os trabalho de elaboração do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação), documento que subsidia as atos administrativos de indenização, desapropriação e desintrusão de ocupantes não tradicionais no território reivindicado pelas comunidades. Por parte do poder público foram apresentadas inúmeras demandas que exigem organização e participação da comunidade. São exemplos o Zoneamento Ecológico e Econômico do Vale do Ribeira, o Projeto Microbacias II no âmbito estadual e um projeto de saneamento no âmbito municipal. Toma corpo neste período, a parceria da comunidade com pesquisadores da Universidade Metodista, que culmina atualmente na constituição de uma cooperativa local. Além disso, organizações não-governamentais atuam em conjunto com poder público em projetos ligados ao uso sustentável do território. Sem esgotar o leque dos atores que se projetam no campo de ação das comunidades, vale mencionar o trabalho que alguns pesquisadores ligados à universidade como alunos de pós-graduação, realizam nas comunidades.

realizados na comunidade no período da pesquisa e os anteriores enriqueceram o ambiente geral em que se deram os mapeamentos realizados junto às comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca, sendo também parte dos processos de aprendizagem colaborativa e mobilização político-organizativa.

Por fim, retomando a dimensão conceitual acerca dos mapas, reconhecendo a complementaridade das abordagens propostas, destacamos a importância do pensamento espacial diversamente representado no mapa na construção das territorialidades, identidades e organização social e política.

Afirmamos anteriormente que o segundo mapeamento nos permitiu verificar o que Wood (1993) e Pickles (2004) consideram sobre o fetiche da imagem aérea. Este “fetiche” tem o poder de esvaziar o espaço representado na fotografia aérea de seus componentes simbólicos. O conteúdo político do espaço, contudo, permanece de forma inconsciente e necessita ser evidenciado. Apenas o processo de mapeamento, e não o mapa, é capaz de repor a dimensão política ausente na imagem aérea e em muitos mapas convencionais. No entanto, as possibilidades de leitura da imagem aérea não se esgotam.

As múltiplas possibilidades de leitura do mapa mental participativo com suas representações pictóricas, sem a névoa de tecnicismo que reveste o mapa convencional, capacita o mapa a atestar o desejo de “liberdade do quilombo” que mobiliza as comunidades. A simplicidade da linguagem encontrada nos mapeamentos participativos, ao contrário do “fetiche” técnico dos mapas que rouba seu conteúdo político, o evidencia. Ele aparece toda vez que um morador é chamado a falar sobre o território tradicional, sobre a localização e tamanho das áreas de roça e das dificuldades de obter licença para cultivo. A leitura do território que o mapeamento permite realizar revela a dimensão política dos saberes e das ocupações que expressam a territorialidade e identidade local. Afirmá-las e mapeá-las é um ato político, repleto de significado simbólico.

As consequências do esvaziamento da dimensão simbólica e cultural no segundo mapeamento pareceu comprometer os compromissos e os objetivos propostos inicialmente para cada oficina. Ao invés de mapear e inventariar a diversidade das manifestações culturais da comunidade e seus conhecimentos “tradicionais”, o trabalho sobre a imagem aérea gerou dispersão e uma grande preocupação por se mapear, por se auto-localizarem e garantirem, assim, o seu lugar no mapa. Nada mais significativo para repor o conteúdo político e simbólico com que o território é percebido, assimilado e comunicado pelos seus moradores.

Considerada inicialmente um problema, progressivamente compreendemos que essa preocupação indica a percepção das comunidades sobre a importância do mapeamento na

luta pelos direitos territoriais e sociais. Garantir seu lugar no mapa é garantir seu território em um espaço em disputa e logo, é estratégico para alcançar a posse definitiva, a titulação e resistir às ações e interesses de Estado e de outros sujeitos que interferem e estão implicados nas relações que definem o contexto socioambiental, econômico e, portanto, político da comunidade e de sua região. Mapear é, enfim, garantir a expressão da própria territorialidade e por meio dela o exercício e o direito político de um viver digno e de estabelecer assim, relações menos desiguais entre os diferentes contextos socioambientais, políticos e econômicos que a modernidade fez encontrar-se. Mapear é assinalar um projeto de território e por meio do mapa, instaurar um diálogo entre diferentes racionalidades e concepções de mundo.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará / Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-36.

ACSELRAD, Henri **O que é justiça Ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus, PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. De. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 43-81.

ALMEIDA, R. D. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. São Paulo, Editora Contexto, 2010.

ANDRADE, T. et al. (Editores) **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2ª. Ed. São Paulo, ITESP / Páginas e Letras – Editora Gráfica (Cadernos do ITESP; 3), 2000.

ARRUTI, J. M. "Quilombos". In: Pinho, O. A. (org.) **Raça: Perspectivas Antropológicas**. Salvador, ABA, Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BEDUSCHI FILHO, L. C. **Participação, Aprendizagem Social e o Desenvolvimento de Regiões Rurais**. 2006. 169 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BERNINI, C. I. **A produção da "natureza conservada" na sociedade moderna: uma análise do Mosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira-SP**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BERTIN, J. *Ver ou ler*. Trad. Margarida M. de Andrade. **Seleção de Textos** (AGB), São Paulo, (18):45-62, maio, 1988.

BRANDÃO et al. **Olhares Cruzados: visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira**. Relatório de pesquisa (mimeo.), 1997.

BORN, P. A. **A adoção da identidade quilombola nos bairros de Terra Seca e Ribeirão Grande (Barra do Turvo/SP) e os conflitos pelo uso da terra**. 2012. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental e Desenvolvimento). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba, 2012. 84p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro, Editora Ouro sobre Azul, 2010. (11ª. ed.)

CHAPIN, M., Lamb, Z. and Threlkeld, B. Mapping Indigenous Lands. *In Annu. Rev. Anthropol.* 2005. 34:619–38 (Disponível em <http://pgis->

tk.cta.int/m07/docs/M07U02_handout_mapping_indigenous_lands_article.pdf Acesso em 17 agosto 2015)

CRAMPTON, J. W. e KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território** Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 85-112.

COSGROVE, D. Carto-City. In: ABRAMS J. e Hall P. (ed.), **Else/Where: Mapping New Cartographies of Networks and Territories**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2006. p. 148-157.

COSGROVE, D. Cultural cartography: maps and mapping in cultural geography. In: **Annales de géographie**, 2, 2008 (n° 660-661), p. 159-178 Disponível em <http://www.cairn.info/revue-annales-de-geographie-2008-2-page-159.htm> Acesso em 13 ago 2013).

COSGROVE, D. **Geography and Vision: seeing, imagining and representing the world**. Nova Iorque, I. B. Tauris, 2012.

CUBIDES, H. Y. P. **La Cartografia Social como instrumento metodológico en los procesos de construcción de territorio a partir da participación ciudadana en la planeación y la construcción del espacio público**. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado) Bogota D.C., Facultad de Arquitectura y Diseño, Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

CUNHA, M. C. da. e ALMEIDA, M. B. W da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M. C. da. (org.) **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo, Cosac-Naiff, 2009. p. 277-300.

DAVIDSON-HUNT, I. J., BERKES, F. "Nature and Society through the lens of resilience; toward a human-in-ecosystem perspective)" In Berkes, F. et al. (Edit) **Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 53-82.

DEMO, P. **Pesquisa participante: mito e realidade**. Brasília, UNB/INEP, 1982. (Versão preliminar disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001993.pdf> Acesso em 17 setembro 2015)

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Editora Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, Universidade de São Paulo, 2000.

DUARTE, M. G. **Conflitos fundiários e meio ambiente: estudo de caso do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga Vale do Ribeira – SP**. 2012. 254 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado)

DAVIDSON-HUNT, I. J. e BERKES, F. Nature and Society through the lens of resilience; toward a human-in-ecosystem perspective). In: BERKES, F. et al. (Ed.) **Navigating Social-Ecological Systems: Building Resilience for Complexity and Change**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, p. 53-82.

EGHENTER, C. **Mapping peoples' forests: the roles of planning community-based in management of conservation areas in Indonesia.** Washington D.C., Biodiversity Support Program, 2000.

FEYERABEND, P. K. **Contra o método.** São Paulo, Editora da UNESP, 2007.

FONSECA, F. P. **A Inflexibilidade do Espaço Cartográfico, uma questão para a Geografia: Análise das discussões sobre o papel da cartografia.** 2004. 251 f. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) São Paulo, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

FONSECA, F. P. "O potencial analógico da Cartografia". **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, 87:85-110, 2007.

FOX, J., SURIANATA K., HERSHOK, P., PRAMONO, A. H. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: Acsehrad, H. (org.) **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 71-84.

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro (Manguinhos)**, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997.

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. **La ciencia posnormal: ciencia con la gente.** Barcelona: Icaria Editorial S.A., 2000.

FURLAN, S A **Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade** in AGRÁRIA, São Paulo, nº3, p. 3-15, 2006.

GAVAZZI, R. A. **Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.** 2012. 297 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Programa de Pós-graduação em Geografia Física, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa.** Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

GIACOMINI, R. L. B. **Conflito, Identidade e Territorialização: Estado e comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira de Iguape-SP.** 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

GOMES, M. C. A. Velhos mapas, novas leituras: Revisitando a história da cartografia. In: **GEOUSP, Espaço e Tempo.** São Paulo, 16:67-79, 2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas, Papirus, 1997.

GRAIN. The many faces of land grabbing: Cases from Africa and Latin America. In: **EJOLT** (Environmental Justice Organisations, Liabilities and Trade/European Union Project). MARTINEZ-ALIER, J. et. al. (Orgs.) Nº 10, março/2014. 93 p. Disponível em: site: http://www.ejolt.org/wordpress/wpcontent/uploads/2014/03/140305_EJOLT10.pdf Acesso em 13 maio 2013)

HARLEY, J. B. Maps, knowledge, and power (1988). In: **The New nature of maps: essays in the history of cartography**. LAXTON, P. (Editor). Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 51-82.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. (1989) In: **The New nature of maps: essays in the history of cartography**. LAXTON, P. (Editor). Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 149-168.

HARRIS, L. M. e HAZEN, H. D. Power of Maps: (Counter) Mapping for Conservation. In: **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, 4 (1), 2006. p. 99-130.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

HOGAN, D. J. et. al. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. GOLDEMBERG, J. (coord.) São Paulo, Blucher, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. São Paulo: ISA, 2004.

_____. **Cartografia dos Sítios Sagrados do Noroeste Amazônico**. Instituto Socioambiental (ISA); IPHAM/MinC; DP/Ministério da Cultura. 2014 Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/cartografia-dos-sitios-sagrados-iniciativa-binacional-brasil-colombia-primeiro-informe-de-avanco> Acesso em 23 de setembro de 2015).

JACOB, P. R. (org.) **Aprendizagem social: diálogos e ferramentas participativas, aprender juntos para cuidar da água**. São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2011. 86 p.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: Acselrad, H. (org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 45-70.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2011.

LACOSTE, Y. **A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Campinas, Editora Papirus, 2005.

LATOUT, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo, Editora 34, 2009.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: diálogos com o pensamento de Hannah**

Arendt. São Paulo, Companhia das Letras, 1988

LATOUT, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MARTINEZ-ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo, Contexto, 2011.^{[L]_{SEP}}

LÉVY, J. Uma virada cartográfica? In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 153-167.

LINO, C. F.(org.) **Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga**. Caderno 37. São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2009. p. 11. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/caderno_37.pdf Acessado em 15 de fevereiro de 2015.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência**, a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991 (3a. ed.).

MORAES, A. C. R. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial no “longo” século XVI. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

MORAN, E. F. **Nós e a natureza** – uma introdução às relações homem-natureza. São Paulo, Editora Senac, 2008.

MORIN, E. et. al. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

MUNARI, L. C. **Memória social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciência) Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOVEMBER, V., CAMACHO-HÜBNER, E. e LATOUR, B. Entrando em território arriscado. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 2, 2013. (Disponível em <http://terrabilis.revues.org/903> Acesso em 09 Junho 2014.

OFFEN, K. O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina. In: **Tabula Rasa**, Bogotá, nº 10 p. 163-189, enero-junio, 2009.

PICKLES, J. **A History of Spaces**: Cartographic reason, mapping and the geo-coded world. London/New York, Routledge Taylor & Francis Group, 2004.

PIRRÓ, M. S. A. **Práticas de Pesquisa de Campo com Comunidades Tradicionais**: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela - SP. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

POPAYAN. **Territorio y cartografía social**: Modulo de trabajo y estudio. Popayan, Proyecto Fortalecimiento de las organizaciones, Asociación de proyectos comunitarios, A.P.C., 2005.

POPPER, K. R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo, Cultrix, 2007.

QUEIROZ, R. da S. **Caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Editora Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (antropogeografia). In: Moraes, A. (org.) Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, W. da C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, W. C. e SANT'ANNA, F. M. Governança da ordem ambiental internacional. In: Ribeiro, W. C. (Org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo, Annablume, 2012, p. 45- 68.^[1]_[56P]

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo, Cortez, 2007.^[1]_[56P]

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. O. Norte, o Sul e a utopia. In: SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 281-348.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

SANTOS, E. R. dos. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder** In: **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17

SANTOS, P. Ecologia e ambiente: Contribuições da Ciência Ecológica para a compreensão da crise ambiental. In: **Educação, Sociedade & Cultura**. Nº 21, 2004. p. 73-92.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. O retorno do Território. In: SANTOS, M et al. (orgs.) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec e ANPUR, 2006.

SCHMIDT, M. V. C. **Etnosilvicultura Kaiabi no Parque Indígena do Xingu: subsídios ao manejo de recursos florestais**. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e sociedade**, Campinas, nº 10, p. 129-136, Junho 2002.

SLETTTO, B. I. We draw what we imagined, participatory mapping, performance and the art of landscape making. In: **Current Anthropology**, Volume 50, Nº 4, 2009, p. 443-476.

SILVA, R. A. **Relatório Técnico-Científico sobre os quilombos remanescentes das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca**. São Paulo, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, 2008.

SILVA-SÁNCHEZ, S. S. **Cidadania ambiental: novos direitos no Brasil**. São Paulo, Annablume, 2010.^{[L]_{SEP}}

SORRENTINO, M. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. (Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> Acesso em 04 abril 2015)

SOUZA, V. F. de **Acampar, assentar e organizar: relações sociais constitutivas de capital social em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema**. 2006. 200f. Tese (Doutorado em Engenharia). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TAYLOR, P. New political geographies: Global civil society and global governance through world city networks. In: **Political Geography**, 2005, V. 24, pp 703-730.

TOLEDO, R. F. e JACOB, P. R. Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, nº 122, Mar. 2013 p. 155-173.

TORRES, I. V., GANOIA, S. R. e CORREDOR, D. V. Cartografia social como metodologia participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del Río Cauca. **Revista Colombiana de Geografía**, Cuadernos de Geografía, 21, nº 2, jul.-dez. 2012. pp. 59-73.

TORRES, P L e IRALA, E A F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. In TORRES, Patricia Lupion (org) **Metodologias para a produção do conhecimento: da concepção à prática**. Curitiba: SENAR - Paraná, 2015.

TRIPP, D Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, nº 3, set./dez. 2005, p. 443-466.

TUAN, Y F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, Difel, 1983.

TUAN, Y F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. São Paulo, Difel, 1974.

VEIRET, Y. e RICHEMOND, N. O. risco, os riscos. In: VEIRET, I. (Org.). **Os riscos**. São Paulo, Contexto, 2007, p. 23-46.^{[L]_{SEP}}

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: una guía práctica**. Santo Domingo, Centro Cultural Poveda, 2003.

ZANIRATO, S e RIBEIRO, W C Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. In: Ambiente & Sociedade, Campinas, Jan-Jun 2007, vol.10, no.1, p.39-55.

WOOD, D. **The Power of maps.** Londres, Routledge Taylor and Francis Group, 1993.

ANEXOS

ÁUDIO 1 – Oficina de mapeamento do dia 21 de abril de 2012

INTERLOCUTORES: Vanilda, Juvenal e outros moradores.

(17:39) Vanilda - Então, o meu eu pensei em começar com uma história dos mais velhos, dos antigos(risos), daí eu aproveitei bem o caderno. Fiquei com vergonha.

(18:12) Interlocutor 3 - Vergonha de que?

(18:13) Vanilda - Então, esse aqui é o primeiro desenho que fiz, é uma história que a vó contava, eu acho que é dos mais antigos, de um fazendeiro que tinha uns escravos, que nem chamava de escravo, era os negros cativos que ela falava, era muito puxado o trabalho pra eles, quando não estavam aguentando mais chamava aqueles escravos(negro cativo) pra ir no mato, matava o negro e jogava numa caverna. É uma história que eles contavam e acho que é o início da história deles, né?

(18:48) Pesquisador – Por isso que eles começaram a fugir também, né?

(18:50) Vanilda - É. Eu desenhei o Rio Ribeira, porque foi um dos primeiros rios que eles vieram, aqui eu desenhei o Rio Pardo que foi onde eles pararam primeiro, “foi um lugar antes que é o pai do rio bananal, pai do rio bastiana e o [...] deles” (trecho incompreensível) que é uma comunidadezinha deles, que era no Rio Pardo. Aqui eu desenhei os materiais que eles usavam, que era o machadinho, um desses que era até de pedra, o barro também, o fogo, a canoa, o formão, “o inchol” (trecho incompreensível) e o facão, foram as coisas que eu desenhei. Por isso que eu não sei se adianta eu falar.

(19:41) Pesquisador – Não, Vanilda, que delícia! A gente vai ter que fazer isso no mapa agora.

(19:45) Vanilda - Ai aqui eu desenhei a saída deles de lá, que vieram pra cá. Que vieram de facão nas costas pra achar o lugar pra chegar até aqui, “por causa da seca” (trecho incompreensível), tinham dois, [...] (trecho incompreensível).

(20:03) Pesquisador - Como que eles chamavam?

(20:05) Vanilda - Miguel de Pontes e Benedito "Perova", que é o pai “do meu avô Cristino” (ou Cristiano - trecho incompreensível)

(20:12) Pesquisador - Vários desenhos, que legal!

(20:16) Vanilda - Essa eu desenhei a chegada deles, que acharam um lugar bom, “na beira do Rio Turvo, que ...” (trecho incompreensível)

(20:22) Pesquisador - Aqui onde já tá a roça. Olha que passarinho bonito.

(20:33) Vanilda - Aqui eu desenhei...

(20:34) Interlocutor “Tio” - Por falar nisso... o filho, o pai [...] (trecho incompreensível)

(20:45) Vanilda - Aqui eu desenhei que eles foram buscar a família, que foram morar neste lugar, desenhei as rosas, a plantação e sempre na beira do rio.

(20:57) Pesquisador - Então, “palmitavam a rosa” (trecho incompreensível)

(20:58) Vanilda - É que o que eles enviam era o palmito, a roça, a caça, a pesca

(21:07) Pesquisador - E qual arma? (trecho incompreensível)

(21:09) Vanilda - Armadilha que eles caçavam, não tinha anzol. Eu até desenhei.

(21:15) Pesquisador - Como se chama aquela ferramenta?

(21:17) Vanilda - Arpão

(21:19) Interlocutor Juvenal - É

(21:21) Vanilda - A canoa aqui. Conforme a avó contou pra mim, ai mais tarde esses dois vieram pra cá pra cima.

(21:34) Pesquisador - O Miguel de Pontes ficou?

(21:35) Vanilda - O Miguel de Pontes vem pra cá e o “Benedito” (trecho incompreensível) que é meu bisavô ficou lá em baixo, que é a terra seca.

(21:40) Pesquisador - E aí que começou o Ribeirão Grande então, Ribeirão Grande foi depois de terra seca?

(21:45) Vanilda - O primeiro ponto deles foi lá em baixo.

(21:47) Pesquisador - Olha só! interessante saber isso.

(21:52) Vanilda - Daquilo eu aumentei, coloquei mais famílias porque aumentou a família, chegou mais gente, e sempre na beira do rio.

(22:02) Pesquisador - Olha, o rio é um elemento simbólico, que simboliza pra humanidade, né? Isso é importante.

(22:08) Vanilda - Eu também coloquei aqui, porque esse povo nosso foi crescendo. A Terra Seca era pra ser chamado “Peróva” (trecho incompreensível) porque o pai da avó do ... (trecho incompreensível) era Benedito [...] de Paula, mas o apelido era "Perova", porque a vó falava, disse que ... (trecho incompreensível) era muito bom pra derrubar as roças(risos), e o nome desse lugar era peroba, [...] Peroba”(trecho incompreensível)

(22:34) Interlocutor 3 - Então, depois mudaram pra seca, começou a ter missa.

(22:38) Vanilda - Depois mudaram pra terra seca ... (Muitas vozes) eu to imaginando isso, porque devia continuar ... (Muitas vozes) porque pra começar que mudou já não foi pensando nisso.

(22:51) Pesquisador - Porque olha que interessante, isso daí é identidade. Se vocês continuarem se referindo ao lugar como peroba vocês vão estar falando da história de vocês.

(23:01) Vanilda - A terra seca já existia, só que era o córrego da terra seca, era a cachoeira ali, então aquele córrego “tem que ganhar nome, né [...] (Trecho incompreensível) casinha lá que era o alto da Terra Seca, daí dela saiu o córrego então daí não sei, de 1980 pra cá foi registrada a comunidade como comunidade, foi colocado igreja e foi mudado como terra Seca, como bairro Terra Seca, mas só que já tinha nome, fica como não tivesse nome, mas já tinha nome.

(23:34) Pesquisador - E esse córrego aqui, qual é?

(23:40) Vanilda - Ah, a gente sempre [...] (trecho incompreensível) fazer uma roça, cada hora em um lugar e sempre na beira dos [...] (trecho incompreensível) que era mais fácil o lugar.

(23:54) Pesquisador - Vocês chamam essas casinhas desses ... (trecho incompreensível) aquela casinha lá em cima é um ... (trecho incompreensível) então.

(24:02) Vanilda - Hoje é uma, mas antes era moradia deles.

(24:05) Interlocutor 3 - Era moradia, mas agora é tudo ... (trecho incompreensível)

(24:20) Vanilda - Porque a vó sempre falava que quando chegavam os milhos, as coisas, era a hora da fartura deles. Começava a ter fartura e todo mundo fazia muita comida, bolos e tudo que saía do milho. Outro tipo de criação que minha avó sempre falou era a de porco. Isso daqui é que diz que quando criava os porcos então o meio de comercio deles era Iporanga, Piau, né tio?

(24:58) Interlocutor “Tio” - Iporanga, Piau, Itapeva, meu pai tocava porco pra Itapeva.

(25:03) Vanilda - Aí todos eles tocando porco pro interior(risos) Ai eu desenhei a canoa também, que sempre foi o meio de transporte deles.

Aqui as devoções que era lá na igreja, que tinha no caminho indo pra cedro.

(25:34) Interlocutor “Tio” - Reginaldo?

(25:35) Vanilda - Do Reginaldo eu não lembro.

(25:37) Interlocutor “Tio” - ... (trecho incompreensível)

(25:46) Vanilda - Os terços que saiam na casa da vó Maria, mãe da vó Bastiana, saia terço, que era o de São Gonçalo. O padroeiro da vó Maria é o Santo Antonio e nossa senhora aparecida. A vó Maria disse que ela tinha tanta fé em Santo Antônio que ela quando ela derrubava o pitinho (cachimbinho de barro) no fundo do rio, ela fazia pedido pra Santo Antônio.

(26:11) Pesquisador - Quando ela batia a cinza? (risos)

(26:17) Vanilda - Não, é que ela andava de canoa, e as vezes acontecia de ela derrubar no fundo do rio, o cachimbinho dela, aí ela fazia pedido pra Santo Antônio e o cachimbinho aparecia na beira do rio. Então o santo padroeiro dela é o Santo Antonio, a vó Bastiana contava isso. (conversas de fundo)

Também esse Santo Antônio dela quando levavam lá numa casa, de lá, quando via ele estava no oratório dela de volta. Assim ao contar da vó. (risos)

(27:04) Interlocutor “Tio” - Essa mulher chamava Maria, mas aqui todo mundo que era nascido na mão dela chamava ela só de maezinha, Maria maezinha.

(27:22) Vanilda - Ela era parteira.

(27:24) Pesquisador - Ela benzia também?

(27:26) Vanilda - Não sei, ela era parteira.

(27:26) Interlocutor “Tio” - Todo mundo nascia na mão dela.

(27:30) Pesquisador - Hoje em dia não tem mais parteira aqui, né?

(27:37) Interlocutor 3 - Com remédio agora, todo mundo fica em casa.

(27:40) Vanilda - Tem o dom que “cumadre Eva” [...] (trecho incompreensível) e eu mesma quando estava grávida, quando não se sentia muito bem, ela vinha e passava umas mão em mim que eu dormia muito bem a noite. Acho que tem, mas não é necessário porque vai no médico, mas tem.

(27:58) Interlocutor 3 - Antes quando não tinha médico vinham as parteiras pra ajudar.

(28:01) Vanilda - Aqui eu desenhei a “igreja do [...] (trecho incompreensível) e depois o cedro veio aqui, onde foi a primeira igreja”.

(28:06) Pesquisador - Essa igrejinha ... (trecho incompreensível)

(28:07) Vanilda - É, mas era outra que era aqui.(risos) Essa aqui foi uma das coisas que eu lembro da minha infância.

(28:19) Pesquisador - Aqui é “coivara”, queimar pra fazer roça?

(28:23) Vanilda - É, essa daí é uma das lembranças de infância que eu tive, porque na roça as trocas de dia, reunidas, que a gente fazia, ainda faz, mas só que é mais fraco, agora é carpina de inchada e sempre com a canoa. Aqui eu desenhei a roça de milha, roça de arroz que fazia. A mata sempre foi preservada. A gente sempre plantava [...] (trecho incompreensível) mandioca, cana. O feijão separado, eu lembro que muito feijão foi dos tempos que o pessoal vendia, foi plantado pra vender. Começou a comercializar o feijão. Aqui os mutirões que eu desenhei e almoço na roça que o pessoal levava as panelas de comida na roça.

(29:26) Pesquisador - Que legal o desenho, bonito.

(29:30) Vanilda - Aqui eu desenhei o Córrego da Mariazinha, que a turma ia fazer farinha no enjoo, a mulher torrando farinha, aqui socava arroz e milho. Fui desenhar uma pessoa socando pião, não consegui(risos), sei que desenhei a moenda que na minha lembrança mais ...

(trecho incompreensível) tinha a moenda, fazer essas coisas de mandioca, cana e eu acostumei a ver eles fazendo a rapadura.

Aqui é os caçador, sempre tinha o caçador na porta das casas, “que é o que socorria na frente, tinha pra fazer um [...] passar um café mais rápido” (trecho incompreensível)

(30:14) Pesquisador - Caçador?

(30:15) Vanilda - Caçador é igual a uma moenda, só que é menor.

(30:18) Pesquisador - Ah! Caçador é um tipo de moenda!

(30:19) Vanilda - É, só que moía na mão e era de poucas pessoas.

(30:22) Pesquisador - Ah! Que interessante, isso eu não sabia.

(30:28) Vanilda - Isso aqui eu desenhei minha casa, que era debaixo da estrada, casinha de barro.

(30:32) Pesquisador - Com outras criações, aqui é a galinha.

(30:34) Vanilda - É, o que criava mais era a galinha. Uma amoreira que a gente gostava de brincar nela.

(30:40) Pesquisador - Até hoje tem ela?

(30:42) Vanilda - Agora não tem mais, né tio?

(30:43) Interlocutor “Tio” - Não tem.

(30:44) Vanilda - Agora é do tio Juvenal [...] (trecho incompreensível). Isso daqui é a gente no rio, que a gente vinha buscar água.

(30:53) Pesquisador - Lavava roupa no rio?

(30:54) Vanilda - Lavava. Pescamos e brincávamos na água, e a canoa. Esses são os córregos. Aqui eu desenhei as frutas que existiam: Abacate, melancia, mandioca, mamão.

(30:16) Pesquisador - Abóbora.

(30:16) Vanilda - Laranja, batata doce.

(31:18) Pesquisador - Pepino. Laranjeira, cafezal

(31:23) Vanilda - Esses aqui são as laranjeiras e o cafezal que eu lembro que tinha na casa da tia Maria, e a gente gostava de brincar de baixo deles. Aqui eu desenhei de novo a fruteira, a laranjeira e essas frutas como: a melancia, laranja, abacate e uma fruta que nossa avó, tia Maria, até eu também, gostava de comer com farinha de milho.

(31:53) Pesquisador - Olha que diferente! eu tomo café com farinha de milho.

(32:11) Interlocutor “Tio” - Mas o gostoso você não comeu ainda não. Coloca o milho começando a amarelar e adiciona a farinha doce ... (trecho incompreensível) você coloca com farinha, mas farinha de milho doce lá muda.

(32:33) Vanilda - É que daí é o milho novo.

(32:32) Pesquisador - O milho novo! É, ai tem que ser da roça né? A cidade não tem.

(32:48) Vanilda - Essa daqui é outra lembrança que eu tenho também, que é dos caminhos por onde a gente andava, que ia de uma casa pra outra.

(32:53) Pesquisador - As trilhas.

(32:54) Vanilda - Era cheio de merda de porco, e se encontrando com os porcos. Então os porcos eram tudo meio ... (trecho incompreensível)

(33:00) Pesquisador - Não tinha cerca?

(33:01) Vanilda - Eu acho que tinha, mas era um espaço bem grande e qualquer gente andava pelo meio. Aqui eu desenhei as merdinhas de porco(risos), aqui as carnes, que eram todas em cima do fogo, defumadas. A lata que colocava a banha e a carne e o forno fritando carne.

Aqui eu desenhei nossas brincadeiras debaixo das árvores de fruta, brincadeirinhas de casinha, balanço, peteca, bola a gente brincava, roda. Isso aqui eu desenhei uma pessoa contando história pra gente, que sempre a tia Maria e outras pessoas mais velhas sempre contavam aqueles causos pra gente. A gente começava da boca da noite, terminava a janta e ia embora escutando causo.

(33:51) Pesquisador - Olha que legal!

(33:58) Vanilda - Aqui eu desenhei um terço, que era “todo de vidro em volta do altar. Desenhei a igrejinha, nossa [...] (trecho incompreensível), que foi de 80 pra cá.

(34:09) Pesquisador - Que é ali.

(34:10) Vanilda - Lá de terra seca. A mesa de anjo, a dança de são Gonçalo que é um atrás do outro. Essa daqui é a decoração da quaresma, que é a cantiga pras almas e também pra um velório que o pessoal canta. Essa daqui é a ... (trecho incompreensível) semana da quaresma.

(34:32) Pesquisador - Mas não é em qualquer lugar que vocês fazem isso. Aonde é?

(34:34) Vanilda - É nas casas e nos cruzeirinhos, onde eram cemitériozinhos. Na Quaresma.

Ai a fogueira de são João, que todo ano tem aqui, tinha lá em baixo, que a tia Maria fazia, na casa dela. Quentão, dança, plantação de mastro e fogueira. Esses aqui são os artesanatos que antes era o tio João que mexia e a tia Clara, que eu desenhei aqui. Ai as curas que vinham dos chás, garrafadas, benzimento, a simpatia.

(35:27) Interlocutor “Tio” - Você caprichou mesmo, hein? (riso geral)

(35:31) Vanilda - E a parteira que eu desenhei também, e em todo caso “tinha” (vozes) hospital.

(35:38) Pesquisador - Meu, o caderno inteiro cheio de desenho!

(33:43) Vanilda - Agora esse daqui eu desenhei minha casa, hoje, a casa que eu quero terminar, da estradinha que se deus quiser vai ser melhorada, porque tem muita descida, barro, erosão. Tem as casinhas dos meus irmãos na estrada, casa da minha irmã, da mãe e aqui, eu quis desenhar a casa da Jane, mas a casa da Jane desabou um barro na casa dela e eu não desenhei nada

(36:19) Pesquisador - Tem que desenhar sim, viu? É pertinho de um morro a casa dela?

(36:21) Vanilda - Ela esta sem casa, sabe? Antes de terminar ela ficou sem a casa.

(36:36) Pesquisador - Tem que desenhar, por que isso envolve um risco que vocês estão sujeitos por morar em lugares muito montanhosos. Assim como no Rio de Janeiro vem acontecendo, de novo, uma série de deslizamentos por causa de chuvarada. A gente torce pra que isso nunca aconteça mas vocês estão cercados de morros aqui e é importante dizer que já existiu.

(37:03) Vanilda - Aqui é a casa da mãe, que se deus quiser um dia ela possa reformar e melhorar a casa.

(37:11) Pesquisador - Você quer que sua casinha seja azul assim também?

(37:13) Vanilda - Eu não sei por que todos meus desenhos a casa sai azul. acho que vou ter que pintar minha casa de azul. Dai desenhei a casa da mãe aqui e como a mãe gosta de ficar inventando comida, como cuzcuz e uma comideira assim, todo mundo sabe, chegou lá, já quer que coma isso e aquilo. Aí eu coloquei como sonho ter que montar alguma coisa, que é na beira da estrada e que seja renda também.

(37:42) Pesquisador - Uma lojinha, uma lanchonetezinha.

(37:44) Vanilda - Aí eu coloquei aqui, na beira da estrada.

(37:50) Pesquisador - Tem mais gente, não acabou não, viu?

(37:58) Vanilda - Aqui a igreja nova, o barracão, nesse barracão tem atendimento [...] (trecho incompreensível), as festas, a pastoral da criança, a fornalha, que é o lugar de fazer os assados, desenhei, cheio de gente, o ponto de ônibus, o ônibus escolar. Uma preocupação que eu tenho, é que é muito perigoso essa estrada, aí desenhei que se fosse possível ter uma lombada nesse lugar... não tem. Aqui eu desenhei do outro lado do rio o campinho que as crianças brincam e acho que precisa ter mais um espaço pra elas brincarem. Bar da Nelma, passarela e sempre o pessoal pescando. Essa aqui é uma outra preocupação que eu tenho e achei bom colocar também, devido ao grande espaço sempre tem erosão que vai pro rio. Também como aumentou o número de casa, muitas não tem fossa, algumas tem por conta própria, tem também o projetinho da “água e floresta” (trecho incompreensível) que fez também algumas fossas. Aí esse esgoto vai pro rio, né?

(39:26) Pesquisador (Társio) - É o lugar que as crianças brincam, tem peixe, né?

(39:31) Vanilda - Coloquei também como preocupação o gado na cabeceira das águas da cachoeira, “o minjolo”, a moenda da mãe.

(39:56) Pesquisador - O que está escrito aqui?

(39:58) Vanilda - Consumo. Água de consumo, porque se a gente não cuidar delas a gente não vai ter água pra tomar.

(40:04) Interlocutor 3 - ... (trecho incompreensível) “os candeeiros” (trecho incompreensível) que estão morando na cabeceira da água.

(40:10) Vanilda - Essa daqui eu achei legal colocar também, a igreja católica, pastoral da criança, igreja evangélica, que hoje a gente tem uma diversidade, o sindicato, a associação do quilombo, a “companhia da floresta” (trecho incompreensível), os parceiros como ... (trecho incompreensível) instituto florestal, o parque e outros. Aqui as roças hoje, “água de floresta”(trecho incompreensível), o milho continua ainda, o arroz, está pouco, mas está tendo, feijão. A gente tá dependendo do mercado, mas tem muita coisa ainda, fruta, verdura, legumes.

Isso aqui eu não escrevi mas são os caminhões fazendo coleta, da “companhia da floresta”(trecho incompreensível) e outro caminhando porque tem mais comercialização que a prefeitura e o “PA”(trecho incompreensível). Isso daqui são os meios que a chegada da energia trouxe, coloquei o radio, que tinha pilha, celular, TV, tanquinho [...].

(41:16) Pesquisador - Agora tem o Telecentro.

(41:18) Vanilda - É, esqueci de falar. Esse aqui também são as correrias nossas, que eu desenhei pro final.

(41:26) Pesquisador - Como que é? Explica pra gente.

(41:28) Vanilda - Eu acho que assim, hoje a gente está muito na correria, eu coloquei [...] (trecho incompreensível) às vezes tudo que a gente tem aqui atrás, se a gente não tirar um tempo, não vai conseguir.

(41:46) Pesquisador - Fica meio que entre o presente e o futuro, né? Do jeito que tende a ser.

(41:50) Vanilda - Eu não sei, porque muita coisa que a gente quer buscar aqui atrás, que nem a farinha e essas coisas que dava trabalho pra fazer, socar um arroz, a gente sempre socava. Hoje a gente chega em casa e é corrido, colocar uma comidinha que tem na panela e fazer, não é mais que nem era naquele tempo. Aí achei que isso deveria colocar no papel.

Áudio 2 - ENTREVISTA COM PEDRO PENINCHA – DIA 01 de março de 2012

Interlocutores: Pedro Penincha, Alcides e Nilce

Pedro Penincha: Chegar ao conhecimento da liberdade do quilombo, é isso que ele que saber? Então aonde que nós estamos hoje? A gente está conhecendo este tipo de trabalho, conhecendo os regulamentos ambientais, mas nós ainda hoje temos algumas coisas que não

estão certas, como a Nilce estava falando. Essa parte de comunidades tradicionais tem que ser reconhecida e não misturar os dois lados, então esse é o negocio de conhecido, saber o que é a verdade. Eu acho que, como nós estávamos aqui antes, que foi indicado pela policia florestal, não podia fazer uma rocinha que o policial estava em cima, não podia cortar uma madeira que o policial estava em cima, você cortava uma [...] (trecho incompreensível) meio grossa e ela estava também em cima. Então pro [...] (trecho incompreensível) hoje nós estamos com essa liberdade de fazer nossa rocinha, e as próprias autoridades já estão reconhecendo que é preciso ajudar, é só a comunidade ser organizada que eles estão prontos pra ajudar. Então esta tudo demarcado, os quatro cantos da área por GPS. Então isso é uma grande coisa que estamos com a ideia. Cada um da gente tem um barraquinho onde morar, aqui por enquanto não tem ainda, mas parece um barraquinho preto e é isso que tem que contar.

(2:29) Pesquisador: A comunidade existe nessa área a quanto tempo?

(2:35) Pedro Penincha: Pra eu falar a verdade pro senhor, a comunidade existe nessa área, esta com mais de 50 anos, eu não estou bem a par agora pra te falar o tempo que nos estamos aqui, eu sou neto do avó e já estou em 65 anos.

Pesquisador: O que era o quilombo antes da (polícia) florestal?

Pedro Penincha: A vida antes da (policia) florestal, a 20, 40 anos atrás, aqui era tocado com cavalo, que nem o senhor esta vendo ai amarrado. Então todo mundo tirava as mercadorias com cavalo pra levar pra venda. O trabalho da gente era assim, todo mundo tinha suas galinhas, seus porquinhos, seus animais e suas lavouras pra trazer dentro de casa.

(12:01) Pesquisador: O que vocês plantavam nessa época?

(12:02) Pedro Penincha: Feijão, arroz, milho.

(12:06) Pesquisador: Seu avô também plantava isso?

(12:07) Pedro Penincha: Tudo. Hora que queria vender, vendia, nunca trazia nada da venda.

(12:22) Interlocutor 1: O que trazia da venda era só roupa, “cachada ...” (trecho incompreensível) pra trabalhar.

(12:26) Pedro Penincha: E o sal e a querosene que não tinha jeito.

(12:30) Pesquisador: Sal e querosene pra luz.

(12:32) Pedro Pincha: É. Pra “modo de iluminar dentro de casa o candieiro” (trecho incompreensível)

(12:45) Pesquisador: Como que muda isso, a transformação de 40, 20 anos pra cá? o que aconteceu?

(13:00) Pedro Penincha: O que mudou que eu não concordo com esse tipo de trabalho, é da pessoa trazer tudo da venda.

(13:10) Pesquisador: Por que isso acontece?

(13:12) Pedro Penincha: Pra quem está em cima da terra, buscando da venda, se um dia fracassa o [...] (trecho incompreensível) não vai passar apertado? Então onde nós estamos hoje, a pessoa tem que plantar. Se um dia fracassar lá fora, quem esta aqui tem o que pegar dele. Se for buscar só de lá, tá barato, mas nós não esperamos o dia de amanhã, pois está sujeito a qualquer contra-passo, na lavoura, na parte de alimentação. O que eu “coio” aqui dá só pra mim. O que nós vamos fazer? Então a gente conversa sobre esse tipo de trabalho, tem que plantar, a associação tem que plantar, plantar seu capãozinho de milho, de arroz, seu feijão, sua mandiocazinha, ter sua cana-de-açúcar, que o senhor está vendo lá, pra comunidade, não só pra ele, mas sim pro de fora: “acabou lá, vamos lá pro quilombo que deve ter.” Porque sobra pra gente.

(14:43) Pesquisador: Por que não estão mais plantando?

(14:46) Pedro Penincha: Porque a própria juventude em vez de ir trabalhar na roça vão pra um emprego na cidade, buscar uma coisa que não vão satisfazer na hora que o aperto vir.

(15:04) Pesquisador: Por que será que os jovens estão buscando a cidade e deixando pra trás a história do quilombo?

(15:14) Pedro Penicha: Eles estão buscando a alternativa da cidade, ter carro bom, ter moto e conhecer vaidade. Então fica só os velhos aqui.

(15:32) Pesquisador: Se eu perguntasse pra um jovem o que faria que ele ficasse no quilombo, o que o senhor acha que ele responderia?

(16:01) Pedro Penicha: Deve ser uma geração de renda. Formar uma geração de renda dentro da comunidade pra dar emprego pro jovem. Quem pudesse levar daqui pra fora.

(16:22) Pesquisador: Mas na lida da lavoura, por exemplo?

(16:27) Pedro Penincha: Podia ser da lavoura, da parte artesanal, que tem muita.

(16:49) Pesquisador: Por exemplo, fala do seu trabalho com as moendas de cana. Como que o senhor começou a trabalhar com isso?

(16:57) Pedro Penincha: Foi nós dois (Seu Alcides) aqui, que compramos a moenda.

(17:06) Pesquisador: Conta seu Alcides.

(17:08) Interlocutor “Seu Alcides”: Primeiro nós trabalhávamos com meu pai, naqueles tempos não tinha açúcar e o doce era da cana. Quando a gente não tinha, comprava rapadura dos outros que tinham pra vender. Aí ele plantava a cana e tinham uns caçadores de moer, dois, e tirava o caldo da cana pra fazer o café.

Quando eu fui pegando idade, via os outros trabalhar com moenda e tentei procurar um jeito de fazer uma moenda também. Cortei um pau lá, modelei e fiz tudo, mas na hora de fazer os dentes vi que não ficou certo a madeira. Fui comprar uma moenda velha pra fazer aquela ali, aí que ele (Pedro Penincha) entrou comigo, nós em dois fizemos a moenda e agora ele está fazendo ali(risos).

(18:24) Pesquisador: Então vocês compraram uma pra reproduzir igual? Esse é o modelo da velha?

(18:27) Pedro Penincha: É

(18:32) Pesquisador: Quantos anos faz isso?

(18:35) Pedro Penincha: Essa dai foi quando eu estava com 20, 18 anos e acabamos lidando com a moenda.

(18:46) Pesquisador: Será que os jovens de hoje não têm essa criatividade? Isso não é um problema?

(18:54) Pedro Penincha: Deve ter, mas esse tipo de trabalho eles não viram ainda.

(19:00) Interlocutor “Seu Alcides”: Mudou muito, né? Porque no nosso tempo não tinha emprego fácil, era muito difícil. Agora tem emprego, o pessoal pego idade e fez os documentos e já vão procurar emprego na cidade.

(19:19) Pesquisador: Eu imagino que a gente pode dividir essa comunidade em dois grupos de moradores. Vocês que conhecem essa história, e construíram a história da comunidade até hoje e o pessoal mais novo, como os filhos dela. Esses jovens que estão buscando a cidade e outras oportunidades no trabalho. Pra comunidade continuar existindo você tem que pensar nesses jovens. Eu vou fazer a mesma pergunta pra eles: o que faria com que vocês ficassem aqui? Pra ver o que eles valorizam e o que pensam dessa história, ouvir os dois lados e tentar chegar no que a comunidade tem de bom hoje. Eu também quero ouvir isso de vocês, fala uma coisa que representaria hoje, o melhor do quilombo.

(20:29) Pedro Penincha: Eu vou falar pra você. Primeiramente nosso criador do céu. O melhor do quilombo no entendimento da gente, são os companheiros que sempre buscam as alternativas de ajuda pro quilombo e a liberdade que o povo está tendo de não ser perseguido. Estão trabalhando e começando a levantar a cabeça pra fazer alguma coisa. Será que o policial não vai vir atrás de nós hoje?

(21:24) Pesquisador: Essa perseguição que o senhor fala?

(21:26) Pedro Penincha: Essa perseguição que era. Uma pessoa que nem o senho que está vindo de lá pra cá, trazendo alternativa de bem pra comunidade, faz a gente pensar esta vindo alguma coisa boa da associação. E a liberdade que o pessoal está tendo, ainda com uma perseguiçãozinha, que daqui mesmo faz pressão. A gente não entrega ninguém mas o pessoal aqui faz pressão em cima do próprio pé.

(22:19) Pesquisador: Dentro da comunidade tem seus conflitos?

(22:22) Interlocutor 1: Conflito gerado pelas técnicas inovadoras... (vozes)

(22:29) Pedro Penincha: Essa semana mesmo, eu ouvi uma conversa que eu não gostei. Dizendo assim pra pessoa, olha... (trecho incompreensível) só com a data dele ele fica na minha mão. Ele não vai poder vender nada. Como que pode ser uma coisa assim, a própria pessoa da casa fica amarrando a outra pra não fazer. Foi um conflito que eu não gostei da conversa. Então onde nós estamos hoje, é uma coisa que a gente não quer assim, quer que todo mundo viva. Você concorda comigo também? Todo mundo tem que viver.

(23:26) Interlocutor 1: Respeitando o espaço do outro.

(23:31) Pesquisador: Você falou dos conflitos das técnicas.

(23:40) Interlocutor 1: O que trabalha numa cooperativa e o que trabalha no jeito tradicional de produção da comunidade, porque nós temos um regramento enquanto comunidade. O que é bom pra mim é bom pro Pedro, pro [...] (trecho incompreensível), é bom pro Camilo. Então a gente sempre pensa no bem comum e na cooperativa que está inserida não, eu tenho que pensar o que é bom pra cooperativa. Aí acaba gerando um conflito muito grande, porque a cooperativa não atua só na comunidade, ela atua fora. Então você tem que seguir as regras. Aqui não, a nossa regra é não prejudicar nem um, nem outro. Quando tem regras a ser seguidas que não são criadas por nós mesmos, o que acontece? Gera conflito.

Eu tô seguindo um regramento que é mais importante, mas tem um ou dois que vão ter que seguir aquela determinação, porque se não eles vão ser punidos lá na frente e já não vai

poder comercializar, não vai poder ter sua assistência que tanto quer. Isso gera um transtorno muito grande dentro da comunidade.

(24:48) Pedro Penincha: Eu vou falar o que é comunidade. O que é [...] (trecho incompreensível) o começo que entrou aqui. Eu lembro e ele também, da família, do Miguel de Pontes, que é o bisavô do meu avô. Eles trabalhavam aqui, mas cada “caso tinha que fazer sua rocinha dividida por [...] (trecho incompreensível) e vinha embora. Todo mundo fazia sua roça e todo mundo colhia. Vamos deixar que cresça a “capoeira” (trecho incompreensível), vamos deixar que cresça, vamos pra lá? Vamos.

Vamos dar a “carpagem?” (trecho incompreensível) Vamos fazer. Mas ninguém mandava na terra, todo mundo tinha e todo mundo colhia.

(25:49) Interlocutor “Seu Alcides”: Fazia roça naquele lugar e quando ia mudar ficava ele catando os restos de milho, na palhada, né? “e ia a roça roçando” (trecho incompreensível)

(26:06) Pesquisador: Agora com a cooperativa, por exemplo, o pessoal começa a investir em agrofloresta e “aqui é meu pedaço” pra não ter mais aquela liberdade de trabalhar junto, de migrar e fazer alguma coisa junto.

(26:22) Pedro Penincha: É. Aquela árvore que é dele, ninguém pode “coivara” [...] (trecho incompreensível) não pode fazer, porque ali já contamina a área dele. Já gera conflito.

Não é conforme era a comunidade antiga... (trecho incompreensível)(...) “Lugar que é parte água e floresta é área ambiental. Se a pessoa crescer no mato, que fique de onde veio”(trecho incompreensível) Eu queria que fosse assim, mas não tem o meio de a gente passar a ideia... (trecho incompreensível)

(27:31) Interlocutor 1: Percebe que a comunidade não é contra fazer a agrofloresta, a gente é contra as formas de regramento que são impostas pra se cria-la. Porque a agrofloresta se você olhar o quintal das famílias você vai ver, minha casa mesmo. Eu tenho uma agrofloresta na minha porta. Se pra eu fazer agrofloresta vou ser punida por isso, ninguém vai fazer

(28:00) Pesquisador: Como é essa punição, Nilce?

(28:04) Nilce: Essa punição é: se eu for mexer em uma área que eu mesma deixei formar, sem autorização de um órgão, eu sou punida. Como que eu vou fazer uma coisa que sei que vou pagar caro depois por ela? Sendo que deveria ser ao contrário.

(28:27) Pedro Penincha: Pela comunidade e pelo [...] (trecho incompreensível), pode ter agrofloresta, mas só ela (cooperativa) pode mandar dentro da sua área, por isso dá certo. Da certo pra “associação de quilombo” (trecho incompreensível). Pra eles reconhecerem que são a comunidade... (trecho incompreensível) e receberem os benefícios pela associação. As autoridades tem que enxergar isso aí.

(29:23) Pesquisador: Seu Pedro, fala da associação. Quando que ela foi criada? Ela é anterior ou posterior a cooperativa?

(29:39) Pedro Penincha: A associação de quilombo foi começada já tem mais de 200 anos(risos) Se não tivesse aliado a mais de 200 anos, não haveria associação. É só entender o que é, que vai ver que ela registra mais de 200 anos.

(30:14) Pesquisador: Mas a associação reconhecida juridicamente pelo estado, tem quanto tempo?

(30:24) Pedro Penincha: Está com uns 13, 14 anos.

Áudio 3 – Conversas sobre a cultura do lugar - Dia 18 de outubro de 2014.

Seleção 1 – Depoimento de Seu Francisco –

Tema: O que traduz a cultura do lugar? Trabalho e união

Interlocutor: Francisco

Seu Francisco: É muito difícil, porque eu não tenho muito tempo, trabalho as vezes na prefeitura. Somos 4 ... (trecho incompreensível) dentro de casa. Na verdade é também um pouco de falta de capricho da gente não acompanhar pra ver onde esta o erro, sabe que tem, mas não sabe onde esta.

Pesquisador: Quando o senhor pensa no quilombo, que palavra vem a sua mente?

Seu Francisco: Eu penso que é a união, no começo quando era criança, que a gente tinha pra trabalhar.

Pesquisador: Qual a forma de trabalho que representa essa união?

Seu Francisco: A roçada. Quando a gente vai carpir, limpar uma planta.

(5:34) Pesquisador: *Pichéca*?

Seu Francisco: É.

Pesquisador: Você vive da agricultura?

Seu Francisco: Não, vivo do emprego.

Pesquisador: Você é funcionário público?

Seu Francisco: Não sou mais.

Pesquisador: É aposentado?

Seu Francisco: Nem sou aposentado. Eu trabalhava aqui mesmo, na prefeitura, mas fui mandado embora, aí eu fiquei... (trecho incompreensível) de confiança. Pra mim foi bom e até hoje não tenho do que reclamar. Esse ano não estou fazendo, não tem o que fazer. Faço aqui no meu terreno no projeto de antes... (trecho incompreensível).

Seleção 2 – Depoimento de Seu Juvenal

Tema: O que traduz a cultura do lugar? Liderança e autonomia vs falta de liberdade para plantar, gerir o território; as águas; mutirão, trabalho cooperativo

Interlocutor: Seu Juvenal de Lima - 20'7" a 32'23".

Seu Juvenal: A melhor... (trecho incompreensível) do quilombo é a liderança que a gente tinha antes.

Pesquisador: Me explica isso.

Seu Juvenal: Antigamente, no entender da caminhada da gente, junto com o pai e depois que já pegamos um pouco de como é a luta, que se alguém faltasse um dia, uma semana, a gente não fazia a falta. Hoje, depois que decretou essa lei do quilombo, chegou perto, mas não chegou.

Pesquisador: Como a gente percebe essa liderança, hoje?

Seu Juvenal: A liderança de hoje é que nem a gente vivia a uns 10 anos antes. Não podia nem queimar um... (23:09) (trecho incompreensível). Hoje graças a deus, depois que foi detectado isso aí, aliviou um pouquinho, mas o ruim de hoje é que tudo que você vai fazer tem que ser a base de ordem.

Interlocutor 1: Óh! Água de batata.

Pesquisador: Então hoje em dia a comunidade precisa pedir autorização pra roçar e fazer suas coisas. O que representaria essa independência?

Seu Juvenal: Hoje, pra gente esta sendo difícil, mas quem vem de fora, como os amigos, vem buscar o que a gente tem, as vezes trazer um [...] (25:21) (trecho incompreensível), a gente não vai longe. Essas árvores, por exemplo, essa água. Se a gente não tivesse essa água, estava pior ainda.

Pesquisador: Mudando um pouco de tema. Quando eu venho pra cá, sempre saio com a certeza de que vocês são muito trabalhadores, mas a impressão é de que o trabalho é muito difícil e que se fosse eu no lugar iria querer mudar alguma coisa(risos).

Brasileiro é um povo trabalhador, mas aqui tem algumas diferenças na forma como vocês trabalham, porque vocês são quilombolas e tem uma relação diferente com o trabalho, com a natureza, com essas águas. Que palavra, que evento, que característica da comunidade

você poderia me citar, que exemplificaria essa forma própria de vocês trabalharem.

(27:05) Seu Juvenal: Hoje estamos voltando a trabalhar... (trecho incompreensível)
E ia pra lá fazer a lavourinha dele. Mas hoje faz tempo que mudou, porque o trabalho não cai mais no meio da semana, só cai de sábado.

Pesquisador: Por que o mutirão não cai mais no meio da semana?

Seu Juvenal: Porque antigamente todo mundo vivia da roça, agora deixaram a roça e arrumaram um emprego na cidade.

Pesquisador: Isso é uma característica importante da comunidade, hoje? Ela estaria mais pobre? seria mais difícil se não tivesse o trabalho externo?

(28:20) Seu Juvenal: Estaria mais difícil... (trecho incompreensível)

Pesquisador: Muito bom, mudanças. Você falou de liderança, da natureza, do mutirão. Quando a gente pensa no Brasil, a televisão brasileira, ensinou que Brasil é carnaval, futebol e mulher bonita, mas não é só isso. Brasil também é Brasil quilombo. O que mais é comunidade, além da liderança, autonomia, independência. O que mais mudou?

(30:22) Seu Juvenal: Antes era do jeito que nós estamos trabalhando hoje, depois deu uma cochilada e a turma caiu no “atravessador” (trecho incompreensível)

Pesquisador: Então no quilombo a gente pode dizer que a vida no quilombo é mais saudável.

Seleção 3 – Depoimento de Seu Joaquim

Tema: O que traduz a cultura do lugar? Transformações, trabalho e tradição
(Interlocutor: Joaquim - 35'0" a 41'4") - dia

Seu Joaquim: O povo já tinha comunidade. Eu acho que o quilombo reforçou a comunidade.

Pesquisador: Você entende o que por quilombo?

Seu Joaquim: Ele uniu mais o povo a trabalhar. Como o artesanato, quem não sabia fazer aprendeu, apareceram muitas coisas através do quilombo e quem não sabia fazer aprendeu. Como a panela de barro, eu não sabia fazer, aprendi através do quilombo, me deram todo apoio, fiquei 5 dias no hotel e tudo. O [...] (trecho incompreensível) me deu apoio e a gente aprendeu o que não sabia. Se não criasse isso, também não criava essas coisas. Pra ir pra Itaóca, eu não tinha ninguém pra ensinar. Então isso vem da tradição do quilombo.

Aquele monjolo [...] (trecho incompreensível) que esta ali. aquele monjolo, por exemplo, está socando e é artesanato do quilombo. “A vamos fazer o monjolo, vamos nos reunir, vamos fazer farinha, vamos fazer isso” as vezes eles vão fazer a farinha sem precisar. Com 2 reais compramos 2 quilos e meio, mas é uma coisa tradicional que nós precisamos fazer igual no passado. Se acabar, acabou-se.

Pesquisador: Onde que é o monjolo? É fácil chegar lá? Vamos lá!

Seu Joaquim: Daqui a pouco. Ele não cobrava nada, agora ta cobrando. Nós não cobrávamos nada e agora estamos cobrando, sabia disso?

Pesquisador: Imagino(risos)

Seu Joaquim: Nós não comprávamos nada e não sabíamos o que era dinheiro, porque arroz, feijão, porco, farinha e galinha eram tudo tirado daqui, nós só comprávamos o pano, pra fazer a roupa, o sal e o querosene. Hoje a maioria esta comprando no mercado, roupa é só ir la pegar e vestir(risos), tendo o dinheiro. A comida o caminhão descarrega ali, e se acabou a cultura. Esse quilombo está recuperando a tradição. Tem homem do mato que está trazendo milho, criando seu couro, criando sua vaca, porque se não fosse nosso quilombo não tinha ninguém fazendo lavoura por ai.

Pesquisador: Então o quilombo promove o resgate da tradição por meio, por exemplo, do artesanato e do monjolo. Tem coisas que mudaram que não vão voltar a ser como antes?

Seu Joaquim: Tem duas coisas. Nós compramos o arroz, antes não comprava, isso não volta mais, porque esta mais barato no mercado e plantar arroz da trabalho (risos). O terreno também não da mais arroz. Tem que mexer em todo terreno pra achar uma bolinha de terra pra conseguir.

Pesquisador: Que tipo de terra que precisava pra dar arroz?

Seu Joaquim: Terra pra dar arroz bom tem que ser um capoeirão velho desse tipo ai pra lá e a bola escolhida(mancha), não é em qualquer parte que da. Se você acha uma baixada boa em [...] (trecho incompreensível).

Interlocutor 2: Hoje já tomaram conta do lugar bom. Invadiram tudo.